

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RAÍSSA CRISTINA ARANTES

ESTADO E LUTA DE CLASSES: contribuições e limites de Poulantzas para o estudo do
movimento dos trabalhadores

Juiz de Fora
2016

RAÍSSA CRISTINA ARANTES

ESTADO E LUTA DE CLASSES: contribuições e limites de Poulantzas para o estudo do movimento dos trabalhadores

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Sujeitos Sociais e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha.

Juiz de Fora
2016

Dedico este trabalho aos meus amores Rômulo e Nina que cativam os melhores sentimentos que habitam em mim e me estimulam a lutar por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais por me transformarem na mulher independente e destemida que sou. À minha mãe, por sempre ser pai e mãe e por me proporcionar o melhor que a vida e suas condições poderiam me ofertar. Ao meu pai, que sempre demonstrou afeto e carinho, e por ter me dado minhas joias mais raras - meus amados irmãos, Rafaela, Lívia e Eduardo.

Ao meu padrasto, meu segundo pai, por sempre me apoiar e me incentivar nos estudos. Por me colocar em primeiro lugar como sua filha em seus projetos de vida, e por sempre levantar minha autoestima, dizendo que eu posso ir mais longe. E à Renata, que mesmo nas inúmeras brigas, sempre me demonstrou afeto.

Ao Rômulo, meu noivo e amigo, por todo amor a mim dedicado. Por demonstrar sempre que hoje é em você que eu encontro meu porto seguro. Por saber compreender a minha ausência e pela paciência “de Jó”. Por me incentivar sempre a continuar o mestrado diante das inúmeras tentativas e vontades de desistir. A você, todo o meu mais sincero amor!

À minha Nina, minha filha de quatro patas, por tornar a estadia em Juiz de Fora suportável, e por trazer a alegria de volta em minha vida. Porque mesmo sem saber, enxugou minhas lágrimas com “lambeijos”, e foi minha companheira em todos os momentos. Como diz minha querida psicóloga, é por você que meus olhos brilham só de falar.

Aos meus queridos afilhados e sobrinhos, Davi e Manu, por trazerem leveza e alegria ao meu dia a dia. Aos meus amigos, por entenderem os momentos de ausência e, por nos momentos de desgaste, sempre se fazerem presente. Em especial a Viviane e Lilian, por todo o carinho e preocupação, e a Marina, pelo bom convívio cotidiano, pelas gargalhadas e pelo café diário! Obrigada a todos pelas inúmeras conversas, cervejas e gargalhadas.

Na vida enquanto por muito tempo filha única, tive em meus primos, meus irmãos de sangue, lealdade, cumplicidade e, principalmente, de muito amor. E claro, eles sempre souberam e respeitaram, mesmo diante do ciúme, que eu sou a neta favorita da vovó! Vovôs esses, que merecem mais que um obrigado, toda a minha gratidão e amor, obrigado por uma vida inteira de dedicação exclusiva em especial ao meu pai Geraldo. A vocês, todo meu eterno amor.

Agradeço ao Luciano e a Deborah em especial, por serem sempre o meu braço “esquerdo”. Ao Lu pelo incentivo cotidiano, pelas conversas francas e planejamentos, pelas gargalhadas e até pelas raivas que me faz passar. Você que é meu irmão de alma e agora colega de profissão, meu mais profundo respeito, admiração, agradecimento e amor.

Aos meus tios, obrigada pelo colinho de sempre, em especial ao tio Toninho. Ao Marcelo, por ser sempre meu apoio e por todo o zelo comigo e minha avó. À Bárbara e tia Leila, obrigada pelo o carinho e cuidado comigo e Nina. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil. Aos meus sogros, por todo apoio neste momento, e por me acolherem sempre de braços abertos.

Agradeço ao meu orientador, por ser sempre solícito e por entender o momento conturbado que foi a minha vida no mestrado. À Ednéia, meu mais puro agradecimento e carinho. Sempre disse, e nunca é demais repetir, que tudo que eu mais quero é um dia me tornar metade da profissional que você é. Obrigada por todo apoio, desde os tempos da UFOP e no momento do mestrado. Minha eterna mestre e grande amiga!

À minha turma do Mestrado, que para mim, é a melhor turma de todas. Obrigada pela recepção em Juiz de Fora, pelas inúmeras gargalhadas, pela união, e por fazerem parecer que tudo era mais fácil quando estava perto de vocês. Em especial, agradeço à Thaise, pela péssima “friend” que é, por me fazer todos os dias sentar longe dela para não ser obrigada a rir a aula inteira, pelas inúmeras caronas e por todo apoio psico-social-financeiro durante a batalha. Por dividir comigo as angústias do mestrado e, ainda assim, me fazer rir das nossas desgraças. Afinal, o que seria desse mestrado sem o nosso companheirismo?

E por último, mas não menos importante, agradeço à turma do Serviço Social 2014.1 da UFJF, pela acolhida na minha primeira e pequena experiência enquanto docente. Obrigada pelo carinho e pelos aplausos no último dia de aula. Me emocionaram e motivaram a seguir em frente e vão sempre ficar marcados em minha memória e coração!

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão nomes de reis:

Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída

Quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:

Quem os ergueu?

Sobre quem triunfaram os Césares?

A decantada Bizâncio

Tinha somente palácios para os seus habitantes?

Mesmo na lendária Atlântida

Os que se afogavam

gritaram por seus escravos

Na noite em que o mar a tragou?

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César bateu os gauleses.

Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou,

quando sua Armada naufragou.

Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.

Quem cozinhou o banquete?

A cada dez anos um grande Homem.

Quem pagava a conta?

Tantas histórias.

Tantas questões.

RESUMO

O estudo, que neste espaço se propõe ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, se refere a um estudo de três obras de Nicos Poulantzas, para extrair do autor suas análises acerca da Burocracia de Estado e da luta de classes, para então apreender quais são as contribuições e os limites das pesquisas do autor para um estudo dos movimentos sociais. As obras do autor analisadas são *O Poder Político e as Classes Sociais*, *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* e *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Ao analisar a luta de classes, e o papel da burocracia do Estado diante das demandas das classes antagônicas frente ao desenvolvimento do capitalismo, as obras estudadas dão subsídio para uma análise atual dos novos rumos tomados pelas formas de organização da classe trabalhadora, propiciando um denso e necessário estudo sobre os movimentos sociais e a relação da classe trabalhadora com o Estado Capitalista.

Palavras-chave: Burocracia de Estado, Movimentos sociais, Luta de Classes.

ABSTRACT

The study, that takes place in the Social Service Postgraduate Program of the Federal University of Juiz de Fora refers to an analysis of three works of Nicos Poulantzas, to extract from the author his analysis about the bureaucracy of the State and the class struggle, so that it could make possible to catch what are the contributions and limits of the author's research for a study of social movements. The author's works that were under analysis are: The Political Power and Social Classes, the Social Classes in the Capitalism of Today and The State, The Power, The Socialism. By analyzing the class struggle in face to the demands of antagonistic classes against the development of the capitalism, the works studied provide aids to a current analysis of the new direction taken by the forms of organization of the working class, providing a dense and necessary study on social movements and the relationship between the working class and the capitalist State.

Keywords: State Bureaucracy; Social Movements, Class Struggle

LISTA DE SIGLAS

B.M. – Banco Mundial

C.E.E. – Comunidade Econômica Europeia

C.N.P.F. – Comitê Nacional de Patronatos Franceses

F.M.I. – Fundo Monetário Internacional

M.P.C. – Modo de Produção Capitalista

M.S.T. – Movimento dos Sem Terra

P.C. – Partidos Comunistas

P.C.F. – Partido Comunista da França

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I CAPÍTULO: PODER POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS	25
1.1 O ESTADO CAPITALISTA	26
1.1.1 A Função Geral do Estado	28
1.1.2 Características e conceitos acerca do Estado Capitalista	30
1.2 ESTADO E LUTA DE CLASSES	35
1.2.1 As Classes Sociais	36
1.2.2 As Classes, o Poder das Classes e o Estado Capitalista	40
1.2.3 A Ideologia da Classe Dominante e a Autonomia relativa do Estado	44
1.2.4 O Estado Capitalista e o Campo da Luta de Classes	47
1.3 A BUROCRACIA E A LUTA DE CLASSES	50
1.4 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DE <i>O PODER POLÍTICO E AS CLASSES SOCIAIS</i>	54
1.4.1 Limites para o estudo do movimento dos trabalhadores	54
1.4.2 As contribuições ao estudo do movimento dos trabalhadores	65
II CAPÍTULO: AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO HOJE	69
2.1 O CAPITALISMO MONOPOLISTA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO	70
2.2 O ESTADO NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO	76
2.3 O ESTADO ATUAL E AS BURGUESIAS	80
2.4 AS CLASSES SOCIAIS – A PEQUENA-BURGUESIA	84
2.5 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DE <i>AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO HOJE PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES</i>	101
2.5.1 Limites apresentados para o estudo do movimento dos trabalhadores	101
2.5.2 Contribuições para o estudo do movimento dos trabalhadores	109
III CAPÍTULO: O ESTADO, O PODER, O SOCIALISMO	110
3.1 TEORIA GERAL DO ESTADO	123
3.2 ESTADO – CONDENSAÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE FORÇAS	129
3.2.1 Burocracia do Estado e a luta de classes	131
3.3 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DE <i>O ESTADO, O PODER, O</i>	131

<i>SOCIALISMO PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES</i>	
3.3.1 Limites para o estudo do movimento dos trabalhadores	131
3.3.2 Contribuições para o estudo do movimento dos trabalhadores e burocracia de Estado	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	146

INTRODUÇÃO

Delimitação histórica do movimento dos trabalhadores

Observa-se hoje no Brasil, e em diversos outros países, a crescente criminalização dos movimentos sociais. A partir disso, vê-se cada vez mais necessário o estudo e debate sobre a situação da classe trabalhadora e suas formas de organização, para se compreender o atual momento e as metamorfoses sofridas pela classe operária no seio do desenvolvimento do capitalismo.

Entende-se por movimento operário (ou dos trabalhadores)¹ uma forma clássica de organização da classe trabalhadora na busca por direitos trabalhistas, civis e sociais, na luta contra a exploração do trabalho e por melhores condições de vida. As demais formas clássicas de organização da classe trabalhadora se dão através dos partidos políticos e sindicatos.

Segundo Vito Gianotti (2007), a primeira organização da classe trabalhadora, que aparece como primeiro momento de organização em movimentos se dá na Inglaterra, onde os trabalhadores se organizaram para reivindicar melhores condições de trabalho, tendo em vista que não existia naquele momento nenhuma legislação trabalhista. Sabe-se também que a industrialização se fazia sentir cada vez mais forte, acompanhada da exploração intensiva da força de trabalho, com jornadas de mais de 18 horas diárias, além do trabalho infantil. Como meio de contestar essa situação, a classe trabalhadora se organizou para quebrar as máquinas das indústrias, movimento este, que ficou conhecido como movimento *Luddista*.

A primeira manifestação contrária à exploração que estes trabalhadores sofriam foi o movimento chamado *Luddista*, em que os operários se juntaram para quebrar as máquinas das indústrias, sobre a justificativa de que estas eram a causa de toda aquela exploração. Também neste período, lutavam-se para que fossem permitidas associações para que os trabalhadores pudessem se juntar e reivindicar seus direitos, coisa que levou anos para serem aceitas, inicialmente sob a perspectiva das *trade unions*. (ARANTES, 2013, p.23)

No período das primeiras organizações da classe trabalhadora em termos de movimentos sociais, temos como marco a Revolução Industrial na Inglaterra, com o início da industrialização e fim da manufatura. A partir desse momento os trabalhadores começam a ser chamados de operários. Esse período foi marcado também pelo chamado Estado Liberal, em que havia “liberdade dos patrões explorarem seus operários o quanto quiserem” (ARANTES, 2013, p.23).

¹ Partes desta introdução foram apresentadas com modificações em Arantes (2013)

Assim, temos na era da Revolução Industrial, um Estado que, além de não intervir na economia, conforme os moldes de um Estado Liberal, também não intervia nas mazelas sociais, entendidas ainda na época como responsabilidades dos indivíduos, e sem um fim político e econômico.

Logo após o movimento *Luddista*, temos o movimento *Cartista*, em que, segundo Gianotti (2007), os trabalhadores se uniram em vários locais na Inglaterra em busca de uma carta constitucional que dessem direitos aos trabalhadores. Logo após, segundo Maria Lúcia Duriguetto (2010), os trabalhadores passaram a perceber que o que causava a exploração era a produção na nova forma mercantilizada e industrial. Incidem assim, neste período, as primeiras greves na tentativa da classe “de se organizar em prol dos direitos almejados” (ARANTES, 2013, p.23). Desta forma, segundo Gianotti (2007), em 1842 ocorreu na Inglaterra a primeira greve geral, onde os trabalhadores exigiam a redução da jornada de trabalho. Este é, para muitos autores, o marco dos movimentos sociais. Ainda segundo o autor, em 1847 o parlamento inglês aprovou a lei que estabelecia a jornada de trabalho para 10 horas diárias, que passou a vigorar em 1º de Maio de 1848 - data em que hoje se comemora o Dia Internacional dos Trabalhadores. Esse dia é marcado como a primeira conquista significativa na luta da classe operária.

Esse processo de organização da classe trabalhadora passa a ocorrer nos demais países recém-industrializados da Europa. A então emergente classe começa a se organizar em movimentos operários na luta por melhores condições de vida e trabalho. Ao se organizarem na luta pela redução da jornada de trabalho, os trabalhadores se uniam nas chamadas *unions*, que para os latinos eram chamados de sindicatos. A organização das *unions* nos diversos países da Europa resultou no primeiro Encontro Internacional da Indústria Têxtil onde, segundo Gianotti (2007), decide-se criar a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) na Inglaterra, momento do lançamento da campanha pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

Desta forma, temos a luta pela redução da jornada de trabalho em âmbito internacional, mas a primeira conquista ocorre na Inglaterra, onde o Estado implanta uma legislação trabalhista garantindo a redução da jornada de trabalho, além da fixação de alguns salários, previdência, férias, assistência, proteção contra acidentes, entre outros benefícios.

A luta pela redução da jornada de trabalho chega também aos Estados Unidos da América (EUA). Em 1º de Maio de 1886, em Chicago, inicia-se uma greve geral com a campanha: “A partir de hoje, nenhum operário deve trabalhar mais de 8 horas por dia: 8 horas de trabalho, 8 horas de repouso e 8 horas de educação”. De acordo com Gianotti (2007), essa

luta foi fortemente reprimida pelo Estado, resultando em inúmeros operários mortos, feridos e principalmente presos. A greve geral em Chicago não obteve inicialmente vitória por parte dos trabalhadores, contudo “fez com que os trabalhadores se unissem ainda mais nas centrais sindicais” (ARANTES, 2013, p. 24).

A luta para a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias se torna mundial e cada país conquista este direito em diferentes momentos históricos. Gianotti (2007) afirma que essa foi uma das mais longas batalhas da classe operária em todo o mundo, se estendendo até o século XIX. Mais especificamente, este princípio de organização da classe trabalhadora, perpassa o período de desenvolvimento do capitalismo concorrencial até o estágio imperialista.

Entende-se que nesse processo de organização da classe trabalhadora em movimentos sociais, os primeiros sindicatos e os partidos comunistas tinham um claro posicionamento de defesa de um projeto revolucionário. De acordo com Arantes (2013), orientados com base no Manifesto do Partido Comunista e pela I e II Internacional Comunista, havia um claro projeto que tinha como perspectiva a luta pela emancipação humana e política.

Contudo, na medida em que o capitalismo se desenvolve, desenvolvem-se também as formas de produção, intensifica-se cada vez mais a exploração, e diversifica-se as formas de distribuição de rendas, salários e o tratamento, ou a relação do Estado com a classe operária. Assim, com vias de garantir cada vez mais o desenvolvimento e consolidação do capitalismo, desmobiliza-se automaticamente a classe trabalhadora e suas organizações, tais como os movimentos, sindicatos e partidos políticos.

Os modelos de produção interferem fortemente nessa relação do Estado com a classe trabalhadora e do próprio movimento operário. Após o período de organização e conquistas da redução das jornadas de trabalho tem-se, na década de 20, o surgimento do padrão de produção fordista. Segundo Alain Bihir (1998), o modelo de produção fordista tinha como eixo central a distribuição de ganhos da produtividade nos salários dos operários. Esse modelo repercutiu na forma do Estado se comportar perante a classe trabalhadora, ao conceder benefícios, como a seguridade social e assistência social, mas mantinha meios de garantir a alta taxa de lucro da burguesia.

Arantes (2013), parafraseando Bihir (1998), sobre as transformações no modo de produção no período pós-guerra, afirma:

Segundo Bihir (1998), essas transformações se passam primeiramente na estrita separação entre as tarefas de concepção e de execução, parcializando o processo de transformação e formação de mercadorias, cabendo ao operário executar apenas alguns gestos elementares. Esse processo foi denominado de taylorismo; mas também houve o que chamamos de fordismo, que nada mais era a mecanização do

processo de trabalho, fazendo com que os operários executassem apenas gestos, perdendo aos poucos a consciência de sua capacidade de transformação da mercadoria. (ARANTES, 2013, p. 34)

De acordo com Oliveira (2013), as novas medidas adotadas pelo Estado, de seguridade e assistência social, junto com o aumento salarial, fez com que os trabalhadores aceitassem facilmente esse novo modelo de produção, tendo em vista que os mesmos passaram a usufruir melhor da sociedade de consumo. Todo esse processo culminou automaticamente no enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora, favorecendo assim, segundo Arantes e Oliveira (2013), o projeto hegemônico burguês através do reformismo social.

Bihr (1998) aponta que o modo de produção fordista/keynesiano reduz o chamado tempo morto, gerando o aumento da produtividade. Dessa forma, ainda segundo o autor, esse novo modo de produção se apropria do aspecto intelectual do trabalho operário. Os trabalhadores passam a perder a consciência da sua própria produção, deixando cada vez mais o trabalho alienado, o que segundo Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2009), faz com que o ser social não se reconheça enquanto sujeito, acreditando que os produtos existem independentes do seu trabalho.

Arantes (2013) afirma que esse aumento da produtividade não foi acompanhado e compatível com a demanda de consumo, sendo um dos fatores que acarretou a crise de 1929. A solução encontrada para minimizar os impactos negativos da crise para o capitalismo foi a intervenção do Estado, que propiciou a diminuição do tempo de trabalho e o aumento dos salários para garantir ainda mais o consumo da classe trabalhadora. Desta forma Oliveira (2013) nos mostra que foi o Estado quem gerou as condições para a solução da crise do capitalismo de 1929:

[...] esta crise impôs uma alteração na função do Estado, haja vista a miséria generalizada provocada pelos altos índices de desemprego, a queda no comércio exterior e na produção industrial. Ou seja, o capitalismo visando superar sua crise de superprodução redefine o papel do Estado de forma a atender a recuperação econômica e garantir as taxas de acumulação. (OLIVEIRA, 2013, p. 19)

Assim, ainda segundo Oliveira (2013), ressurgiu na cena política e econômica a classe operária, que passa novamente a reivindicar liberdade nas organizações e participação política, e a questionar o modelo de produção fordista, buscando novamente reaver suas organizações.

Segundo Arantes e Oliveira (2013) têm-se neste momento

[...] uma alteração na organização e articulação do sindicalismo. Se antes tínhamos um sindicato combativo, os mesmos passam a fazer o papel de meros mediadores entre trabalhadores e patrões, ou trabalhadores e Estado, deixando de lado a luta de classes, e até mesmo negando-as. Os sindicatos passam a trabalhar e reivindicar apenas pela manutenção de alguns direitos conquistados com o pacto

fordista/keynesiano, pela renovação dos contratos coletivos de trabalho, assumindo e aceitando então o projeto reformista implantado pela burguesia [...] (ARANTES, OLIVEIRA, 2013, p.36)

Ou seja, temos uma classe operária que tenta se organizar contra o padrão fordista e que, ao mesmo tempo, é também representada por um sindicalismo que busca manter alguns antigos benefícios, mas não é contrária à ordem ou aos patrões.

Neste momento, observa-se o crescimento dos EUA como maior potência econômica mundial, que passa a emprestar dinheiro para Europa e Japão se organizarem no período pós-guerra, através do Plano Marshall. Segundo Sérgio Lessa (2007), esses países, no entanto, se desenvolveram e passaram a competir no mercado com os EUA, que passa então a baratear os preços de seus produtos para elevar o consumo.

Ainda segundo Lessa (2007), temos neste período o desenvolvimento das políticas públicas e o aumento salarial garantido pelo Estado como meio de promover mais acesso dos trabalhadores aos bens de consumo. Esse período ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social. Com o crescimento das políticas públicas, do aumento salarial, de falsas melhores condições de vida e trabalho é gerado, em toda a Europa e EUA, um expressivo desaparecimento dos movimentos sociais.

Entretanto, com o passar dos anos, em especial na década de 60, os primeiros sinais de esgotamento do Estado de Bem Estar Social assim como do modo de produção fordista se faziam sentir. “A produção crescia mais que o consumo, e seria necessário criar uma nova forma de financiamento para o sistema. Esta nova forma foram as transnacionais, além de um novo modo de produção, que ficou conhecido posteriormente como o modelo de acumulação flexível” (ARANTES, 2013, p. 37).

A partir da década de 60, através da acumulação flexível, surgem as chamadas transnacionais, que foram acompanhadas de perto por Estados ditatoriais. Conforme Lessa (2007), o Estado de Bem Estar Social, que se desenvolveu através da derrota do movimento dos trabalhadores e do desmanche dos sindicatos, passa a agir como um Estado Neoliberal, com o mínimo de responsabilidade com as políticas sociais, e muita tortura devido ao Estado ditatorial.

Buhr (1998) aponta que a crise econômica expressa no fim do modelo de produção fordista, trouxe consigo inúmeras demissões, reduções de salários mínimos, dentre outros. Ou seja, era a classe trabalhadora quem pagava novamente pela crise econômica e estrutural.

Este seria o momento propício para o fortalecimento e ressurgimento em cena de um movimento operário fortalecido e combatente, contudo não é o que ocorre.

Desde então, diante dessa modificação radical dos dados estratégicos da situação, as organizações constitutivas do modelo social-democrata do movimento operário tornaram-se cada vez mais inadaptadas, sejam em suas práticas, seja em suas estruturas, seja em suas representações. (BHIR, 1998, p. 79)

O que se observa, segundo Bihir (1998), é uma parcela da classe trabalhadora tentando fazer “acordos” com a burguesia. Ou seja, assim como os sindicatos passam a fazer acordos e mediações entre as duas classes antagônicas, os movimentos operários passam a fazer a mesma coisa, com o intuito de não perder os benefícios conquistados na era fordista. “O movimento operário se encontra nu e desarmado: privado de qualquer estratégia própria, reduzido à impotência, condenando ao mesmo tempo o proletariado a escolher entre uma revolta estéril e uma resignação eviltante” (BHIR, 1998, p. 82). Desta forma, o que se verifica é que o projeto revolucionário do movimento operário é substituído pelo projeto reformista.

Na década de 70, há uma intensificação do capital internacional, O Estado passa a investir cada vez mais com base no F.M.I e B.M., intensificando a ideologia burguesa, uma dita substituição do projeto societário defendido pelo movimento operário que, de acordo com Arantes e Oliveira (2013) passam a se colocar ao lado do Estado aceitando assim facilmente o neoliberalismo.

Como o processo de internacionalização do capital, bem como das medidas econômicas ditadas pelo F.M.I. e B.M. seria necessário, criou-se um movimento social e operário de cunho também internacional. Segundo Bihir (1998), isso chegou a ocorrer apenas por nome, nada de efetivo e de uma real organização internacional da classe operária.

Já na década de 80, segundo Oliveira (2013), a abertura econômica da Rússia e a queda do Muro de Berlim com o fim da Guerra Fria, repercutiram em uma chamada “crise ideológica” no interior do marxismo, aproximando assim a classe trabalhadora das teses pós-modernas, que corroboraram para a fragmentação e cada vez mais para o projeto reformista defendido pelo movimento operário.

Para Arantes (2013), é sob este cenário que temos o enfraquecimento do movimento operário, que junto com a chamada “crise do marxismo”, em especial após as denúncias dos crimes de Stalin, emergem os “novos movimentos sociais”.

Foi através de movimentos de protesto contra a Guerra dos EUA no Vietnã, o Maio Parisiense em 1968, que os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, homossexuais, feministas, dos negros, pelos direitos civis, entre outros, se fizeram fortemente presentes, dando início ao que se denominam os chamados “novos movimentos sociais”, inspirados em especial pelo Maio Frances de 1968. (ARANTES, 2013, p. 41)

Conforme Antunes (1980), o movimento operário com a contestação do poder do capital sobre o trabalho se estende para fora da fábrica a partir do Maio Frances de 1968.

Tem-se em cena uma nova disposição dessa classe trabalhadora, que passa a se organizar por bandeiras com base em direitos civis e identitários, que perpassam fora da esfera trabalhista com a entrada dos estudantes na luta junto à classe trabalhadora, gerando uma greve geral que parou o país.

Para Bihl (1998), esses “novos movimentos sociais” são a expressão de novas *práticas alternativas*. Segundo o autor, o Estado tenta apropriar-se da práxis social, induzindo novas formas de sociabilidade e de um novo modo de vida em sociedade, associadas à ideia da individualização, ou seja, da responsabilidade da sociedade civil perante as expressões da questão social, e a culpabilização do sujeito frente às desigualdades sociais. É assim que o capitalismo se apodera da práxis social, na medida em que passa a responsabilidade para os indivíduos, tanto no âmbito do direito, da psicologia, da política, dentre outros, resultando assim no conjunto de crises expressas na sociedade: crise da família, da sexualidade, das identidades territoriais. Ainda para o autor, essa série de crises sociais na verdade se configuram como crise da individualidade.

O Estado, como forma de conter essas crises da individualidade, responde com políticas sociais e a garantia de alguns direitos, como a utilização de Códigos Civis em resposta aos denominados “novos movimentos sociais” e suas “práticas alternativas”.

Outro diferencial que muito se expressa no conjunto da organização dos “novos movimentos sociais” é que os mesmos, por não colocarem em cheque o próprio capitalismo por terem em seu seio o projeto reformista e não questionador das desigualdades, não sofrem repressão do Estado como os movimentos trabalhistas de cunho revolucionário.

Como é possível perceber, para analisar o movimento dos trabalhadores sempre se coloca necessária a referência ao Estado, às classes sociais antagônicas e sua luta, aos processos econômicos, políticos e ideológicos, bem como o desenvolvimento do capitalismo e as transformações societárias. Ou seja, ao se estudar tais organizações, faz-se necessário também uma análise das classes sociais para entendermos o caminhar dos movimentos, em especial nos últimos anos, com o crescimento dos “novos movimentos sociais”. Porém, os movimentos sociais não operam de forma isolada, pois suas lutas entram em confronto com a classe hegemônica, e é através do Estado que eles buscam respostas às suas bandeiras de luta.

Desta forma, as transformações societárias alteram profundamente, junto com os diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, os rumos da classe trabalhadora bem como a sua relação com o Estado e automaticamente com os aparelhos do Estado e seus funcionários, o que Nico Poulantzas chama de Burocracia do Estado. Assim, se impõe na

realidade o problema do relacionamento entre essa burocracia de Estado e os movimentos dos trabalhadores.

Nico Poulantzas (1936 – 1979) foi um sociólogo e filósofo grego que fugindo da ditadura em seu país acabou exilando-se na França, um dos motivos pelas quais mais o motivaram à estudar acerca do Estado e suas estruturas. Poulantzas então, passa a ser aluno de Althusser e lecionar em Paris, em especial na década de 60, seguindo a corrente estruturalista e althusseriana. Poulantzas então passa a analisar a realidade em um período historicamente determinado pelo Maio parisiense de 1968 (ano em que o referido autor escreve seu primeiro livro), em um momento em que a Europa vive a chamada crise do Marxismo e o surgimento das teses pós-modernas, sobre a justificativa de que o economicismo marxista não dava mais conta da subjetividade humana, buscando por vezes uma reinterpretação do marxismo. É sobre este contexto que Poulantzas passa a analisar o Estado e sua estrutura econômica e superestrutura política e ideológica do modo de produção capitalista.

Como se pode notar nesta breve apresentação do histórico do movimento dos trabalhadores, os mesmos buscaram no Estado a resposta para suas bandeiras de luta. Entretanto o Estado, tendo o papel de “organizador” do bem comum, representa os interesses da classe hegemônica. Essa representação dos interesses de uma devida classe perpassa pelas suas funções ideológicas e repressivas, que afetam o conjunto da classe operária, bem como dos próprios funcionários do Estado, que também estão inseridos na divisão social do trabalho. Desta forma, uma análise da relação do movimento dos trabalhadores com a chamada burocracia de Estado por Poulantzas se apresenta como algo novo a ser debatido, tendo em vista que, como bem apresenta o autor, os funcionários do Estado, por diversos motivos, tendem a assumir os interesses da classe hegemônica. Ou seja, os funcionários do Estado, que dão as respostas efetivas aos movimentos sociais, tendem a defender os interesses da burguesia, o que é o contrário dos interesses dos movimentos da classe trabalhadora. Desta forma, é possível compreender que o Estado e seus funcionários, através das funções repressivas e ideológicas, culminam nos rumos que tem tomado os chamados “novos movimentos sociais”, voltados para uma luta individualista e fragmentada.

Sendo assim, a burocracia do Estado por vezes toma para si a defesa de bandeiras de luta da classe trabalhadora. Ou seja, ela pode se colocar ora como um aliado às demandas e aos interesses da classe trabalhadora, ora acabam por representar mais um empecilho e um dificultador enquanto representantes do Estado para o movimento operário. Além disso, podem conduzir constantemente, através dos seus aparelhos ideológicos e repressivos, a

defesa de um projeto reformista, que atinge e tangencia o momento atual de desarticulação das organizações da classe trabalhadora.

Porém, para a compreensão das relações do Estado com a luta de classes é necessário dizer que há, por parte de alguns marxistas e críticos, uma certa dificuldade em compreender a teoria marxista, devido aos vários equívocos de interpretação do pertencimento ou não dos sujeitos – indivíduos – às classes antagônicas (capitalistas *x* trabalhadores, ou burguesia *x* operários). Equívocos estes causados e “justificados” inúmeras vezes por uma relativa falta de “conceitos” ou de um aprofundamento no estudo de Marx, ou ao inconcluso capítulo de seu livro *O Capital*, devido a sua morte, que se referia às classes sociais. Justificativas incoerentes entretanto, pois como se pode perceber ao longo das obras de Marx, em especial nos livros *Manifesto do Partido Comunista*, *18 Brumário de Luis Bonaparte*, *A Guerra Civil na França*, *a Miséria da Filosofia* e *O Capital*, Marx fala inúmeras vezes das classes sociais e suas relações na divisão social do trabalho. E é, pensando na análise das classes sociais, para compreendermos a luta de classes e sua relação com o Estado, que buscamos em Poulantzas suas contribuições e limites para a análise do movimento dos trabalhadores.

Objetivos, justificativas e aspectos metodológicos

A partir do que foi exposto, constitui-se objetivo central desta pesquisa apreender o que Poulantzas nos oferece enquanto limites e contribuições para um estudo acerca do movimento dos trabalhadores. Para tal, busca-se extrair do autor tudo que nos é apresentado para a compreensão do Estado capitalista e sua relação com a luta de classes, para então apreendermos o movimento operário no seio da relação do Estado com a classe dominada. Desta forma, o estudo que aqui se apresenta é contributivo e inovador na medida em que apresenta a estrita relação do movimento dos trabalhadores e dos rumos da organização da classe operária com os funcionários do Estado.

Apresenta-se assim um estudo crítico de três obras de Poulantzas intituladas: *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (1977), *Poder Político e Classes Sociais* (1978) e *O Estado, o Poder, o Socialismo* (1980). Através da análise dessas três obras é possível extrair o que o autor nos fornece de subsídios para a apreensão e estudo do movimento da classe trabalhadora. Na medida em que o autor vai apresentando em seus estudos a estrita relação do Estado capitalista e sua relação no seio da luta de classes, enquanto representante dos interesses da classe burguesa, ele contribui para que possamos localizar e visualizar as ações e funções do Estado com a classe dominante e conseqüentemente, entende-se a partir deste

debate, os rumos que vêm tomando as organizações da classe trabalhadora no quadro contemporâneo.

Dentro deste quadro, Poulantzas apresenta também a burocracia de Estado, que é uma categoria social, buscando localizar os funcionários do Estado no quadro das classes antagônicas. Desta forma, a justificativa pela escolha do autor a ser analisado consiste em ser um dos poucos marxistas que discutem diretamente a burocracia de Estado e as tensões entre a luta de classes dentro dos aparelhos de Estado.

A importância de compreendermos a relação da burocracia do Estado no seio da luta de classes se dá pelo fato de que é por meio dos funcionários do Estado que os trabalhadores buscam suas bandeiras, da mesma forma que a resposta que o Estado apresenta às reivindicações da classe trabalhadora se dá através dos funcionários do Estado. Ou seja, a burocracia é a materialização deste Estado capitalista, e como tal, eles defendem os interesses de uma dada classe, que no caso é a classe hegemônica. Ao defenderem os interesses da burguesia, a burocracia tende a legitimar, através dos aparelhos do Estado, a ideologia burguesa e assim favorecem a desorganização e criminalização dos movimentos sociais mas, em contra partida acabam por institucionalizar as novas bandeiras do movimento operário.

Para assim compreendermos o movimento da classe trabalhadora e os rumos que essa organização vem tomando nos últimos anos, da fragmentação das lutas, da crescente desmobilização e criminalização dos movimentos, é necessário apreendermos a transferência de defesa de um projeto revolucionário para um projeto reformista. Para tal, é preciso antes abarcar as novas delimitações da própria classe trabalhadora, influenciada não só pela nova divisão social do trabalho, mas pelas interferências políticas e principalmente ideológicas no seio da luta de classes e do Estado.

Poulantzas, em sua diversificada obra nos apresenta conceitos de Estado, os tipos de Estado, a importância da ideologia e da política na constituição das classes sociais e, em especial, a divisão social do trabalho, para junto à política, compreendermos a sua relação com o Estado, burocracia de Estado e as classes. O autor analisa os aparelhos de Estado, a função da ideologia e da política, e suas relações com a luta de classes, tendo como base as obras de Marx, e com contribuições como de Lenin, Gramsci e Althusser.

Sabe-se que Poulantzas não analisa especificamente o movimento dos trabalhadores, e nem as formas de organização da classe trabalhadora, contudo o autor tem contribuições de suma importância para a análise da relação do movimento operário dentro do âmbito da luta de classes e da sua relação com o Estado. O autor busca abranger as relações econômicas,

políticas e ideológicas que perpassam o Estado e a luta de classes em um modo de produção específico, que é o capitalismo.

Desta forma, o modo de exposição do estudo que aqui se apresenta se dá de forma a analisar cada obra do autor separadamente, com suas particularidades no que se refere a aspectos importantes para o entendimento do movimento dos trabalhadores. Após a apreciação de cada obra, serão analisados os limites e as contribuições da referida obra para um estudo do movimento da classe trabalhadora. Para apreendermos de maneira rigorosa os limites de Poulantzas, utilizaremos autores como Décio Saes, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Nelson Coutinho, François Dosse, Edward Thompson, dentre outros, que nos darão suporte para uma crítica rígida à algumas questões que se encontram na obra de Poulantzas, e o que essas críticas colocam como limite efetivo para o estudo do movimento operário.

No decorrer da apresentação de cada obra já é possível visualizar onde se encontram os principais limites e contribuições do autor, que será problematizado ao final de cada apresentação. Desta forma, em cada fim de capítulo há a apresentação das principais contribuições e limitações das referidas obras para o estudo do movimento operário, como também a justificativa de cada critério avaliado e sua relação para futura compreensão do movimento dos trabalhadores.

Sendo cada capítulo a apresentação de uma obra, esses se apresentam de forma independente um do outro, embora em cada capítulo haja sinais dos capítulos anteriores. Na medida em que alguns elementos já terem sido anteriormente expostos, como meio de evitar a redundância, estes serão apenas apontados e referidos aos capítulos anteriores, assim como os limites e contribuições que remetem características do primeiro capítulo, para não serem retomadas as discussões e nem problematizá-las novamente, serão mencionadas apenas em formas de síntese com fim indicativo.

No primeiro capítulo encontra-se a análise acerca da obra *Poder Político e Classes Sociais* em que Poulantzas busca expor a teoria regional do político e a superestrutura do Estado capitalista. Apresenta-se na primeira obra do autor seu processo de conhecimento sobre a teoria regional do político, da superestrutura política e ideológica do Estado capitalista e sua relação com a luta de classes. Nesta obra, o autor faz sua primeira apresentação acerca da burocracia do Estado e do que ele entende por desenvolvimento das classes sociais no modo de produção capitalista. Assim, buscamos posteriormente fazer a análise crítica desta primeira obra exposta e as contribuições que *Poder Político e Classes Sociais* apresenta para o estudo do movimento dos trabalhadores.

O segundo capítulo apresenta a obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, em que o autor elabora um estudo acerca das classes sociais e seu desenrolar no desenvolvimento do capitalismo, especialmente no capitalismo monopolista. Aqui o autor apresenta sua maior contribuição na análise das classes sociais, especificamente a pequena-burguesia e a chamada nova pequena burguesia, apresentando a relação das mesmas com o Estado, através da superestrutura política e ideológica do Estado.

Como se pode perceber, na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, Poulantzas faz uma exposição de tudo que envolve a delimitação dos sujeitos nas classes sociais, assim como a sua relação com um dado modo de produção e o Estado. Após apresentar estes aspectos relevantes da obra, faz-se a análise crítica dos limites e contribuições do mesmo para o estudo do movimento operário, entendendo que para um estudo real do movimento dos trabalhadores é necessário primeiramente a apreensão das classes sociais e sua relação com o modo de produção, com o Estado e sob a ideologia hegemônica burguesa.

Logo após, apresenta-se o terceiro capítulo e a última obra de Poulantzas a ser exposta, *O Estado, o Poder, o Socialismo*. É neste momento que se encontra a maior contribuição do autor acerca da relação da burocracia de Estado com o rumo que a mesma toma em relação às bandeiras e defesas com a classe trabalhadora, tendo em vista que a burocracia de Estado é majoritariamente composta pela pequena burguesia, e como ela vai se aliando aos interesses da burguesia e em defesa do grande capital, mostrando uma certa tendência política da burocracia em relação às classes sociais. Neste momento o autor se debruça a sistematizar a teoria do Estado, retomando as particularidades deste Estado capitalista com a luta de classes.

É possível perceber que em todas as obras analisadas há a presença de um estudo rigoroso que Poulantzas faz acerca do Estado capitalista, desde a apresentação das funções do Estado até a forma como ele se relaciona com a luta de classes. Desta forma, a exposição se tornará um tanto quanto redundante na medida em que aborda o estudo do Estado e das classes durante todo o trabalho. Embora cada obra apresente uma particularidade, há uma tentativa de sistematizar os assuntos que já foram abordados anteriormente, sendo possível verificar esta prolixidade, inclusive pela tentativa de não fugir da apresentação sistemática das obras do nosso autor.

Ao abordar as referidas obras, é possível perceber algumas alterações no pensamento de Poulantzas, contudo, neste trabalho, não se faz uma análise intrínseca do autor, por isso não se mostra seu amadurecimento ao longo do trabalho. Embora essa abordagem fosse contributivo para o estudo que aqui se apresenta, o tempo para o mesmo é curto, e como este

não é o objetivo principal do trabalho, está será talvez uma pesquisa futura. Em síntese, não há, neste momento, nenhuma apresentação do amadurecimento do autor.

Assim, o presente trabalho parte de uma análise bibliográfica de Nicos Poulantzas. Como tentativa de não fugir e respeitar a própria trama do autor tem-se como apoio revisionismo bibliográfico do mesmo, na tentativa de provar que o que se apresenta não é o que se entende do autor, mas o que ele mesmo apresenta. Ou seja, tenta-se explicitar as coisas da forma como o próprio autor expressa, sem imputar nada acima do que o mesmo apresenta em suas obras. Entende-se que este tratamento bibliográfico é de suma importância como modo de apresentar da melhor forma possível o pensamento de Poulantzas, não inferindo críticas infundadas do mesmo.

Percebe-se que para o estudo rigoroso do movimento operário, conforme já exposto, é necessário analisar as classes sociais e sua relação no âmago do Estado capitalista com base na sua estrutura e superestruturas políticas e ideológicas. Para além, é necessário uma base histórica para compreender os rumos da organização da classe trabalhadora mediante as alterações no curso do desenvolvimento do capitalismo, que afetam o processo de trabalho, bem como a exploração e as formas de organização da classe operária. Para se aproximar da realidade social em que se encontra o movimento operário, entende-se que a melhor maneira de se aproximar do real concreto sobre a categoria de totalidade, saindo da aparência, seria um estudo do mesmo com base no materialismo histórico-dialético. Desta forma, entende-se que para aproximar da realidade social em que se insere a classe trabalhadora, bem como suas formas de organização é necessária uma análise dos fatos, desde a sua aparência até a sua essência.

Assim, o presente estudo se apresenta ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, e se refere às análises da Burocracia de Estado e da Luta de Classes em Poulantzas, e quais seriam as contribuições e os limites das análises do autor, para o estudo do movimento dos trabalhadores.

I CAPÍTULO: PODER POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS

Poder Político e Classes Sociais é uma das obras do filósofo e sociólogo Nicos Poulantzas, que busca analisar a teoria regional do político. Através de sua pesquisa, o autor tange a se aproximar do conhecimento acerca da superestrutura do Estado em um dado modo de produção e formação social.

Através do exame da teoria regional do político e do Estado, Poulantzas (1977) avalia as práticas políticas como sendo o “motor da história”. É através destas práticas que se tem uma transformação “da unidade de uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 39). Contudo, segundo o autor, a prática política deve ser analisada dentro do âmago do político, ou seja, junto à concepção da superestrutura política do Estado, para se superar uma análise historicista² sobre a política.

As estruturas políticas – o que designa como superestrutura política – de um modo de produção e de uma formação social consistem no poder institucionalizado do Estado. Com efeito, sempre que Marx, Engels, Lenin ou Gramsci falam de luta (prática) política distinguindo-a da luta econômica, consideram expressamente a sua especificidade relativa ao seu objetivo particular, que é o Estado enquanto nível específico de uma formação social. Neste sentido encontramos de fato, nos clássicos do marxismo, uma definição ideal da política. Trata-se de um modo preciso, da concepção indicada da prática política: esta tem por objeto o momento atual, produz as transformações – ou, por outro lado, a manutenção – da unidade de uma formação, na única medida, contudo exata, em que tem como ponto de impacto, como ‘objetivo’ estratégico específico, as estruturas políticas do Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 40-41)

Desta forma, as práticas políticas abordadas pelo autor demonstram que é através delas que a classe operária deve buscar alcançar sua emancipação, inclusive na luta pelo poder do Estado. Neste sentido, busca-se analisar como a classe operária se relaciona com a burocracia do Estado através do movimento dos trabalhadores, e quais são as contribuições de Poulantzas neste sentido.

Assim, interessa-nos apreender dentro das análises do autor o que ele nos fornece, enquanto contribuições e limites, para um estudo do movimento da classe trabalhadora. Apresentam-se as categorias que Poulantzas (1977) faz acerca do Estado capitalista, materializado na burocracia de Estado e no seio da luta de classes. É através desta relação que conseguiremos nos aproximar da temática do movimento operário, bem como da institucionalização das lutas da classe trabalhadora através da superestrutura política do Estado.

² Aqui o autor começa a deixar indícios de sua análise a-historicista, que abordaremos enquanto limites de pesquisa e análise da realidade de Poulantzas.

Busca-se apresentar os conceitos que o autor esboça acerca do Estado, do poder, das classes sociais e da burocracia de Estado. Essas quatro categorias abordadas são de suma importância para um estudo do movimento dos trabalhadores, tendo em vista que é no Estado que os movimentos operários buscam respostas às suas bandeiras, tendo em vista que este Estado está circunscrito na luta de classes, mas representa especificamente os interesses de uma classe dominante.

Pode-se perceber ao longo da exposição que Poulantzas (1977) constrói a teoria regional do político em um modo de produção específico, que é o capitalismo – o que confere um caráter de redundância ao se analisar o Estado e suas relações. Contudo, neste momento, a redundância acaba se tornando inevitável, na medida em que se apresenta a clara análise do autor, na tentativa de não fugir do rigor teórico e do percurso do mesmo na obra que aqui se apresenta.

1.1 O ESTADO CAPITALISTA

Neste momento apresenta-se a primeira abordagem do autor sobre os conceitos acerca do Estado capitalista e suas principais funções, para compreendermos a inserção deste Estado em meio à luta de classes.

Percebemos que é importante explicar algumas análises antes de apresentar os conceitos do Estado Capitalista e da luta de classes dentro do estudo de Poulantzas (1977). Uma diz respeito à análise do Estado em um dado modo de produção específico, o capitalista. Segundo o autor, dentro deste mesmo modo pode-se encontrar características de outros modos de produção, como por exemplo, no modo de produção capitalista, existem traços de um modo escravista e feudal.

Outro fator que deve ser analisado é sobre estrutura e superestrutura. Poulantzas (1977) apresenta nesta obra a superestrutura do político no modo de produção capitalista, com base na estrutura do Estado, que tem como papel dominante o econômico. É assim, inclusive, que o autor apresenta a relação entre o econômico e o político através das análises de Marx. Esta relação é referenciada pelo autor como:

1) a articulação do econômico e do político neste modo de produção (capitalista) é caracterizada por uma autonomia (relativa) específica destas duas instâncias; e 2) O econômico desempenha, neste modo, não apenas a determinação em última instância, mas igualmente o papel dominante. (POULANTZAS, 1977, p. 28)

No primeiro aspecto, Marx faz a análise considerando que essa relação ocorria de maneira diferenciada no modo pré-capitalista, onde a relação entre o econômico e o político,

segundo o autor, parafraseando Marx, era uma relação de “‘miscigenação’, ou relações ‘orgânicas’ e ‘naturais’” (POULANTZAS, 1977, p. 28).

Podemos em compensação estabelecer, no plano científico, que o M.P.C. é especificado por uma autonomia característica do econômico e do político, a qual estabelece uma diferença radical das suas relações, em comparação com as que mantém nos outros modos de produção (o que, de fato, não quer dizer que, nos outros modos, estas instancias não possuam uma autonomia relativa, mas antes que esta reveste formas diferentes) (POULANTZAS, 1977, p. 28)

Esta autonomia é o que “justifica” a existência de uma teoria regional do político, que “permite a construção do político como objeto de ciência autônoma e específica” (POULANTZAS, 1977, p. 29). Essa autonomia relativa do Estado e das classes sociais é uma das abordagens mais polêmicas do autor, que buscaremos apresentar mais adiante.

Retomando as análises de Poulantzas (1977) acerca da relação do econômico com o político – relação esta que deve ser bem entendida para a compreensão futura das análises do autor sobre as relações do Estado tanto com o modo de produção, como com as relações sociais e luta de classes – o autor utiliza as obras de Marx como ponto nodal para explicar essa relação³.

Assim, Poulantzas (1977) afirma que o período do modo de produção pré-capitalista se manifestava de forma diferenciada, tendo em vista que os trabalhadores ainda detinham a posse dos seus meios de produção, porém não detinham a posse das terras. Para estabelecer as relações de produção e de “obrigação” dos servos com os senhores era necessário, segundo o autor, uma relação política que garantisse a servidão. Desta forma, “Marx irá até mesmo dizer que, nestes casos, a ‘relação política’ entre senhor e servo, é uma parte essencial da relação de apropriação – relação esta pertencente à combinação econômica” (POULANTZAS, 1977, p. 29). O político, muitas vezes, faz o papel de “mediador” entre o trabalhador e a posse das terras, através do papel do Estado.

Já no modo de produção capitalista (M.P.C.), onde o trabalhador se encontra sem a posse dos meios de produção, que estão concentrados nas mãos dos capitalistas, essa relação muda, e o econômico passa a ser o fator dominante, como “processo de produção de mais-valia” (POULANTZAS, 1977, p. 32). Há então, no M.P.C. uma relação autônoma do econômico e do político, tendo em vista que o econômico e a produção de mais-valia não “param” ou não dependem diretamente do caráter político ou ideológico. O autor ressalta que as categorias políticas, ideológicas e econômicas são fundamentais para o funcionamento do

³ Não iremos nesse trabalho analisar a pertinência e o rigor com que Poulantzas retoma a letra marxiana. Isso, por si só, já seria um trabalho inteiramente à parte.

M.P.C., contudo, diferente do modo de produção pré-capitalista, funcionam de forma mais autônoma⁴.

1.1.1 A Função Geral do Estado

Segundo Poulantzas (1977), o Estado tem o papel de unidade, de organizador do povoação, ou seja, tem como função principal “construir o fator de coesão dos níveis de uma formação social”⁵ (POULANTZAS, 1977, p. 42). Dessa forma, a prática política teria como objetivo a transformação desta unidade de coesão do Estado e de “novas relações de produção”.

O Estado é o lugar onde se *condensam* os diversos níveis de uma estrutura social, e o lugar onde se reflete “o índice de dominância e de sobre determinação que caracteriza uma formação, um dos seus estágios ou fases” (POULANTZAS, 1977, p. 43). É essa relação que irá decifrar a problemática que Poulantzas apresenta da relação política-história. Segundo o autor:

Esta relação designa a estrutura do político, simultaneamente como nível específico de uma formação e como lugar das suas transformações, e a luta política como o “motor da história” tendo como objetivo o Estado, lugar de condensação das contradições entre instancias defasadas por temporalidades próprias. (POULANTZAS, 1977, p. 43)

Essa relação entre o político, a prática política e a transformação do Estado se dá de diferentes formas, de acordo com o modo de produção. A política, entendida como a relação entre a prática política e o Estado, é analisada em um modo de produção e uma formação social específica, assim como o Estado assume formas diferenciadas, enquanto unidade de coesão, em um dado modo de produção e formação social, com base na estrutura dominante. Da mesma forma que o Estado tem sua formação diferenciada em cada modo de produção, a sua função também sofre alterações.

No caso de Poulantzas (1977), analisa-se a função do Estado no modo de produção capitalista, que possui “a autonomia específica das instâncias e pelo lugar particular que nele cabe à região do Estado” e, dentre essa especificidade, se encontra o político “determinando a função particular do Estado como fator de coesão dos níveis automatizados” (POULANTZAS, 1977, p. 44).

⁴ Aqui novamente se encontra um equívoco de interpretação das obras de Marx por Poulantzas.

⁵ Segundo Marx (2005) em seu livro *A Sagrada Família*, é a sociedade quem mantém o Estado coeso, e não o contrário, ou seja, não é o Estado quem mantém esse papel de coesão como coloca Poulantzas.

Para se analisar a função do Estado no M.P.C., Poulantzas (1977) considera a relação entre o Estado e as práticas políticas, que remete à relação entre o Estado e o “conjunto da sociedade”. É assim que o autor se utiliza da análise de Engels acerca desta relação:

Engels diz-nos que: “(O Estado) é antes de tudo um produto da sociedade em um estágio determinado de seu desenvolvimento: é o testemunho de que esta sociedade está envolvida em uma insolúvel contradição consigo mesma, encontrando-se cindida em oposições inconciliáveis que é impotente para conjurar. Mas, para que os antagonistas, as classes com interesses econômicos opostos, não se aniquilem, a si e à sociedade, impõe-se a necessidade de um poder que, aparentemente colocado acima da sociedade, irá dissimular o conflito, mantê-lo nos limites da “ordem”, este poder, saído da sociedade, mas que se coloca acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 46)

Assim o autor reafirma que o Estado é a condensação das contradições da sociedade em uma formação social específica. Parafraseando Engels, o Estado “é o resumo oficial da sociedade” (POULANTZAS, 1977, p. 47). O Estado, desta forma, tem como papel principal na relação política a manutenção da ordem para efetivar os interesses e a organização de um dado modo de produção e formação social.

A função do Estado de manter a ordem se apresenta, conforme considera Poulantzas (1977), nas funções técnico-econômicas, no nível político, econômico e ideológico. Porém, para o autor, as funções econômicas e políticas são *sobredeterminadas*⁶ pelo político nas funções do Estado, tendo em vista que elas visam o fator de coesão entre a luta de classes através do Estado capitalista. De tal modo, esta função de coesão do Estado é um fator essencialmente político.

Não existe uma função propriamente ideológica, ou uma função política do Estado, “existe antes uma função global de coesão, que lhe é atribuída pelo seu lugar, e modalidades desta função sobredeterminadas pela modalidade especificamente política” (POULANTZAS, 1977, p. 49) - o que não quer dizer que o Estado não desempenhe uma função econômica em especial no processo de trabalho e na produtividade do trabalho. Porém, esta função se dá de diferentes formas de acordo com o processo de formação social em um dado período historicamente determinado. No entanto, no modo de produção capitalista, segundo o autor, há sempre uma relação do Estado com o modo de produção, de acordo com os interesses de uma classe específica. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado busca a coesão, a unidade, assume um duplo papel contraditório, como bem apresenta o autor: “papel de exploração e papel de organização-vigilância do processo do trabalho” (POULANTZAS, 1977, p. 51).

⁶ O termo ‘sobredeterminado’ em Poulantzas é uma característica que o autor abarcou de Althusser que quer dizer que um chamado “nível” é determinado por outro. Como neste caso, o ideológico é determinado pelo político, ou seja, é o político quem dita as relações ideológicas. Althusser e Poulantzas não visualizam como uma relação, mas sim como um que forma e enquadra o outro. E no caso, Poulantzas defende que o político é o fator determinante de todas as estruturas e níveis, desde o Estado até as determinações econômicas e ideológicas.

A função supracitada se refere ao fator econômico. Já o fator ideológico se apresenta através do ensino, educação, dentre outros. Por seu turno, o político advém da luta de classes no papel do Estado mantendo a ordem política no conflito⁷ entre as classes, visando “a unidade de uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 52), porém, baseada na dominação de uma classe sobre a outra. Como bem sinaliza o autor, mesmo na função econômica do processo de produção, há determinações políticas.

É neste contexto preciso que se pode estabelecer a sobredeterminação das funções econômicas e ideológicas pela função política, em sentido estrito, do Estado no conflito político de classe. Por exemplo, as funções econômica ou ideológica do Estado correspondem aos interesses políticos da classe dominante, constituem funções políticas, não simplesmente nos casos em que a relação entre a organização do trabalho e o ensino, por um lado, e a dominação política de uma classe, por outro, é direta e evidente, mas pelo fato de que estas funções têm como objetivo a manutenção da unidade de uma formação, no interior da qual esta classe é a classe politicamente dominante. Melhor ainda: é a medida em que essas funções têm como objetivo primordial a manutenção desta unidade que elas correspondem aos interesses políticos da classe dominante, e é este, precisamente, o sentido da passagem citada de Engels, para quem uma “função social” está sempre na base de uma “função política”. (POULANTZAS, 1977, p. 52)

De acordo com o autor, esta relação do Estado na função econômica se dá de forma a ser considerada o econômico enquanto fator dominante, conforme a necessidade de intervenção do Estado no setor econômico. Mas, por exemplo, no estágio do Estado Liberal, o papel dominante do econômico reflete-se pela dominação da função política - já que o Estado adota a postura de não-intervenção na economia. O que de forma alguma, como bem apresenta o autor, o Estado não tenha função econômica, ou que ela não seja importante, mas neste momento, ela não é dominante⁸.

1.1.2 Características e conceitos acerca do Estado Capitalista

Poulantzas (1977) analisa o Estado em um momento historicamente determinado, sobre um dado modo de produção. Sua análise se situa sobre o funcionamento do Estado Capitalista, sobre um modo de produção e uma formação social determinados. Assim, ao

⁷ Ao elencar que a função política do Estado consiste em manter a ordem, indica exatamente a forma com que o Estado responde às organizações da classe trabalhadora que questiona o modo de produção capitalista e o próprio papel do Estado em defender os interesses da burguesia e da exploração do trabalho. Contudo, também é através dessa função, que por vezes o Estado promove políticas sociais e direitos, como meio de manter um mínimo de ordem entre as classes.

⁸ Novamente aqui se apresenta uma leitura equivocada de Poulantzas acerca da centralidade do Estado e das concepções de base e estrutura.

potencializar as funções principais deste Estado, o referido autor analisa as relações de produção onde o econômico mantém a estrutura dominante.

Poulantzas (1977) considera em sua análise o Estado Capitalista, que se entende por representar os interesses de uma classe, ou dos indivíduos-sujeitos; onde seus representantes são definidos através do sufrágio universal e não mais sobre a ideologia da escolha “divina”; em que se busca a ideia da igualdade e liberdade dos indivíduos-cidadãos - representados no sistema jurídico através das leis, na ideia de um “Estado de direito”.

As características deste novo Estado não poderiam ser resumidas sobre a determinação do nível ideológico, sobre as demais estruturas, embora a mesma ainda exerça um papel fundamental nas relações sociais, na qual o Estado está fortemente ligado. Ao se analisar o Estado Capitalista, é necessário considerar que há teorias errôneas sobre a separação do Estado e da sociedade civil, que não cabem neste momento serem analisadas. O que nos interessa é examinar as relações do Estado com a sociedade civil, aos moldes do modo de produção capitalista, pois é nesses termos que apreendemos melhor as contribuições e limitações do autor conforme trataremos adiante.

Poulantzas (1977) analisa a relação do “indivíduo nu”, que dentro da perspectiva marxista significa o indivíduo sem a posse dos seus meios de produção. No M.P.C. o trabalhador se encontra “nu” dos meios para a produção e os capitalistas, por deterem a posse desses meios, conquistam conseqüentemente cada vez mais a concentração de capitais. De acordo com o autor é esta separação dos indivíduos dos meios de produção que gera o que Marx denomina de socialização das forças produtivas. Ou seja, não há uma separação do Estado com a sociedade civil sobre o nome dos sujeitos-indivíduos.

Em contrapartida, considerando o Estado capitalista como instancia regional do M.P.C., portanto, na sua relação complexa com as relações de produção, é possível estabelecer a sua autonomia específica em relação ao econômico. [...] Essa autonomia específica do político e do econômico do M.P.C., - descritivamente oposta por Marx a uma pretensa “miscigenação” das instancias do modo de produção feudal – relaciona-se finalmente à separação entre o produtor direto e os seus meios de produção; relaciona-se à combinação própria da relação de apropriação real e da relação de propriedade, na qual reside, segundo Marx, o “segredo” da constituição das superestruturas. (POULANTZAS, 1977, p. 123)

Superestrutura entendida como a relação jurídica-política do Estado.

Ainda segundo o autor, a sociedade civil “constitui uma noção, que, negativamente, indica a autonomia específica do político, mas de modo algum um conceito⁹ capaz de abranger a estrutura do econômico, as relações de produção”. E essa relação do sistema

⁹ Percebe-se aqui claramente a problemática do conceito mais adiante apresentada enquanto limite. Aqui o autor deixa claro que o que se deve fazer é ampliar o conceito, e não entender as relações que envolvem a sociedade civil em um todo. A preocupação do autor é em formular conceitos – formalismo.

jurídico-político do Estado, está diretamente relacionada às estruturas de produção através da “institucionalização” das relações de trabalho, como o contrato de trabalho. É um dos únicos casos de relação do Estado com o indivíduo-sujeito, apenas nas relações jurídicas.

Que este aparecimento do “indivíduo” ao nível da realidade jurídica seja devido à separação entre o produtor direto e os seus meios de produção, não significa portanto que esta separação engendre “indivíduos-agentes de produção” nas próprias relações de produção. Muito pelo contrário, o que se trata de explicar é como é que essa separação, que engendra no econômico a concentração do capital e a socialização do processo de trabalho, instaura, conjuntamente, ao nível jurídico-político, os agentes da produção na qualidade de “indivíduos-sujeitos”, políticos e jurídicos, despojados da sua determinação econômica e portanto, da sua inserção em uma classe. (POULANTZAS, 1977, p. 124)

Ainda segundo Poulantzas (1977) há, dentro destas relações, um “estatuto particular” que se refere a uma instância ideológica. A instância jurídico-política tem uma dominação ideológica do modo de produção capitalista, implantando a ideia dos sujeitos-indivíduos para justificar o então chamado “indivíduo nu”. Esta ideologia, que junto com a autonomia da estrutura econômica, onde “a estrutura do processo de trabalho é sobredeterminada pelo jurídico-político” e sua intervenção na esfera econômica, “conduz a toda uma série de efeitos sobredeterminados nas relações sociais, no campo da luta de classes” (POULANTZAS, 1977, p. 125).

Assim, dentro da relação do Estado com o campo da luta de classes, compreende-se um determinado tipo de Estado com suas funções e sua autonomia relativa frente a esse campo da luta de classes. Interessa-nos neste momento, entretanto, apresentar as concepções dos tipos de Estado para Poulantzas, para posteriormente analisarmos as classes sociais e suas relações no âmbito do Estado Capitalista.

É importante analisar a diferença dos tipos de Estado e sua relação com a luta de classes para compreendermos mais adiante como este Estado responde aos interesses da classe trabalhadora, o que futuramente dará aporte para o estudo acerca do movimento operário. No Estado Liberal, por exemplo, onde há uma intervenção mínima deste Estado na estrutura econômica, há conseqüentemente uma expressão e uma necessidade maior de organização da classe operária, e o Estado geralmente responde a estas organizações de forma repressiva e com poucos direitos em defesa dos trabalhadores.

As formas de Estado devem estabelecer uma relação em que se possam ser localizadas simultaneamente nas “relações entre as instâncias e o campo da luta de classe de uma formação social, e aparecer como formas de um mesmo tipo de Estado” (POULANTZAS, 1977, p. 144). Este tipo de Estado sugere “uma autonomia específica das estruturas econômicas e políticas, referenciável na autonomia do Estado e das relações sociais

econômicas, as formas de Estado desse tipo deverão ser consideradas segundo uma modificação da relação entre o Estado e essas relações” (POULANTZAS, 1977, p. 144).

Para se constituir uma forma específica de Estado e um tipo de Estado deve-se levar em consideração a apreensão, segundo o referido autor, da autonomia deste tipo de Estado nas suas relações com a luta econômica de classe, ou entre a hegemonia e o bloco de poder. As fases de um Estado, ou seus estágios, devem ser considerados conforme uma formação social específica. Assim, essas formas do Estado, no modo de produção capitalista, implicam na autonomia do econômico, que indicam “um tipo de articulação do político e do econômico” (POULANTZAS, 1977, p. 146).

Deste modo, essas formas de Estado de uma formação são caracterizadas por uma modificação específica da relação entre o político e o econômico. Contudo, essas modificações das relações entre as estruturas são aqui pertinentes, na medida em que é localizável na sua reflexão sobre o campo da luta de classes. (POULANTZAS, 1977, p. 146)

Essas formações, e relações entre o econômico e político, repercutem na forma de intervenção específica de cada tipo de Estado. Como, por exemplo, um Estado que interfere ou não na economia, depende da autonomia relativa do econômico em um momento concreto, ou seja, em uma fase do Estado sobre a relação das estruturas políticas e econômicas.

As diferentes formas de Estado apresentam-se sobre diferentes tipos de regimes de Estado, que não são uma relação de periodização cronológica, como podemos perceber no exemplo explicitado por Poulantzas (1977) do Estado intervencionista que se apresentou como regime presidencial americano, o parlamentarismo bipartidário inglês, etc. Cada regime possui uma temporalidade própria dentro de uma dada formação social e corresponde a um tipo de Estado específico e suas relações internas, como o bloco de poder.

Desta forma, a transição de um tipo de Estado para outro não pode ser considerada como um processo puramente histórico e/ou cronológico¹⁰, já que antes é um processo que Poulantzas (1977) chama de não-correspondência entre a “superestrutura política e a instância econômica”. Neste caso, o autor especifica a transição do período feudal para a consolidação do capitalismo, onde não se alteram apenas o processo histórico, ou a luta política de classe quando a burguesia assume o poder. Assim como não é apenas uma alteração no modo de produção, tendo em vista que no processo de transição, o modo produtivo era a manufatura, que prossegue, mas com alterações na forma de trabalho e do processo de trabalho. Em suma,

¹⁰ Claramente se pode notar que Poulantzas não possui uma compreensão acerca do movimento dialético e histórico.

o que se apresenta como período de transição é uma não-correspondência da superestrutura política do Estado em combinação com alterações na esfera econômica.

Após analisar a formação das funções deste Estado Capitalista, bem como as relações entre as estruturas e superestruturas, Poulantzas (1977) examina a separação dos poderes do Estado Capitalista – Executivo e Legislativo. Segundo o autor, o Estado Capitalista funciona como “unidade centralizadora, organizada a partir da dominância de um desses poderes sobre os outros” (POULANTZAS, 1977, p. 300). Esse poder, que é o dominante, ou seja, que sobrepuja sobre os demais, é onde se concentra o poder institucionalizado que reflete os interesses dos demais poderes do Estado, constituindo-se assim como uma unidade do poder do Estado.

É neste espaço que se encontra a fração hegemônica que se insere no ambiente do bloco no poder, e que “representa” a unidade, o interesse do povo-nação. E qual seria a relação das frações do bloco no poder com a separação dos poderes de Estado? Sobre isso Poulantzas (1977) afirma:

A presença, no terreno da dominação política, de várias classes e frações de classe, o que sustenta a formação do bloco no poder, é, quanto a este ponto, fundamenta. É efetivamente possível estabelecer que a distinção entre os poderes é devida às relações complexas entre as classes e frações desse bloco, e que foi instituída para o caso em que classes e frações diferentes desse bloco tivessem influência quer sobre o executivo, quer sobre o legislativo, por conseguinte, para o caso em que classes e frações diferentes se cristalizassem em lugares institucionais diferentes. (POULANTZAS, 1977, p. 301)

Porém, quando é apenas uma fração da classe que se encontra no bloco no poder, essa separação entre os poderes de Estado é inexistente.

A relação de dominância entre o Executivo e o Legislativo fornece uma análise concreta do problema relativo às formas de Estado, assim como suas relações de unidade e de autonomia. Como já mencionado, a distinção executivo-legislativo está ligada diretamente à predominância da interferência ou não do Estado na esfera econômica e política. Assim, as formas de Estado estão diretamente ligadas às relações desse Estado com a luta e organização de classe e na relação do mesmo com a luta econômica e política de classes. Desta forma:

Se é verdade que a distinção executivo-legislativo recobre funções diferenciais do Estado, as quais se referem a variações das formas de intervenção ou de não-intervenção do econômico e do político, não é, contudo, como tal que ela é pertinente como critério das formas de Estado: essa correlação entre as formas de Estado e a relação executivo-legislativo é, ela mesma, *sobredeterminada*. (POULANTZAS, 1977, p. 306)

Uma das relações que compõe a distinção e/ou a dominância do executivo sobre o legislativo se refere ao problema das formas de legitimidade das classes sociais, em especial, analisadas por Poulantzas (1977), no quadro do Parlamento. Essa distinção entre o executivo e

o legislativo corresponde às formas de legitimidade assim como a diferenciação dos processos ideológicos no jogo do bloco de poder, e da função do estado de representante da unidade do povo-nação. “A predominância característica do legislativo ou do executivo especifica, assim, as formas de Estado, na relação Estado-isolamento das relações sociais econômicas, na medida em que ela corresponde a diferenciações das formas da legitimidade burguesa” POULANTZAS, 1977, p. 307). Ou seja, a intervenção ou não-intervenção do Estado no econômico, a relação de dominância executivo-legislativo, referem-se à dominância da legitimidade burguesa.

No caso do Parlamento, como bem especifica Poulantzas (1977), a legitimidade se apresenta como uma vontade geral do povo, apresentada sobre a figura de um representante que, junto com os aspectos ideológicos, apresentam a legitimidade burguesa. Assim, a legitimidade burguesa se apresenta na forma de um representante que por meio do Estado representa a unidade do povo-nação sobre os moldes da burguesia através do papel dos partidos políticos, operando como uma manipulação da “opinião pública pelo aparelho de Estado” (POULANTZAS, 1977, p. 308).

Neste caso, o executivo apresenta o papel dominante, onde tem-se a figura de um representante apresentando o interesse geral do povo-nação, através do Estado, mas que no fim das contas não coloca em cheque a dominação da classe hegemônica no bloco de poder. Na verdade, no executivo, o Estado passa a organizar essa classe hegemônica. “A predominância característica do executivo em uma hegemonia dos monopólios responde diretamente a uma incapacidade particular de organização dessa hegemonia em relação ao bloco no poder no quadro do parlamento” (POULANTZAS, 1977, p. 311). O Estado, através do executivo, busca a organização através dos partidos políticos, representantes da fração de classe que se encontra como hegemônica no bloco do poder, ou seja, o papel político do Estado representado através do executivo.

1.2 ESTADO E LUTA DE CLASSES

Uma das principais abordagens para entender os rumos que vão tomando as organizações da classe trabalhadora, é compreender a relação do Estado com as classes sociais. É no Estado que a classe trabalhadora busca seus direitos, e é este mesmo Estado que atende às suas bandeiras e ao mesmo tempo representa os interesses do grande capital, representado pela classe hegemônica. É neste sentido que Poulantzas (1977) traz uma imensa contribuição, embora, como já antecipamos, haja muitas ressalvas em sua análise.

Mantendo a ordem de abordagem ainda na obra *Poder Político e Classes Sociais*, o autor nos traz seus conceitos e concepções sobre a relação do Estado Capitalista inserido na luta de classes, bem como o poder das classes frente à este Estado.

1.2.1 As Classes Sociais

Primeiramente, busca-se apresentar a parte conceitual¹¹ do autor referente às classes sociais. O conceito de classes advém do “conjunto das estruturas de um modo de produção e de uma formação social, e as relações que neles mantém os diversos níveis”¹² (POULANTZAS, 1977, p. 61). Esses níveis¹³ apresentam-se em econômico, político e ideológico. O conceito de classes se dá através da relação “global” destes níveis e

[..]das estruturas do domínio das relações sociais, os quais conotam, nas sociedades de classe, a distribuição dos agentes-superiores por classes sociais; e isto na medida em que as classes sociais determinam o lugar dos agentes-sujeitos relativamente às estruturas de um modo de produção e de uma formação social (POULANTZAS, 1977, p. 62).

Nesse conceito deve se levar em consideração que as classes sociais, em dado modo de produção, “conotam de relações sociais”, e tem conceito assim como o trabalho, a mais-valia, dentre outros¹⁴. Desta forma, o mesmo elucidada:

De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica, pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais. (POULANTZAS, 1977, p. 65)

Assim, segundo o autor, a constituição das classes se dá através da relação entre os diversos níveis e estruturas, em especial do econômico, político e ideológico dentro de um modo de produção e/ou formação social que refletem nas relações sociais e nas práticas das classes.

Outra consideração importante a ser feita acerca da relação da constituição do conceito das classes em um modo de produção, diz respeito exatamente ao número de classes em um dado modo ou formação social. As relações de produção por si só não são suficientes para determinar as classes sociais, mas por uma combinação de níveis e estruturas. Por exemplo, no modo chamado “puro” há a definição de duas classes antagônicas, constituídas

¹¹ Como se pode perceber ao longo da construção, o autor formula muito conceitos. Característica esta que será melhor abordada logo à frente.

¹² Para além da formação dos conceitos, Poulantzas formula seus conceitos com base em níveis e estruturas.

¹³ Os termos “níveis” e “estruturas” são uns dos traços de Althusser que Poulantzas carrega fortemente em suas análises.

¹⁴ Aqui se reforça a quantidade de conceitos que Poulantzas esboça e aponta, mas que não se apresenta aqui à fundo, por não ser objetivo direto da pesquisa.

(erroneamente, segundo o autor, por interpretações equivocadas dos leitores) pelo fator eminentemente econômico, deixando de lado a formação social do período. E como bem sinaliza Poulantzas (1977), este fator não é o suficiente para, sozinho, definir as classes. Então, dentro de um modo de produção, ou de uma formação social, podem existir mais de duas classes. Marx cita, por exemplo, no modo de produção “puro”¹⁵, o caso dos proprietários de terra.

Para a compreensão das classes sociais e da luta de classes, Poulantzas (1977) analisa os textos de Marx a respeito da luta de classes. Para além da crítica de uma possível interpretação historicista de Marx, o autor observa um problema na obra do jovem Marx, que diz respeito à formação e organização dos indivíduos em uma dada classe social. Segundo Poulantzas (1977), Marx afirma que se constitui uma classe social se a mesma se organiza de forma política.

No que diz respeito à luta econômica dos agentes da produção, entre capitalistas e operários, Marx nos diz que não se trata, neste caso, de luta de classe; no que diz respeito à luta econômica sindical, falará de “classe em si”, parecendo reservar o estatuto de classe para si, de classe “enquanto tal”, unicamente à luta política” (POULANTZAS, 1977, p. 71)

Porém, o próprio autor explica que nesta análise do modo de produção “puro”, Marx não tinha elaborado suas obras mais maduras, e estava ainda muito ligado à antropologia. Já na sua maturidade, o mesmo analisa que “as relações entre os indivíduos – agentes da produção, as relações capitalistas – operário assalariado tais como aparecem no primeiro livro, ou nas obras políticas em questão, são desde logo relações de classe: os agentes da produção são suportes de estruturas” (POULANTZAS, 1977, p. 72)¹⁶.

Em contrapartida, Poulantzas (1977) afirma que no caso da distinção da luta econômica sindical¹⁷ e da luta política há um grave problema nas obras de Marx. A análise de Marx, segundo o autor, “é uma impossibilidade teórica”, tendo em vista que a construção do conceito de classes “recobre a unidade das práticas de classe – “luta” de classe -, das relações sociais como efeitos da unidade dos níveis de estruturas” (POULANTZAS, 1977, p. 72). Mas para se analisar e conceituar as classes, segundo o autor, é necessário um exame destas com suas diversas instâncias e estruturas. E assim, Poulantzas (1977) tece críticas sobre as análises de Marx na construção do conceito de classes:

¹⁵ Esse modo de produção “puro”, muito descrito em toda a obra por Poulantzas, dá uma ideia forte de um tipo ideal de modo de produção - muito abordado em Max Weber.

¹⁶ No capítulo II de *O Capital* de Marx vê-se suporte ou portador de relações, e não de suportes de estruturas como Poulantzas apresenta.

¹⁷ Pouco o autor se refere às organizações da classe trabalhadora, e esse é um dos poucos momentos em que se tem referência ao movimento sindical.

Neste sentido, o exame isolado da prática econômica, política, ideológica de classe pressupõe o conceito de classe como recobrindo a unidade destas práticas – “luta” de classes -, em suma, do domínio das relações sociais. Ora, Marx faz aqui este recorte introduzindo-o, diretamente, de algum modo, no processo de construção teórica do conceito de classe. Resultado: o que, em Marx, é a expressão de uma impossibilidade de construção do conceito de classe unicamente ao nível das relações com as relações de produção, aparece ao mesmo tempo como um recorte no vazio, uma luta econômica que não seria uma luta de classe. [...] É neste contexto que se deve situar a importância particular que Marx atribui à luta política de classe como nível particular das relações sociais, consistindo em luta econômica, política e ideológica de classe. (POULANTZAS, 1977, p. 73)

Ou seja, segundo Marx, “a classe social, enquanto “ator-sujeito” da história, não existiria efetivamente senão ao nível político em que teria adquirido uma consciência de classe própria” (POULANTZAS, 1977, p. 73), o que, de acordo com Poulantzas (1977), é uma análise ligada à problemática historicista, tendo em vista que o nível econômico é analisado sobre as estruturas. Ainda segundo o autor, a análise teórica das classes, sem o efeito das estruturas, não consiste em um conceito, sendo apenas um recorte.

Poulantzas (1977) chega a afirmar que os exames que Marx faz acerca das classes sociais e dos conceitos de “classe em si” e “classe para si” não passam de conceitos de base hegeliana, pois para o autor, Marx, assim como Hegel, não analisam as classes senão sobre a ótica economicista, deixando a desejar uma análise teórica das estruturas.

Ainda para complementar a análise de que “a luta política de classe é o motor da história”, Poulantzas (1977) afirma que:

De fato, o papel que Marx atribui à luta política de classe nas relações sociais é análogo ao atribuído ao Estado nas estruturas, e reporta-se ao próprio estatuto do “político”. Na medida em que a superestrutura política é o nível sobredeterminante dos níveis da estrutura, concentrando as suas contradições e refletindo a sua relação, a luta política de classe é o nível sobredeterminante do domínio das lutas de classe – das relações sociais -, concentrando as suas contradições e refletindo as relações dos outros níveis de luta de classe. E isto na medida em que a superestrutura política do Estado tem como função ser o fator de coesão de uma formação, em que a luta política de classe tem como objetivo esse Estado. É neste contexto, que se pode situar exatamente o sentido da fórmula “a luta política de classe é o motor da história”. (POULANTZAS, 1977, p. 74)

E quais seriam então as classes sociais que são o motor da história? Para Poulantzas (1977), em um modo de produção “puro”, dentro de uma formação social, as classes sociais às vezes se encontram “fundidas” em outras classes. Ou seja, para além da distinção entre “burguesia e proletariado”, há outras “categorias” que estão fundidas dentro das classes. Como por exemplo, dentro da classe burguesa existe a pequena-burguesia, a burguesia industrial, bancária¹⁸, etc. Assim como também existem as camadas sociais, como por

¹⁸ Poulantzas apresenta mais no conjunto da obra aqui apresentada, as características principais da burguesia e sua relação com o Estado, o que não deixa de remeter à classe operária, contudo, não analisa a classe dominada com tanto rigor quanto apresenta as características e determinações da classe hegemônica.

exemplo, a burocracia do Estado, que mais a frente será analisada. Compreende-se, portanto, que dentro de uma classe ainda se tem as frações e camadas de classe, mas que não se constituem por si só uma classe distinta.

Segundo o autor, quando Marx analisa as classes em uma formação social concreta, não poderia analisar apenas enquanto formação política, ou apenas no nível econômico. Como o caso das análises de Marx acerca dos camponeses no bonapartismo, que se constituem enquanto classe distinta mesmo sem ter uma formação política própria (embora Bonaparte se portasse enquanto representante dos camponeses), nem ideologia própria.

Ou seja, mesmo quando uma “camada” não possui organização política própria, a sua relação com os demais níveis, bem como suas relações econômicas, ideológicas e histórias, podem constituir as camadas e organizações em classes sociais distintas, ou frações de classe, sendo elas autônomas ou não. Essas relações com os demais níveis tornam essas camadas classes sociais distintas, chamadas por Poulantzas (1977) de “efeitos pertinentes”.

Para o autor, os demais níveis, além do político, tornam essa “camada” uma classe ou fração distinta, caso seja necessário. Em suma, o efeito pertinente dominante não é necessariamente o nível político, pois é possível que seja o econômico ou ideológico, por exemplo. Assim como também não se pode dizer que o nível político não exista, contudo ele pode não ser o nível determinante.

De acordo com Poulantzas (1977), essas classes não são “concebíveis” senão com base nas relações sociais que consistem em práticas de classe. E estas práticas não são possíveis se não possuem uma oposição para constituir uma luta de classe. Assim, as classes sociais e suas práticas só existem através de uma “relação de oposição” (POULANTZAS, 1977, p. 83).

A relação conflitante a todos os níveis das práticas das diversas classes são o efeito das relações entre as estruturas, a forma que as contradições entre as estruturas revestem nas relações sociais: elas definem a todos os níveis, relações fundamentais de dominação e de subordinação das classes – das práticas de classe – que existem como contradições particulares. Trata-se, por exemplo, da contradição entre as práticas que visam a realização do lucro e as que visam ao aumento dos salários – luta econômica -, entre as que visam a manutenção das relações sociais existente e as que visam a sua transformação – luta política – etc. (POULANTZAS, 1977, p. 83-84)

As práticas políticas das classes em suas relações de oposição são o que constituem e dão materialidade às ações de organização da classe trabalhadora em oposição à exploração sofrida pela burguesia e pelo capital. Estas organizações se dão através do movimento dos trabalhadores, sindicatos ou partidos políticos.

1.2.2 As classes, o poder das classes e o Estado Capitalista

“O conceito de poder tem como lugar de constituição o campo das práticas de classe” assim como “as relações entre as classes são relações de poder” (POULANTZAS, 1977, p. 95). Segundo o autor, o poder é caracterizado pelo efeito do conjunto de níveis de estruturas¹⁹ da luta de classes, e que não há um poder de Estado, e sim um poder de uma classe determinada, cujos interesses determinam as intervenções e ações do Estado sobre as demais classes. As relações entre as diferentes classes sociais são relações de poder, segundo o autor, e o poder nada mais seria que o conceito “indicando o efeito do conjunto das estruturas sobre as relações entre as práticas das diversas classes em luta” (POULANTZAS, 1977, p. 97).

Assim, pois, afirmar que as relações de classe são, a todos os níveis, relações de poder, não é de maneira alguma admitir que as classes sociais estejam estabelecidas em relações de poder ou que delas possam ser derivadas. As relações do poder, tendo como campo as relações sociais, são relações de classe e as relações de classe são relações de poder, na medida em que o conceito de classe social indica os efeitos da estrutura sobre as práticas, o de poder os efeitos da estrutura sobre as relações entre as práticas das classes em “luta” (POULANTZAS, 1977, p. 99)

Poulantzas (1977) discorre sobre o conceito de poder e sua relação com os interesses de classe. “Designaremos por poder a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos” (POULANTZAS, 1977, p. 100).

Segundo o autor, o conceito de poder é sempre caracterizado pelo “conflito”, pela luta entre as classes, e a sua capacidade de realizar os seus interesses através das suas práticas. “Isso determina uma relação específica de dominação e subordinação das práticas de classes, que é precisamente caracterizada como relação de poder” (POULANTZAS, 1977, p. 101). Desse modo, o poder também é relacionado com a organização dessa classe, em como essa classe se organiza para atingir seus interesses, o que, para Poulantzas (1977), depende diretamente da condição das outras classes se organizarem e do grau de poder das mesmas para atingir seus interesses e suas práticas.

A partir desse viés, vê-se que os interesses de uma classe “estão situados no campo das práticas, no campo da luta de classes” (POULANTZAS, 1977, p. 105), pois não consistem em interesses individuais, ou psicologizados, mas a um interesse em comum de uma classe social, “relativos ao econômico, ao político e ao ideológico”. É o que chamamos de poder político, poder ideológico e poder econômico, onde dentro da luta de classe, uma classe se torna dominante, pois domina os poderes, em especial, o econômico. O que necessariamente não

¹⁹ Mais uma vez, o autor retoma que os conceitos são embasados em níveis e estruturas.

quer dizer, como bem sinaliza o autor, que uma classe é considerada dominante, mas detém todos os poderes das estruturas, sendo que as mesmas são autônomas.

Já o Estado propriamente dito não possui poder, segundo o autor. O que se tem é uma classe social que detém o poder, e se encontra neste aparato. As classes sociais que detém o poder são organizadas em centros de poder, sendo o Estado “o centro do exercício do poder político” (POULANTZAS, 1977, p. 111). A relação do poder das classes com as estruturas é que se localiza dentro destes centros do poder, tais como o Estado.

O Estado capitalista está efetivamente em relação com as relações sociais econômicas tal como se apresentam no seu isolamento, efeito do ideológico e do jurídico, e isto na medida em que as relações sociais econômicas consistem em práticas de classe, ou seja, em ação efetiva, desde logo sobredeterminada, dos agentes distribuídos em classes sociais ao nível econômico. [...] O Estado capitalista é pois determinado pela sua função relativa à luta econômica de classe tal como esta se apresenta devido ao efeito de isolamento [...] (POULANTAS, 1977, p. 128-129)

Entende-se por isolamento as estruturas jurídicas e políticas

[...] determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, instauram, ao nível os agentes de produção distribuídos em classes sociais, na qualidade de “sujeitos” jurídicos e ideológicos, tem como efeito, sobre a luta econômica de classe, a ocultação, de forma particular, aos agentes, das suas relações enquanto relações de classe. (POULANTZAS, 1977, p. 126)

Esse isolamento se dá em especial pela concorrência, tanto entre capitalistas e operários, como entre operários e operários, e capitalistas e capitalistas. Essa concorrência “consiste no efeito jurídico e do ideológico sobre as relações sociais econômicas” (POULANTZAS, 1977, p. 126).

Desta forma, o Estado se apresenta enquanto representante do “interesse geral” econômico do “povo-nação”, com base em toda uma relação complexa da ideologia e do processo de isolamento das relações sociais. Por meio do Estado se criam instituições regionais representando os interesses de classe das relações sociais, através do efeito da ideologia e do processo de isolamento no setor econômico.

Essa relação produz uma dita autonomia²⁰ da luta econômica e da luta explícita de classes dentro do seio do Estado Capitalista, revestido em autonomia relativa do Estado, que representa os interesses de classe e que é representado através de uma luta política de classe.

Uma das características dessa luta, relativamente autonomizada da luta econômica, consiste efetivamente no fato, constantemente sublinhado pelos clássicos do marxismo, da tendência a construir a unidade de classe a partir do isolamento da luta econômica. Isso assume uma importância particular na relação entre a prática-luta-política das classes dominantes e o Estado capitalista, na medida em que essa prática é especificada pelo fato de ter como objetivo a conservação desse Estado e visar,

²⁰ A autonomia analisada por Poulantzas é considerada um dos maiores problemas em suas análises por alguns autores. Contudo, essa discussão será melhor abordada nos limites das análises do autor.

através dele, a manutenção das relações sociais existentes. (POULANTZAS, 1977, p. 132-133)

Ainda sobre a relação de poder entre as classes sociais e o Estado, Poulantzas (1977) analisa os conceitos de hegemonia. Esta análise está associada à relação do Estado com a classe dominante. Uma das funções está baseada na obra de Antonio Gramsci em especial, que “indica a constituição dos interesses políticos dessas classes na sua relação com o Estado capitalista, como representativos do ‘interesse geral’ desse corpo político que é o ‘povo-nação’ e que tem como substrato o efeito de isolamento econômico” (POULANTZAS, 1977, p. 136). O Estado seria, dessa forma, a combinação dos interesses das classes distintas (subordinadas e dominantes), porém, mantendo sempre como prioridade os interesses, assim como criando “condições favoráveis” políticas e econômicas para a expansão do seu próprio grupo.

Já a segunda função é referente ao “bloco de poder”, ou seja, a hegemonia e o Estado “tornam possível o ‘bloco de poder’, composto de várias classes ou frações politicamente dominantes” (POULANTZAS, 1977, p. 137). Neste caso, uma classe ou fração mantém o papel dominante sobre a outra classe. A classe que mantém o bloco de poder seria, assim, a classe hegemônica.

O conceito de hegemonia permite precisamente decifrar a relação entre estas duas características do tipo de dominação política de classes que as formações capitalistas apresentam. A classe hegemônica é aquela que em si concentra, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e as frações dominantes; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista. (POULANTZAS, 1977, p. 137)

O Estado Capitalista cria condições para os interesses de uma classe determinada manter suas influências e controles.

O Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa, não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política. (POULANTZAS, 1977, p. 185)

Segundo o autor, o Estado tem o papel de garantir um equilíbrio dos interesses entre as classes - a dominante e a dominada, desde que, ao equilibrar esses interesses, não modifique e nem prejudique o papel do Estado e nem a organização dos interesses principais da classe hegemônica. “Neste sentido, o Estado capitalista comporta, inscrito nas suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas” (POULANTZAS, 1977, p. 185).

Essa relação de equilíbrio entre os interesses das classes, mas mantendo sempre a primazia dos interesses da classe dominante, se dá através da relação da ideologia política.

Através dessa ideologia política, o Estado consegue garantir os interesses econômicos da classe hegemônica. Tendo em vista que o Estado é o representante dos interesses do povoação, ou seja, o próprio Estado está circunscrito na divisão da sociedade em classes, através da autonomia política das estruturas, ele garante a manutenção dos interesses da classe dominante, mesmo que isso se constitua em algumas “concessões” para a classe dominada.

Assim, para garantir os interesses econômicos da classe dominante, muitas vezes o Estado, segundo Poulantzas (1977), visa a desorganização política das classes dominadas²¹, como um dos “meios indispensáveis” para a hegemonia da classe dominante. Desta forma, o Estado possui uma dupla característica:

[...] por um lado a sua autonomia relativa ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação de forças concreta, de uma política “social”, de sacrifícios econômicos em proveito de certas classes dominadas; por outro lado, é esta própria autonomia do poder político institucionalizado que permite cercear por vezes o poder econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar o seu poder político. (POULANTZAS, 1977, p. 188)

A classe que mantém esse poder, e que se encontra no bloco hegemônico no Estado Capitalista é sempre representada por uma fração da burguesia, que possui uma “incapacidade” de se organizar politicamente. O papel do Estado com essa fração de classe do bloco no poder é de organizar essa fração através da sua autonomia relativa de Estado. Assim, o Estado constitui “o fator de unidade do bloco de poder” (POULANTZAS, 1977, p. 297), o que não quer dizer, que essa unidade, ou essa organização, sejam estabelecidas através de um equilíbrio que o mesmo agrega entre a classe dominante ou as frações de classe, pelo contrário. Mas, automaticamente, o Estado não deixa que outra classe ou fração de classe assumam o bloco do poder contrário àquela que se apresenta nesta hegemonia.

No bloco de poder há mais de uma fração da classe burguesa, mas dentre essas frações há sempre uma que é hegemônica. Percebe-se então que hegemonia é diferente de dominação. Domina-se no bloco de poder a burguesia, mas entre os setores da burguesia, existe uma fração que é hegemônica, que se sobressai.

A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes funciona no sentido da unidade política sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica. A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 1977, p. 234)

Assim como há diversas classes ou frações de classes no bloco do poder, sendo uma hegemônica, há também as alianças entre as classes ou frações de classe, estando elas dentro

²¹ Uma das principais contribuições de Poulantzas nesta obra consiste em apontar o interesse do Estado junto à classe burguesa em desorganizar a classe operária.

ou não do bloco de poder, com intenções políticas ou econômicas. Porém, essas alianças não são, geralmente, duradouras. Sabe-se que há também as classes-apoio, que apoiam uma determinada classe no bloco de poder, mas que, segundo Poulantzas (1977), não passa de uma ilusão ideológica da classe que busca fazer esse apoio.

1.2.3 A Ideologia da classe dominante e a autonomia relativa do Estado

Neste momento, busca-se apresentar o que Poulantzas discorre sobre o papel da ideologia da classe hegemônica, bem como sua influência tanto na prática política das classes como em sua relação com o Estado. Além de identificar a influência da ideologia na relação de forças entre a própria burguesia no seio do Estado através da autonomia relativa de cada “estrutura”, e da própria luta de classes.

A ideologia diz respeito ao mundo no qual vivem os homens, às suas relações com a natureza, com a sociedade, com os outros homens, com a própria atividade, inclusivamente a sua atividade econômica e política. O estatuto do ideológico decorre do fato de refletir a maneira pela qual os agentes em uma formação, portadores das suas estruturas, vivem as suas condições de existência, a relação “vívida” dos agentes com estas condições. A ideologia encontra-se a tal ponto presente em todas as atividades dos agentes, que não é discernível da sua experiência vivida. Nesta medida, as ideologias fixam em um universo relativamente coerente, não simplesmente uma relação real, mas também uma relação imaginária, uma relação real dos homens com as suas condições de existência investida em uma relação imaginária. (POULANTZAS, 1977, p. 201)

Para Poulantzas (1977), a ideologia compreende conhecimentos e formas de vida de adequação dos sujeitos inseridos em uma estrutura, não necessariamente de forma consciente. Ela tem a função de “ocultar as contradições reais, reconstruir, em um plano imaginário, um discurso relativamente coerente que serve de horizonte ao ‘vivido’ dos agentes, moldando as suas representações nas relações reais e inserindo-as na unidade das relações de uma formação” (POULANTZAS, 1977, p. 202).

Assim, a ideologia constitui uma formação social em um dado modo de produção, uma unidade que rege sobre os indivíduos as “contradições reais do conjunto de uma formação” (POULANTZAS, 1977, p. 203). É o caso da ideologia dominante, que agrega essa unidade das relações de uma formação social, e que constitui uma “consciência de classe”, segundo o autor, na medida em que reflete a dissimulação e a articulação das instâncias do “vivido”.

A ideologia dominante, ao assegurar aqui a inserção prática dos agentes na estrutura social, visa a manutenção – a coesão – desta estrutura, o que quer dizer, antes de tudo, a exploração e a dominação de classe. É precisamente neste sentido que a ideologia é dominada em uma formação sócia, pelo conjunto de representações, valores, noções, crenças, etc., por meio dos quais se perpetua a dominação de classe;

ela é pois determinada por aquilo que se pode, por isso, designar como a ideologia da classe dominante. (POULANTZAS, 1977, p. 203-204)

A ideologia dominante é caracterizada por uma unidade no campo da luta de classes e dividida em diversas regiões, como a religião, economia, política, a filosófica, dentre outras. Poulantzas (1977) afirma que dentro dessas regiões há sempre uma ideologia dominante em um dado modo de produção e formação social. No modo de produção capitalista, segundo o autor, a região da ideologia dominante é a jurídico-política.

Essa região dominante sempre “encobre” uma outra região, como por exemplo a jurídico-política “encobre” a real supremacia econômica. Ao estabelecer os contratos de trabalho, por exemplo, buscando a “igualdade” através das leis, a ideologia jurídico-política ofusca o papel econômico ali estabelecido. É por isso que o autor afirma que: “A região dominante da ideologia é aquela que precisamente preenche, por numerosas razões, essa função particular de máscara” (POULANTZAS, 1977, p. 205).

A ideologia jurídico-política colabora para a primazia do econômico, seja nos contratos de trabalho ou na legalização da propriedade privada. Essa relação se dá, em especial, através do Estado, pois é ele quem garante o “interesse-geral” dos indivíduos por meio desta ideologia jurídico-política, escondendo assim, a exploração de classe.

O papel, em particular, do Estado capitalista em relação à ideologia apresenta-se como papel de “organização”: isso nada mais é que o resultado do investimento do papel próprio de unidade, que cabe ao Estado capitalista, no discurso da ideologia dominante, discurso esse desenvolvido a partir do papel particular da ideologia burguesa dominante. [...] Este apresenta-se não diretamente com um aparelho de dominação de classe, mas como a “unidade”, o princípio de organização e a encarnação do “interesse geral” da sociedade, o que, aliás, tem incidências capitais no funcionamento concreto do aparelho burocrático: ocultação permanente do saber no seio desse aparelho por intermédio de regras hierárquicas e formais de competência, o que só se torna possível pelo aparecimento da ideologia jurídico-política burguesa. (POULANTZAS, 1977, p. 210)

Porém, assim como o Estado “propaga” a ideologia da classe dominante, o mesmo também mantém uma certa autonomia frente a essa classe. Poulantzas (1977) analisa a autonomia relativa do Estado frente à luta política de classes em que, segundo o autor, é relacionada à autonomia entre as estruturas face à luta de classes e o campo das práticas políticas de classe. Por exemplo, a autonomia do Estado com a estrutura econômica “face à luta econômica de classe” (POULANTZAS, 1977, p. 253).

Para elucidar essa autonomia relativa do Estado, Poulantzas (1977) cita análises de Marx, Engels, Lenin e Gramsci acerca do bonapartismo para tentar demonstrar a autonomia do Estado face à luta de classes, revelando em suas análises seus equívocos teóricos, mas que não cabe neste momento examinar. Entretanto, um fator importante na obra dos referidos

autores citado por Poulantzas (1977) se refere à um chamado equilíbrio entre as classes ou frações de classe, que se relacionam com a autonomia relativa do Estado. Contudo, no caso do Estado Capitalista, esse equilíbrio coloca em cheque a dominância de uma determinada classe e sua relação com este tipo de Estado Capitalista.

Ao falar da autonomia do Estado frente às classes o autor afirma: “Essa autonomia existe mesmo no caso em que não se trata nem de um equilíbrio no sentido geral, nem de um equilíbrio catastrófico das forças sociais, sede da contradição principal” (POULANTZAS, 1977, p. 257). Esse equilíbrio entre as classes sociais não quer dizer que exista ou não uma relação de autonomia do Estado dependente desta relação entre as classes e suas lutas políticas.

Para finalizar essa análise observa-se que:

[...] essa autonomia do tipo capitalista de Estado não elimina a possibilidade de funcionamento, em uma forma histórica desse tipo, da autonomia devida ao equilíbrio, geral ou catastrófico, das forças presentes. Que é necessário notar bem é que essas autonomias, na relação entre o Estado e o campo da luta de classes, não são da mesma ordem. No caso de um equilíbrio das forças presentes, o Estado pode funcionar efetivamente, como diz Engels, no sentido objetivo de uma arbitragem entre essas forças. Em contrapartida, a autonomia constitutiva do tipo capitalista de Estado, na sua relação – de limites – com os caracteres específicos da luta de classe do M.P.C., não pode, em sentido algum, ser apreendida segundo o modelo de uma arbitragem. Se esses modos de autonomia relativa podem ser conjugados em uma forma concreta do Estado capitalista, podem igualmente ser contraditórios. A autonomia relativa de uma forma de Estado, devida a um equilíbrio das forças sociais presentes, pode por em questão, como veremos, a sua função relativa às classes e frações dominantes e, por tanto, o modo de autonomia relativa que lhe cabe em virtude da sua atribuição ao tipo capitalista de Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 258)

As concepções acerca da autonomia relativa do Estado frente à luta de classes repercutem, segundo Poulantzas (1977), na teoria atual do movimento operário²². Essas teorias se conciliam com uma perspectiva reformista²³, relacionadas à problemática da unidade e da autonomia relativa do Estado frente às suas estruturas políticas e econômicas.

Uma destas concepções é relativa às influências da concepção “institucionalista-corporativista”, segundo Poulantzas (1977). Essa concepção se refere à ideia da “soberania” da vontade do povo sobre o Estado, a partir da ideia da “unidade do Estado de classe” (POULANTZAS, 1977, p. 266). Essa soberania seria a unidade dos interesses representados em instituições no seio do Estado. Essa concepção resulta de uma ideia (ou falta dela) da autonomia entre as instâncias do político e do econômico. Esta corrente ganhou “seguidores”

²² Embora Poulantzas não tenha como objetivo analisar os movimentos sociais, em breves momentos como este aqui apontado, o autor referencia o movimento operário.

²³ Essa análise de Poulantzas acerca da autonomia relativa do Estado frente à luta de classes, mas que demanda de um projeto reformista, vai exatamente na direção do estudo dos rumos que vem tomando todas as organizações da classe trabalhadora, tanto em movimentos sociais, como nos sindicatos e partidos políticos.

pois a classe operária teria a ilusão de uma integração dentro do Estado através dessa unidade de interesses no seio do Estado.

A outra concepção se refere à “velha corrente da revolução a partir de cima” (POULANTZAS, 1977, p. 267). Essa ideia resulta de uma concepção de um equilíbrio entre as diferentes classes, consequente de um poder ou contra-poder detido nas mãos da classe operária. Essa concepção não leva em conta a autonomia relativa do Estado frente à classe dominante, nem aos interesses deste Estado em conjunto com a classe hegemônica, e conduz a um “oportunismo de direita” que busca o “extermínio de esquerda” (POULANTZAS, 1977, p. 270). Vê-se assim que essas duas correntes não levam em consideração a real autonomia do Estado Capitalista²⁴, tanto frente à luta política de classes, nem a sua autonomia frente à luta política e econômica.

Ainda sobre a autonomia relativa do Estado, o autor afirma:

Essa autonomia relativa nada tem a ver com a de um Estado de transição, nem com a de um equilíbrio de forças: por outras palavras, não coloca de modo algum em questão as relações profundas entre o Estado atual e a fração hegemônica dos monopólios: muito pelo contrário, pressupõe-nos. (POULANTZAS, 1977, p. 270)

Esta ótica de um projeto reformista, de uma ilusão de um Estado relativamente autônomo à luta de classes, que contribui para uma atual desorganização da classe dominada.

1.2.4 O Estado Capitalista e o campo da luta de classes

Como já observado, um estudo dos movimentos operários não pode se dar de forma isolada ou sem antes se analisar a relação do Estado Capitalista inserido na luta de classes. Esta é uma das principais contribuições do autor para uma futura análise do atual movimento da classe trabalhadora. Apresentam-se neste momento as principais temáticas abordadas pelo autor na obra *Poder Político e Classes Sociais* acerca do Estado Capitalista e o campo da luta de classes na qual ele se insere.

O Estado, enquanto representante do interesse geral da nação e da “unidade política do povo” (POULANTZAS, 1977, p. 273), é analisado por Poulantzas através do conceito de soberania popular, que, de acordo com o autor, está diretamente ligado à “unidade própria do poder político institucionalizado” (POULANTZAS, 1977, p. 273). Soberania popular

²⁴ Nestas análises das concepções acerca da autonomia relativa do Estado e da luta de classes, são analisadas em diferentes momentos ou periodizações históricas, em diferentes formações sociais. Por isso, em especial na formação do Estado Capitalista, estas concepções são analisadas pelo autor enquanto equivocadas ou enquanto teorias insuficientes.

constitui como fonte de legitimidade do Estado as pessoas políticas representantes dos indivíduos.

Contudo, o que mais importa aqui, é que a soberania do Estado e a soberania popular se superpõem: esse povo de cidadãos não é considerado como adquirindo a sua existência de corpo político, fonte de legitimidade, senão na medida em que assume uma unidade diretamente encarnada pela unidade do poder de Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 273)

A soberania popular está ligada à soberania do Estado, pois, é só através da representação que o “povo” aparece ligado ao Estado. Essa representação visa construir o “corpo político”, segundo Poulantzas (1977) dos interesses ou vontade de “querer pela nação” da sociedade. “O poder de Estado constitui uma unidade própria, na medida em que as suas instituições são organizadas como constitutivas da unidade do povo e da nação” (POULANTZAS, 1977, p. 274). Desta forma, o Estado não se apresenta apenas como representante de interesses individuais, como representante e papel da unidade, buscando os interesses em conjunto do povo-nação.

Assim, as instituições que compõem o Estado têm como representantes do “corpo político”, membros eleitos tidos como representantes do povo-nação. Estes membros estão inseridos dentro das estruturas institucionais do Estado, dando legitimidade a essa unidade característica do Estado.

Esta característica de unidade do Estado capitalista rege a sua organização centralizada: o declínio dos poderes locais refere-se diretamente à organização unitária do Estado baseado sobre este ponto central que é a instituição da soberania popular. A unidade do Estado encontra-se, além disso, sob outras formas, no sistema jurídico moderno em sentido estrito: esse conjunto normativo específico, constituído a partir dos “sujeitos do direito” declarados sobre a imagem dos cidadãos, apresenta, no mais alto grau, uma unidade sistemática na medida em que regulamenta por meio de lei, a unidade desses “sujeitos”. (POULANTZAS, 1977, p. 275)

Poulantzas (1977) analisa as concepções com base nas obras de Marx acerca da autonomia relativa do Estado frente à classe ou fração hegemônica e na sua relação com a luta política de classes. Para esta análise do Estado Capitalista, Marx exemplifica com o modelo do bonapartismo francês, mas que no momento não enunciaremos este exemplo, apenas os conceitos e relações desta autonomia relativa do Estado.

Para o autor, esse Estado relaciona-se aos “interesses políticos, à organização propriamente política das classes ou frações dominantes na sua luta política de classe com as classes dominadas” (POULANTZAS, 1977, p. 279). O Estado busca sempre favorecer os interesses da classe hegemônica, tanto na esfera da luta política, como na luta econômica, de acordo com seus interesses. Porém, uma classe, para se tornar hegemônica, ou para manter a

sua hegemonia política com base na autonomia, só pode realmente dominar se “erigir os seus interesses econômicos em interesses políticos” (POULANTZAS, 1977, p. 279).

A classe hegemônica só detém de fato o poder através da esfera política e ideológica, onde aparentemente se apresenta enquanto representante do interesse geral do povo-nação. “Trata-se aí do papel do Estado Capitalista em relação às classes dominadas, o que estabelece, aliás, a relação específica entre esse Estado e os interesses políticos das classes e frações dominantes” (POULANTZAS, 1977, p. 280).

Contudo, essa relação do Estado com a luta política de classes só pode se dar referente à sua autonomia relativa entre as mesmas. Segundo o autor, parafraseando sobre as análises de Marx e Engels, a burguesia, ou a classe dominante, é incapaz, “de se erigir, através dos seus próprios partidos políticos, ao nível hegemônico de organização” (POULANTZAS, 1977, p. 280). A classe hegemônica transforma os interesses políticos gerais em interesses particulares de classe. A burguesia, ainda segundo Poulantzas (1977), é impotente de realizar sua própria unidade interna, além da sua luta contra as classes dominadas, se tornando impossível a ideia de estabelecer uma hegemonia com a classe operária a fim de estabelecer uma unidade de representação do interesse do povo nação. É neste momento que o Estado capitalista intervém e demonstra sua autonomia relativa à luta política de classes. Entretanto isto não quer dizer que o Estado deixa de representar os interesses desta classe hegemônica, mas para isso, ele precisa intervir frente à sua autonomia de classes, e em especial com a classe dominada.

Essa autonomia relativa permite-lhe precisamente intervir, não somente com vista a realizar compromissos em relação às classes dominadas, que, a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo desta ou daquela fração da classe dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização do seu interesse político de classe. Basta mencionar o exemplo das chamadas “funções sociais” do estado, que atualmente assumem uma importância crescente. Se é verdade que, atualmente, elas são conformes à política de investimentos estatais, visando a absorção da superprodução da produção monopolista, e, portanto, conformes aos interesses econômicos dos monopólios, não é apenas verdade que elas foram impostas às classes dominantes pelo Estado, sob a pressão da luta das classes dominadas; isto traduziu-se frequentemente, por uma hostilidade entre o Estado e as classes dominantes. Elas foram mesmo, por vezes, impostas por governos social-democratas, o que em rigor, nada adianta para o caso. (POULANTZAS, 1977, p. 281)

A outra forma do Estado manter sua autonomia é realizar alianças com algumas classes ou frações de classes dominadas, através de um “apoio ideológico”, que na verdade se reveste em benefícios para os interesses da classe hegemônica, sobre a roupagem de “conformidade ao seu interesse político” (POULANTZAS, 1977, p. 282). Ou seja, mesmo

representando sua autonomia frente à luta de classes, o Estado não deixa de se apresentar enquanto representante maior, ou não se afasta da classe dominante. Outro fator importante que deve ser levado em consideração, é que o Estado, em sua autonomia relativa, não dá espaço para uma “participação efetiva das classes dominadas no poder político” (POULANTZAS, 1977, p. 285).

1.3 A BUROCRACIA E A LUTA DE CLASSES

Esta primeira obra de Poulantzas é o momento em que o autor faz suas primeiras análises acerca da burocracia do Estado. O autor entende por burocracia de Estado uma categoria social que trabalha dentro do aparelho de Estado, como o caso dos funcionários da polícia, da marinha, do exército, do executivo, legislativo, entre outros. Para o autor, a burocracia de Estado coloca “de algum modo, a funcionar as instituições do poder político” (POULANTZAS, 1977, p. 328). Contudo, a burocracia de Estado se referencia ao aparelho de Estado e não ao poder de Estado, como também sinaliza o referido autor.

Se tomarmos em consideração o todo complexo de um modo de produção e a eficácia específica das suas diversas instâncias, veremos que a burocracia é efeito específico da estrutura regional do Estado sobre os agentes, em uma formação social: é o mesmo mecanismo que constatamos nos “intelectuais”, na sua relação com a região da ideologia. (POULANTZAS, 1977, p. 328)

A estrutura regional do político também incide em efeitos aos agentes das classes sociais, “recobrando os efeitos do puramente econômico sobre os agentes” (POULANTZAS, 1977, p. 328). Isso ocorre na burocracia do Estado já que a mesma coloca para funcionar as instituições do Estado e o poder político. E, além de colocar para funcionar as instituições do Estado, manifesta também os impactos da ideologia burguesa sobre este Estado através do burocratismo, que mais adiante será analisado.

Essas relações sempre dizem respeito ao aparelho de Estado e não ao poder deste Estado. Ou seja, a burocracia de Estado, enquanto categoria social, depende mais do funcionamento interno deste Estado do que do poder político do mesmo. Por isso a burocracia de Estado não pode ser considerada como uma classe social.

Ora, o funcionamento da burocracia, especificada pela sua relação particular com o Estado, e pelo fato de pertencer ao aparelho de Estado, não pode deixar de ser estritamente determinado, ao nível político, pelo funcionamento de classe desse Estado. Por outras palavras, o que por vezes tem sido considerado como uma característica privilegiada da burocracia, a saber, a sua relação particular com o Estado, não só não a constitui como classe social ou fração de classe, como também, ao especifica-la como categoria, exclui precisamente a sua existência como fração autônoma de classe ao nível político, circunscrevendo o seu funcionamento dentro do poder de classe desse Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 330)

Assim, burocracia de Estado que não constitui por si só uma classe ou fração de classe, é uma categoria social, mas seus membros são de uma classe social ou fração de classe específica. “Se a burocracia constitui uma categoria específica, isso quer dizer que ela própria pertence a uma classe. Trata-se das classes ou frações de classes sociais de onde provém as diversas camadas da burocracia, onde se recrutam os membros da administração” (POULANTZAS, 1977, p. 330).

Os membros da burocracia de Estado, entretanto, advém de diversas classes. Contudo, percebe-se que a maioria vem da própria burguesia e estão nas chamadas “cúpulas” da burocracia. Seria o que, segundo o autor, Marx chama de “classe-detentora” do Estado. Os agentes dessa camada social podem identificar-se ou não com a classe hegemônica no bloco do poder. “Em suma, essas cúpulas da burocracia podem provir de uma classe ou fração de classe politicamente dominante, que faz parte do bloco no poder, mas que não é a classe ou fração hegemônica desse bloco” (POULANTZAS, 1977, p. 331).

Como se pode perceber, a burocracia do Estado funciona independente de seus agentes pertencerem ou não a classe hegemônica. A burocracia de Estado, conforme já exposto, depende muito mais do funcionamento do Estado do que do poder político propriamente dito. Conforme o autor explana, “depende antes do funcionamento concreto do aparelho de Estado, a saber, do lugar do Estado no conjunto de uma formação e das suas relações complexas com as diversas classes e frações” (POULANTZAS, 1977, p. 331). Assim, confirma-se que a burocracia de Estado, por si só, não detém um poder político, ela apenas exerce um poder da classe ou fração hegemônica.

Quando a burocracia do Estado não faz parte da classe ou fração de classe que se encontra na “cúpula”, no bloco de poder, a relação dessa burocracia com o poder se torna uma relação ainda mais complexa. Significa dizer então, como Poulantzas (1977 p. 332) indica, que a relação dessa burocracia com o poder político nem sempre é determinada pela atribuição de classe, mas sim pela mediação do Estado.

O funcionamento da burocracia do Estado não está diretamente ligado ao pertencimento ou não dos seus agentes à classe hegemônica, é o que confere um caráter de autonomia relativa da burocracia.

Deste modo, a burocracia coloca efetivamente um problema particular. Graças a essa relação específica com o Estado, a burocracia acede, no caso de uma identidade entre as classes hegemônica e detentora, a uma autonomia relativa face àquela e, no caso de uma defasagem entre essas classes, coloca-se ao serviço dos interesses políticos da classe hegemônica, a despeito da sua atribuição de classe à classe detentora. Neste último caso, conserva sempre, contudo, uma autonomia relativa face à classe hegemônica, não pelo fato de ter uma atribuição de classe diferente –

classe detentora -, mas em virtude do seu caráter de categoria específica por intermédio da sua relação com o Estado. (POULANTZAS, 1977, p. 333)

Já a relação da burocracia de Estado com as classes dominadas, ou melhor, os membros da classe dominada que não encontram dentro do capitalismo uma estabilidade no trabalho, busca na administração do Estado sua segurança pessoal. Esses membros, ao aderirem espaço e ocupação no seio do Estado, se tornando “agente” da burocracia do Estado, geralmente identificam-se com os interesses e a ideologia da classe dominante e/ou hegemônica. Quando há interesses compartilhados, esses agentes podem se tornar uma classe-apoio da “cúpula” da burocracia²⁵.

Outro fator importante na análise de Poulantzas (1977) sobre a burocracia de Estado e as classes hegemônicas na sua consolidação no Estado Capitalista, consiste na compreensão da diferença entre *burocracia* e *burocratismo*. O autor analisa estas duas categorias com base nas obras de Marx, e nas contribuições que julga contundentes de Max Weber²⁶.

Segundo Poulantzas (1977), toda a sua análise a respeito da burocracia e do burocratismo consiste em um modo de produção onde o capitalismo é determinante, tendo em vista que esta análise se daria de forma diferenciada se fosse analisada no modo feudal, por exemplo. Para o autor, segundo as análises de Marx, a burocracia constitui:

[...] como objeto específico de pesquisa teórica, de modo algum remete para um funcionamento excepcional e patológico do aparelho de Estado capitalista: exprime antes, um caráter constitutivo do aparelho de Estado referido ao tipo teórico do Estado capitalista. Assim, quando Marx, (nas suas obras de maturidade), Engels e Lenin fazem a crítica da burocracia do corpo “estranho” à sociedade, não é com a finalidade de circunscrever um caráter excepcional, em uma situação concreta, desse aparelho em uma formação capitalista; na realidade, propõe-se referenciar toda uma série de contradições entre essa categoria específica do aparelho de Estado e uma formação capitalista, “corpo parasitário” absolutamente necessário ao seu funcionamento e cuja existência se relaciona com o tipo capitalista de Estado. Essas contradições situam-se nas relações entre o funcionamento da burocracia e as classes sociais. (POULANTZAS, 1977, p. 339)

Já sobre o burocratismo, o autor se refere:

A mesma linha teórica será seguida a propósito do burocratismo: tratar-se-á de referenciar a necessidade e as contradições de um certo sistema de organização do aparelho de Estado, nas suas relações com os modelos ideológicos do modo capitalista e dos modos da pequena produção, ou seja, como a ideologia burguesa, e a ideologia pequeno-burguesa. As contradições situar-se-ão, aqui, ao mesmo tempo, no próprio seio da ideologia política capitalista, entre a legitimidade da democracia política e as formas que a ideologia capitalista assume no funcionamento

²⁵ Sob este aspecto é que se pode visualizar os interesses que a burocracia de Estado tende à defender. Essa análise dá aportes para um estudo das relações da burocracia de Estado com os movimentos sociais que será mais adiante problematizada.

²⁶ Não cabe neste momento aprofundar na relação entre estas duas categorias. Interessa-nos neste momento a análise da relação das mesmas com a classe hegemônica e conseqüentemente com a luta de classes.

burocrático, e entre aquela e o aspecto pequeno-burguês da ideologia que preside ao funcionamento burocrático. (POULANTZAS, 1977, p. 340)

Resumidamente, “o fenômeno burocrático é um fenômeno especificamente político” e “a burocracia em sentido estrito, enquanto designa uma categoria social específica, refere-se a sua atribuição ao aparelho de Estado” (POULANTZAS, 1977, p. 340).

Estas duas categorias estão diretamente ligadas visto que o funcionamento do aparelho de Estado está diretamente ligado às questões ideológicas e políticas dentro deste aparelho de Estado, desde a ideologia dos membros que fazem parte do aparelho do Estado, à ideologia reinante e hegemônica, no caso a ideologia burguesa.

É precisamente o burocratismo que, em primeiro lugar, atribui à burocracia, no funcionamento do aparelho de Estado o seu caráter de unidade, e que assim a constitui como categoria específica, é ele, fusão da ideologia dominante e das estruturas do Estado capitalista, que permite à burocracia, a despeito das divergências de atribuição de classe das diversas camadas, funcionar como categoria social (POULANTZAS, 1977, p. 346)

Desta forma, a burocracia de Estado, assim como o próprio Estado Capitalista, mantém uma certa autonomia relativa frente à ideologia burguesa e à própria classe dominante. Segundo o autor, a burocracia de Estado possui uma autonomia²⁷ frente às classes dominantes, ou à classe hegemônica e “essa autonomia relativa da burocracia face às classes dominantes é absoluta e exaustivamente determinada pelas relações entre o Estado capitalista e a luta de classes” (POULANTZAS, 1977, p. 347).

Essa autonomia relativa da burocracia se dá perante um equilíbrio²⁸ entre as forças sociais e as classes. A autonomia só funciona dentro deste quadro de equilíbrio. Porém, somente esse equilíbrio não basta, segundo o autor, para analisar a autonomia relativa da burocracia. Os demais fatores estão relacionados, assim como a autonomia do Estado está relacionada a uma unidade. A burocracia do Estado não foge à regra.

Essa unidade da burocracia é relacionada, através disso, com o conjunto dos níveis da luta de classes em uma formação capitalista, ao mesmo tempo das classes do modo capitalista e das classes dos modos de produção não dominantes nessa formação. É relacionada, em primeiro lugar com o efeito de isolamento característico da luta econômica da burguesia e da classe operária, e com o isolamento, particular, do campesinato parcelar e da pequena burguesia. Esse isolamento permite à burocracia de Estado apresentar-se como unidade política, representativa da unidade do povo-nação. (POULANTZAS, 1977, p. 349)

Desta forma, a burocracia de Estado passa a ter em uma situação de equilíbrio ou não, uma relação de autonomia frente à luta de classes dominantes ou frações dessa classe, em que

²⁷ Novamente Poulantzas retoma sobre a autonomia, agora frente à burocracia de Estado. Autonomia esta que também possui inúmeros questionamentos que se busca retomar mais adiante.

²⁸ Existe equilíbrio entre as classes, entre a luta de classes? Pode-se perceber uma certa contradição dentro das análises de Poulantzas então, que será também retomada mais adiante.

busca, ao nível da luta política de classes, representar uma unidade política por intermédio do Estado que “desempenha o papel de fator dessa organização” (POULANTZAS, 1977, p. 350).

Desta forma, assim como o Estado Capitalista possui uma autonomia relativa frente à luta política entre as classes sociais, a burocracia do Estado também possui uma autonomia frente à classe dominante.

Em suma, constatamos que a autonomia relativa da categoria burocrática face às classes dominantes se reporta à do tipo capitalista de Estado e das suas formas nas formações capitalistas. Retomando, com todo o rigor, as nossas conclusões acerca da autonomia relativa do Estado, podemos dizer que a própria burocracia reveste, como categoria social, essa autonomia, na medida em que reflete precisamente o poder político das classes dominantes, e representa os seus interesses nas condições particulares, económicas, políticas e ideológicas, da luta de classes nessas formações. (POULANTZAS, 1977, p. 350)

Assim como o Estado, a burocracia de Estado possui não somente a sua autonomia relativa, como também se apresenta enquanto representante dos interesses particulares da classe dominante no seio da luta de classes, porém dentro do aparato do Estado Capitalista. Desta forma, a burocracia do Estado também, tem como Poulantzas (1977) chama, a “disfuncionalidade” do aparelho burocrático sobre a sua relação com a ideologia dominante. Ou seja, o burocratismo para manter a dominância do M.P.C. apresenta toda uma “série de contradições com as suas formas de dominação política. Rigorosamente falando, *trata-se aqui das contradições inerentes, tanto à ideologia política dominante como às estruturas do Estado capitalista*” (POULANTZAS, 1977, p. 350, grifos no original).

Sobre a relação da burocracia do Estado com a classe dominada, Poulantzas (1977) analisa o carácter contraditório existente nas relações da burocracia do Estado que se reflete em uma dada formação social. A burocracia de Estado e o burocratismo também representam os interesses da classe hegemônica e são portadores de sua ideologia, na mesma medida em que representam os interesses desta classe burguesa, que conta como pano de fundo um Estado “representativo” como chamou o autor. Assim, a representação dos interesses da classe dominante conta com “o funcionamento do poder executivo, abrangendo a burocracia e o funcionamento da representatividade parlamentar” (POULANTZAS, 1977, p. 351).

1.4 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DE O PODER POLÍTICO E AS CLASSES SOCIAIS

1.4.1 Limites para o estudo do movimento dos trabalhadores

Na obra *O Poder Político e as Classes Sociais*, Poulantzas (1977) busca apresentar, através da teoria regional do político, o Estado Capitalista e sua relação com a luta de classes.

Essa relação é primordial para um estudo do movimento dos trabalhadores, partindo do pressuposto que é o Estado quem dá respostas efetivas às bandeiras de luta do movimento operário. Assim, ao analisar o Estado no seio da luta de classes, defendendo os interesses da classe hegemônica, encontra-se em Poulantzas (1977) algumas contribuições para compreensão do movimento dos trabalhadores e, particularmente, o autor inova ao apresentar a relação da burocracia de Estado com os interesses da classe operária.

Contudo, essas organizações da classe operária encontram na burocracia de Estado, que é a materialidade deste Estado, ora uma aliança para a conquista de suas bandeiras, ora seu maior empecilho, tendo em vista que a burocracia de Estado tende a abarcar os interesses da classe hegemônica. Para tanto, Poulantzas (1977) passa a analisar essa relação da burocracia de Estado, em especial ao analisar o Estado Capitalista no seio da luta de classes.

Um fator importante a ser destacado sobre a referida obra é que o autor aborda mais a relação deste Estado com a classe dominante e/ou fração de classe hegemônica, o que não significa que daí não se possa extrair as relações do mesmo Estado com as classes dominadas. Ao contrário, é possível visualizar sobre a classe trabalhadora durante toda a obra ao se levar em consideração a tensão entre as classes e a sua relação com o Estado e dentro dele. Porém, em suas análises, há alguns pontos que se inserem como limites do autor para a análise dos movimentos operários.

O primeiro problema que se constitui como limite para uma futura análise concreta dos movimentos da classe trabalhadora se referencia exatamente na problemática das classes sociais. Neste primeiro livro, o autor não entra em um estudo rigoroso acerca das classes sociais. Ele discute a organização política que constitui uma classe, e a relação desta classe no seio de uma luta de classes dentro do Estado em um dado modo de produção. Ele explana sobre a relação do Estado, enquanto representante dos interesses da classe dominante, sobre a ideologia dominante, que repercute dentro da formação do Estado, de um dado tipo de Estado.

Ao se colocar certos limites conceituais nas classes, o mesmo deixa, por vezes, limitado o exame destas classes, não envolvendo assim a formação das classes em um processo sócio-histórico, além do econômico, político e ideológico. Poulantzas (1977) “prende” o conceito de classes, com base nas estruturas e níveis que são claramente tendências althusserianas, e se perde da perspectiva marxista de formação concreta das classes. Essa relação de formação de conceitos com base em níveis e estruturas em Poulantzas (1977) é claramente perceptível e apontado em toda a apresentação da obra *Poder Político e Classes Sociais*.

Se se perde de vista diversos fatores das classes, fazendo um recorte micro da mesma, interfere nas análises dos movimentos operários na medida em que não se encontra explicação e conteúdo, por exemplo, para se analisar a organização da classe trabalhadora, que o movimento social é uma dessas expressões de organização de tal classe. Ao se perder de vista o processo sócio-histórico dessas formações das classes, de organização das mesmas, sendo que esta é a base primordial para o estudo concreto dos movimentos de uma dada classe, no caso, a classe trabalhadora, deixa o exame do autor sobre as classes em si, conceitual e superficial.

Para além da problemática de uma análise superficial²⁹ das classes sociais bem como de sua organização e formação, encontra-se ainda erros de apreensão de Marx no exame das classes. No entanto, esses erros não consagram algo central em nossa análise. Um dos exemplos desse equívoco é que o mesmo entende que para Marx só existe uma formação de classe se a mesma se organizar de forma política. Qual seria essa forma política? A classe não pode ter existência sem ação política propriamente dita, devido à sua condição limitada? Poulantzas (1977) tenta por vezes atribuir conceitos a Marx, em relações e situações que não cabem conceitos, e que inclusive não se apresentam enquanto conceitos em Marx.

Ao tentar imprimir conceitos em tudo, como sobre as classes sociais, Poulantzas (1977) traz uma análise superficial acerca do que se discute, pois limita as relações - o próprio caráter dialético das estruturas que o autor busca conceituar. Como também ao analisar a classe na formação social capitalista, sem antes estudar sua formação básica em modos pré-capitalistas, deixando seu exame consideravelmente unilateral, desprovido de um estudo mais elaborado acerca da historicidade de uma dada formação. Historicidade que o próprio autor comenta a incoerência de criticar, mas que acomete toda a sua obra.

Ainda sobre essa problemática, Poulantzas (1977) busca dar conceitos a todas as relações do Estado e da luta de classes, como conceito de hegemonia, conceito de classe social, conceito de autonomia. O autor acaba por se perder em um formalismo conceitual, perdendo de vista que as categorias são determinações de existência e assim precisam ser extraídas da própria realidade. Contudo, o que nosso autor faz é ampliar os conceitos para dar conta de explicar a realidade, sem antes entender que as categorias são relações que devem ser abordadas e analisadas de forma totalitária, e não moldar a realidade para caber dentro dos conceitos.

²⁹ Superficial exclusivamente nesta obra em questão, tendo em vista que na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, o autor já faz uma pesquisa mais aprofundada acerca das classes sociais.

Por isso, neste momento, os fatos históricos não são tão relevantes, pois os fatos e as relações formulam conceitos embasados em níveis e estruturas. Um exemplo claro disso é quando o autor afirma que as relações de produção por si só não são suficientes para determinar as classes sociais, pois as mesmas são definidas por uma combinação de níveis e estruturas.

Retomando a problemática historicista, que se coloca como um dos principais limites para a análise dos movimentos da classe trabalhadora, com base na obra e nos estudos de Poulantzas, é possível avaliar que o autor, em um dado momento, cobra uma falta de historicismo nas análises de Marx quando o mesmo se encontra nesta obra completamente a-histórico. Seus exemplos históricos nada mais são que exemplos dados por Marx, porém apresentado de forma minimalista, e completamente preso no caso dos exemplos sobre o bonapartismo na França, como se este exemplo, por si só, fosse capaz de responder toda uma problemática acerca da relação do Estado capitalista, com a tensão entre as classes – luta de classes.

Para além de uma análise muito fechada em torno de conceitos para a compreensão da realidade, o mesmo ainda perde de vista a análise histórica, ou seja, o próprio materialismo histórico que ele analisa no prefácio de sua obra. Segundo o autor, para se chegar o mais próximo possível do real-concreto da teoria regional do político, precisa-se de determinações teóricas e conceitos dos mais simples ao mais rico. Ainda sobre este aspecto, o autor define: “É aqui que se opera a junção, no materialismo histórico, entre o que foi definido como teorias regionais, de que faz parte a teoria do político, e teorias particulares, isto é, as teorias dos diversos modos de produção.” (POULANTZAS 1977, p. 16-17). É a teoria geral do modo de produção que propicia e dá norte às teorias regionais deste mesmo modo de produção, como o caso do conceito da teoria regional do político, objeto de estudo do referido autor.

Finalizando, a razão de ser do processo de pensamento é a produção dos conceitos mais concretos, isto é, mais ricos em determinações teóricas, os quais permitem o conhecimento dos objetos reais, concretos e singulares, constitutivos de cada formação social sempre original. Esta ordem lógica que, dos conceitos mais abstratos, conduz aos conceitos mais concretos, transita dos conceitos da teoria geral do materialismo histórico para os que permitem proceder, segundo a expressão de Lenin, à análise concreta de uma situação concreta. (POULANTZAS, p. 17-18)

Da mesma forma que o autor, ao dar início aos seus estudos acerca do Político, se refere à problemática historicista:

O problema do político e da política está ligado, em Marx, Engels e Lenin, ao problema da história. Com efeito, a posição marxista a este respeito decorre das duas proposições fundamentais de Marx e Engels no Manifesto Comunista, sendo as quais: a) “Toda a luta de classes é uma luta política” e b) “A luta de classes é o motor da história” (POULANTZAS, 1977, p. 35)

Segundo o autor, essa afirmação contém “um tipo hegeliano de ‘totalidade’ e de ‘história’” (POULANTZAS, 1977, p. 35), que pode ser conturbada por uma totalidade “circular” e de uma historicidade “linear”, que não dá conta da teoria regional e do conceito da relação do político e da política. “Em uma concepção anti-historicista da problemática original do marxismo, devemos situar o político na estrutura de uma formação social, por um lado, enquanto nível específico, por outro, contudo, enquanto nível crucial em que se refletem e se condensam as contradições de uma formação, a fim de compreender exatamente o caráter anti-historicista da proposição segundo a qual é a luta política de classes que constitui o motor da história” (POULANTZAS, 1977, p. 38).

Segundo o autor, a história e a formação social, são “caracterizados por desenvolvimento desigual” (POULANTZAS, 1977, p. 39). Na passagem de uma formação para outra, por exemplo, a historicidade e a formação do conceito de história, se dão de formas diferenciadas. Assim, a prática política não pode ser compreendida enquanto algo linear em uma formação social e que depende da sua relação com os diversos níveis. “Queremos dizer com isto que o objeto a que se refere a prática política está dependendo dos diversos níveis sociais – a prática política tem como objeto simultaneamente o econômico, o ideológico, o teórico e ‘o’ político em sentido estrito – na sua relação, a qual constitui uma conjuntura” (POULANTZAS, 1977, p. 39).

A problemática do historicismo em Poulantzas (1977) se dá de uma forma até um pouco conturbada. Ao mesmo tempo em que o mesmo fala de uma falta de historicidade em algumas análises de Marx, ele mesmo é a-historicista, pois as poucas análises que abordam um certo conteúdo consolidado de um materialismo histórico, são com base nas análises de Marx, mas que ainda não pode ser considerada como suficiente para uma análise concreta, do real-concreto, que é o Estado Capitalista e as classes sociais. Outra crítica que o autor faz em um dado momento sobre Marx é que este não analisa as classes senão sobre uma visão teórica das estruturas, exemplificando inclusive no momento em que Marx analisa a “classe em si” e “classe para si”, afirmando que não passam de conceitos com base hegeliana.

Um fator importante da referida obra de Poulantzas (1977) diz respeito à análise do autor sobre o estruturalismo jurídico-político. O autor examina a estrutura jurídico-política no capitalismo junto à análise da estrutura econômica e os efeitos da mesma sobre os agentes na totalidade social, segundo Décio Saes (1998). Ao analisar o estruturalismo jurídico-político em Poulantzas, o mesmo apresenta:

Se as estruturas se articulam na totalidade social capitalista consistem em conjuntos de valores que regulam e enquadram de modo durável as práticas sociais de um

certo tipo (econômicas, políticas), a estrutura jurídico-política capitalista consiste particularmente num conjunto de valores que, não obstante o fato de se concretizarem de modo articulado, devem ser classificados em espécies diferentes conforme a dimensão da prática política que é por eles regulada e enquadrada. Pertencem a uma primeira espécie aqueles valores que regulam e enquadram as práticas econômicas e as relações sociais por elas condicionadas (por exemplo: as relações familiares); são os valores jurídicos capitalistas, ou o direito capitalista. Pertencem a uma segunda espécie aqueles valores que regulam e enquadram as relações entre os agentes funcionalmente encarregados de regular e enquadrar as práticas econômicas e as relações sociais por elas condicionadas: são os valores burocráticos capitalistas, ou o burocratismo (SAES, 1998, p. 48-49)

Essa análise dos valores não se apresenta claramente na obra *Poder Político e Classes Sociais*, mas são amplamente analisadas, como bem apresentou Saes (1998), em obras e publicações anteriores de Poulantzas. A problemática do estruturalismo consiste na individualização dos sujeitos através dos valores, do direito, deixando por vezes escapar a articulação do mesmo com as relações sociais capitalistas, onde a ideologia burguesa domina as ações e os valores jurídicos e burocráticos, na medida em que buscam a “universalização” ou representam a unidade do povo-nação.

Entretanto, mesmo com toda essa problemática de uma análise estruturalista, Saes (1988) afirma ser os conceitos relativos a estrutura jurídico-política: “direito capitalista, burocratismo, efeito de isolamento e efeito de representação de unidade” (SAES, 1998, p. 51) que consagram a teoria regional do político de Poulantzas a um “nível científico mais elevado”. Porém, ao deixar de lado uma análise histórica concreta das relações sociais, suas análises “estruturalistas” e de “níveis” deixa inúmeras lacunas de interpretação relacionadas às classes sociais, e a luta de classes. Como bem apresenta Ralph Miliband (2008):

[...] o mundo das “estruturas” e dos “níveis” em que Poulantzas se apoia tem pouquíssimos pontos de contato com a realidade histórica ou contemporânea, o que impossibilita de realizar o que ele mesmo denomina como “análise política de uma conjuntura concreta”. “Tudo ocorre como se as classes sociais fossem o efeito de uma conjunção de estruturas e de suas relações; primeiramente no nível econômicos, depois no nível político e finalmente no nível ideológico” [...] Poulantzas não logra, como posso notar, esclarecer essa questão: a “luta de classe” faz sua aparição, como é necessário, mas num ballet de sombras evanescentes excessivamente formalizado. Falta aqui tanto um sentido de história, como inclusive uma análise social.. (MILIBAND, 2008, p. 96)

Assim, ao se analisar *Poder Político e Classes Sociais* de Poulantzas (1977), pode-se perceber que o autor apresenta uma face essencialmente estruturalista, o que dá margem, como já esboçado, a uma interpretação equívocada dos sujeitos sociais. Como bem colocou José Jobson de Andrade Arruda (2007) na apresentação do livro *História do Estruturalismo*, a forma de uma nova leitura de Marx com base no estruturalismo, coloca um Marx

[...] indiferente às mudanças sociais, mais focado nas estruturas sincrônicas das formações sociais, o que tornava mais flexível a clássica dicotomia entre infraestrutura e superestrutura, compatibilizando, no sistema explicativo, a

possibilidade de convivência de uma certa diversidade de estruturas (ARRUDA, (2007), p. VI)

Esse exame muito centrado no estruturalismo foca na análise dos indivíduos, colocando-os como os responsáveis pela realidade social, sob a perspectiva da culpabilidade do sujeito, frente às relações sociais capitalistas (desigualdades e miséria), o que é primordial também na análise dos movimentos operários - os papéis que desempenham estes sujeitos nos movimentos, e quais são seus limites de atuação dentro de um quadro estrutural que se coloca pelo M.P.C., e suas relações sociais, em especial neste caso, com o Estado.

O estruturalismo remete a uma análise que Arruda (2007) afirma ser “indiferente às mudanças sociais”, ficando nas formações sociais e colocando a superestrutura política enquanto relação dominante sobre a estrutura econômica. Essa análise superficial das relações focada no estruturalismo leva a incidências errôneas na análise dos sujeitos sociais, das relações sociais, que pairam diretamente no movimento dos trabalhadores.

Quando se molda as relações sociais para formular conceitos estruturalistas, se perde de vista para além de uma análise totalizante da realidade social, também foge da materialidade histórica. Isso deixa o estudo, e até mesmo se necessário fosse, os conceitos das relações e categorias, superficiais. Uma análise superficial do Estado, bem como das classes sociais, imprime ao estudo do movimento dos trabalhadores um caráter pouco profundo e ilusório das organizações da classe operária, visto que não se deve analisar as organizações de qualquer classe, assim como a própria classe, como algo estático, meramente conceitual. Não se aproxima de um estudo rigoroso acerca do movimento dos trabalhadores, sem antes avaliar um adequado conteúdo histórico, considerando-se as relações sociais como dialéticas.

Outro fator que se coloca como um limite nesta obra de Poulantzas (1977) é sua análise ainda superficial sobre o Estado e a luta de classes. Ao focar muito em conceitos sobre os tipos de Estado, a formação do Estado e seus interesses e a ideologia que se apoiam e se sustentam com este tipo de Estado, o autor deixa falho uma análise mais profunda, quando se diz que o Estado é o representante do povo-nação. A ideia do Estado enquanto representante do povo-nação vai de encontro com o que Gramsci afirma ser o Estado Ampliado- um Estado que abrange também os interesses da classe dominada.

Entende-se assim por Estado Ampliado aquele que, por mais que priorize os interesses da classe hegemônica, também representa a classe dominada. Quando na verdade o que se apresenta é um Estado que favorece sempre os interesses do grande capital, representado pela burguesia, mas que para favorecê-la também se faz necessário manter o mínimo de organização e consenso da classe dominada. Assim, a própria autonomia relativa deste Estado

é uma ilusão, pois na verdade, mesmo quando o estado atende às demandas da classe trabalhadora, antes, está favorecendo os interesses de acumulação do capital.

Sem se analisar a relação deste Estado com as demandas e interesses da classe dominada, que é representada por partidos políticos e seus representantes no seio do Estado pelos sindicatos e movimento operário, deixa superficial a própria relação do Estado frente os interesses e as demandas da classe operária. Essa análise escassa da relação do Estado com a classe dominada pode ser colocada como um limite para a apreensão das organizações operárias, ou até mesmo a uma interpretação errada futuramente acerca do movimento dos trabalhadores, suas bandeiras e seu papel frente o Estado.

Além do mais, nosso autor apenas cita em suas análises e conceitos a teoria do movimento operário e critica o que ele entendeu de Marx sobre a distinção de luta sindical e política, mas não se aprofunda no exame das organizações da classe dominada, oferecendo uma análise empobrecida sobre o Estado e a luta de classes.

Outra problemática se refere na análise da relação entre a burocracia de Estado e a luta de classes, que nesta primeira obra ainda se coloca como uma análise escassa. Existe a análise da relação entre a burocracia de Estado com a luta de classes, mas ainda é uma primeira aproximação do autor com a temática. Desta forma, não se encontra de maneira mais sistemática como se dá a relação entre estas duas categorias, e mais ainda em como a burocracia de Estado age frente às demandas da classe trabalhadora.

Por exemplo, no caso da luta pela redução da jornada de trabalho, como a burocracia de Estado agiu frente a esta bandeira cravada pelos operários? Como o Estado, através da tensão interna da luta de classes, atende essa demanda da classe dominada? E a burocracia de Estado, como leva para dentro deste Estado, e como ela responde dentro do aparelho do Estado, os interesses da classe dominada?

Segundo Poulantzas (1977), tanto o Estado, quanto a burocracia do Estado, tem autonomia relativa frente à luta política de classes. Sendo assim, como se dá essa autonomia, quando este Estado ou essa burocracia do Estado é pressionada a responder algum interesse da classe trabalhadora, ou, em um termo mais utilizado pelo autor, da classe dominada?

Ao não se analisar, ou não problematizar tais questões, não deixa claro este momento em que o Estado ou a burocracia do Estado toma qualquer benefício da classe dominada. Entende-se no seio do Estado, com base em uma análise das estruturas econômicas que situam o Estado Capitalista, que o mesmo adere a qualquer interesse da classe dominada, quando este não segue na contramão, não coloque em jogo nenhum interesse da classe dominante. Mas, ainda assim, como é este processo dentro do Estado, quando o mesmo é acionado a tomar

qualquer que seja o interesse da classe dominada, como foi o caso, por exemplo, da redução da jornada de trabalho. Entende-se que a redução da jornada de trabalho propicia o consumo à classe trabalhadora e, sendo assim, então não caminha contra os interesses da classe hegemônica. Mas como se dá este processo dentro da superestrutura do Estado?

A falta dessas análises se apresenta como um limite para a apreensão do movimento dos trabalhadores com base nas análises de Poulantzas. O autor esboça de forma clara as ações do Estado como representante dos interesses da classe dominante, mas deixa a análise superficial ao apreender o mesmo na tensão da luta de classes, quando ele toma algum interesse da classe dominada. Interesse este que o Estado possui por ser o representante do povo-nação e possuir, como já dito, uma autonomia relativa.

Poulantzas (1977) analisa em sua obra uma relação de autonomia relativa, uma autonomia relativa do político e do econômico, e a autonomia relativa do Estado Capitalista. Primeiramente, para se analisar a problemática da autonomia relativa do Estado, como bem esboçou Saes (1998), Poulantzas (1977) não dá à autonomia relativa do Estado um caráter conceitual e sim um tema abordado ao longo de sua obra. Curiosamente, sua análise da autonomia relativa do Estado foge a uma das suas características centrais, que é a conceituação.

Poulantzas levanta a questão da autonomia relativa com base nos princípios abordados por Althusser na medida em que os conceitos estão relacionados à autonomia relativa das instâncias. Segundo Saes, Poulantzas (1977) apresenta “a possibilidade de fixar as estruturas do modo de produção como objetos teóricos independentes, e portanto de conceitua-las, como decorrência da autonomia real das instâncias na prática social total” (SAES, 1998, p. 55). Este, ainda para Saes (1998), se constitui um dos principais erros de Poulantzas (1977), ou seja, a autonomia relativa das instâncias analisadas pelo nosso autor.

A problemática da autonomia do político e do econômico, surge na obra de Poulantzas (1977) através da relação no modo de produção capitalista, caracterizado pela não-intervenção do Estado como representante do político na esfera econômica e nas relações de produção, como bem apresenta Saes (1998). Porém, essa análise apresenta inúmeros problemas. A própria relação do Estado como representante do interesse maior da classe burguesa, perpassa a esfera econômica pela intervenção da estrutura jurídico-política nas relações de produção, seja por meio dos direitos, seja pela ideologia burguesa. Então, não há, propriamente dita, uma autonomia relativa deste Estado sobre as duas esferas (econômica e política), tendo em vista que elas se articulam para o próprio funcionamento do modo de produção capitalista. Para a transição do feudalismo para o capitalismo, é incontestavelmente comprovada – pelo

materialismo histórico – a importância da intervenção política do Estado sobre os agentes da produção na esfera econômica.

Neste momento, vale tomar mais diretamente em consideração a problemática da autonomia relativa do Estado frente à classe dominante e/ou hegemônica. Seguindo as análises de Saes (1998), a autonomia relativa do Estado Capitalista diante das classes dominantes é abordada por Poulantzas em dois sentidos. O primeiro referente aos agentes que trabalham no aparelho do Estado – burocracia de Estado – que regulam e enquadram as práticas econômicas e as relações sociais por elas condicionadas, quando não vão de encontro com os interesses da classe dominante, e possuem uma “lógica própria” - o burocratismo. E o segundo se refere à autonomia própria do Estado no modo de produção capitalista, referente aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Segundo Poulantzas (1977), é somente no modo de produção capitalista que o Estado dá abertura para agentes da classe dominada, através de uma seleção, fazer parte do corpo administrativo do Estado, e assim, por vezes, através do burocratismo, assumem autonomia referente aos interesses da classe dominante. É historicamente comprovado que esta não é uma atribuição apenas do modo de produção capitalista. Poulantzas já menciona em sua obra *Poder Político e Classes Sociais* que, em um modo de produção, existem diversos modos e características de outros modos de produção.

Desta forma, um exame mais aprofundado da autonomia da burocracia de Estado em um dado modo de produção, deve ser efetuado de forma mais rigorosa e apreendendo as complexidades das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que se circunscrevem. Assim, deve-se considerar que a simples presença dos proletariados no corpo do Estado não garante uma autonomia por si só, pois existem outros critérios que se sobressaem, como os interesses econômicos e políticos, que têm forte influência sobre a superestrutura ideológica, que regem as relações sociais, e conseqüentemente o burocratismo.

Ainda sobre a problemática da autonomia relativa da burocracia de Estado, Poulantzas (1977) afirma que esta autonomia se dá através de um equilíbrio entre as classes sociais. Quando historicamente é possível ou existiu um equilíbrio entre as classes? Pode haver, no decorrer do tempo, com as alterações nos padrões de vida e consumo, da propagação da ideologia dominante, dos direitos sociais, uma maior tranquilidade na tensão entre as classes, mas não um equilíbrio, visto que o capitalismo se sustenta através da desigualdade que delinea as classes e os sujeitos.

Outra questão a ser analisada, também abordada por Saes (1988), refere-se ao exame de Poulantzas (1977) sobre a autonomia relativa do aparelho do Estado em “atender interesses

econômicos das classes dominadas para garantir os interesses políticos das classes dominantes” (SAES, 1988, p. 62). Essa relação é um tanto complexa, pois há casos em que o Estado tenta mediar alguma crise, e intervém economicamente como meio de garantir algumas melhorias para a classe dominada, mas que vai diretamente de encontro com a classe dominante, na medida em que, por um período, garante a circulação de dinheiro e consumo. Ou seja, em um dado momento, podem sim, segundo Saes (1988), os interesses econômicos das duas classes serem conciliáveis, e se assim se apresentam, o Estado não se utiliza simplesmente de uma autonomia, mas de uma representação dos interesses comuns entre as duas classes antagônicas.

A relação entre os interesses das classes, seja entre as classes dominantes com a classe hegemônica, seja entre as classes dominantes e dominadas, é um processo complexo que não pode ser visto de uma forma simplista para dar conceitos às funções de um dado tipo de Estado. As relações econômicas entre as classes se dá de maneira dinâmica. É evidente que há uma representação dos interesses da classe burguesa, que determinam as ações do Estado e que são sempre dominantes sobre os interesses da classe proletária, mas só essa relação não define e não dá ao Estado uma autonomia simplista, como por vezes abordada por Poulantzas (1977). “É impróprio caracterizar a política estatal capitalista como uma ação de distribuição exclusiva de ‘sacrifícios’ e ‘ganhos’ entre capitalistas e trabalhadores” (SAES, 1998, p. 63).

Ainda sobre a autonomia relativa do Estado, a questão está entre a relação que Poulantzas (1977) oferece sobre onde o Estado favorece os interesses da classe hegemônica em detrimento das outras frações da classe dominante. Sobre este respeito, Saes (1998) faz uma análise clara:

Para Poulantzas, o Estado capitalista, além de garantir os interesses políticos do conjunto das classes dominantes, acaba necessariamente favorecendo através de sua ação político-administrativa os interesses econômicos de uma fração da classe dominante em detrimento das demais frações [...]. Ao fazê-lo, o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no seio do bloco no poder. Ora, se o Estado capitalista privilegia sempre os interesses econômicos de uma fração da classe dominante com relação aos das demais frações, como é possível que a sua ação “sacrifique” simultaneamente tais interesses [...], em favor dos interesses econômicos das classes dominadas? A rigor, seria teoricamente mais congruente que Poulantzas atribuísse ao Estado capitalista a capacidade de reorganizar os interesses econômicos das classes dominadas para poder conciliá-los com os interesses econômicos da fração capitalista hegemônica. (SAES, 1998, p. 64)

Essa relação de conciliação dos interesses econômicos e até mesmo políticos mediados pelo Estado não é característica exclusiva do modo de produção capitalista, mas é coexistente em diversas formações sociais. Diferente do que se encontra na análise de Poulantzas (1977), que toma o modelo do Estado bonapartista como exemplo perfeito dessa autonomia do

Estado. Assim como em todas as formações sociais, o Estado se utiliza dessa “autonomia relativa” para garantir a ordem social mínima para a manutenção dos interesses políticos e econômicos de um dado modo de produção.

Essa análise das problemáticas acerca da autonomia relativa do Estado infere nas análises do movimento dos trabalhadores na medida em que esse Estado “autônomo” representa algum interesse da classe trabalhadora. Seja representando esse interesse através das próprias medidas econômicas tomadas pelo Estado, seja pelas relações dentro do aparelho do Estado, que acaba por vezes institucionalizando as lutas sociais.

Em síntese, os limites contidos em Poulantzas na obra *Poder Político e Classes Sociais* para um estudo do movimento operário se dão através do formalismo estrutural e conceitual do autor, que confere a ele um caráter a-histórico e idealista, pois acaba afastando-o da realidade social e se aproxima de um idealismo e de uma realidade distorcida. Além dos erros que o autor remete de apreensão em Marx, que geram interpretações ainda mais equivocadas da realidade social e, conseqüentemente, em suas análises ainda superficiais da relação do Estado com as lutas populares, acarretando em toda uma problemática que envolve a autonomia relativa deste Estado capitalista, bem como da burocracia de Estado e seus aparelhos.

1.4.2 As contribuições ao estudo do movimento dos trabalhadores

Na mesma medida em que o estatuto teórico de Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* sobre as classes sociais se coloca como um limite para o estudo do movimento dos trabalhadores, ele também possui contribuições e inovações para o estudo dos movimentos da classe trabalhadora, na medida em que apresenta a relação das classes sociais com o Estado Capitalista. O exame que o autor confere às esferas políticas, econômicas e ideológicas das classes no seio do Estado é fundamental para a análise da formação do movimento social clássico, e dos rumos que este movimento vai tomando em busca de suas bandeiras.

As análises econômicas de Poulantzas (1977) são fundamentais para a compreensão acerca dos do movimento dos trabalhadores, uma vez que a sua própria existência está condicionada pelas relações sociais de exploração, no modo de produção capitalista. Na medida em que o trabalhador se vê em uma situação que não tem nada além da sua força de trabalho para se sustentar, e que não é proprietário mais de nenhum meio de produção, o mesmo perpassa pela exploração do trabalho.

A própria questão econômica que rege o modo de produção capitalista se sustenta através da exploração econômica do trabalho, o que faz com que a classe explorada se organize politicamente, através dos sindicatos, partidos políticos e do movimento operário para buscar melhores condições de vida e trabalho.

Contudo, essas organizações perpassam a problemática da ideologia burguesa que induz toda ação e prática política de uma dada classe. A influência da ideologia burguesa dentro das organizações da classe operária se potencializa na construção de um projeto reformista, que constrói a prática política das classes. Neste sentido, encontramos claramente em Poulantzas (1977) subsídios para essa relação política, econômica e ideológica que permeiam as organizações da classe dominada. O exame que o autor confere à estrutura econômica e sua relação com o Estado, a luta de classes e a burocracia do Estado, confere um rigor e as contribuições do autor para uma análise da institucionalização das lutas sociais.

Como já abordamos antes, o movimento operário é uma forma de organização da classe trabalhadora na luta contra a exploração do trabalho e às más condições de vida. Teve seus primeiros passos na Europa, e tem como grande marco a conquista da redução da jornada de trabalho. O marco da redução da jornada de trabalho é fruto da luta da classe trabalhadora, que obteve como resposta do Estado, uma legislação trabalhista. Nesta análise, encontramos inúmeras respostas desse processo, que é apenas um exemplo, mas um especialmente importante, que pode ser claramente visualizado na obra de Poulantzas (1977).

Ao examinar as funções do Estado de organizador das classes, mesmo com todas as ressalvas já apontadas, o autor dá algumas respostas efetivas às demandas da classe trabalhadora, que se apresentam através das bandeiras de luta dos do movimento dos trabalhadores. O importante é compreender que estas demandas não trazem nenhum empecilho para a manutenção dos interesses econômicos, políticos e ideológicos da classe dominante, e sim, o contrário.

Ainda sobre o exemplo da redução da jornada de trabalho, a classe trabalhadora obteve essa conquista, mas ela não deve ser analisada sem antes entender todo um processo sócio-histórico e muito menos sem antes entender, que reduzir a jornada de trabalho, não elimina a exploração econômica do trabalho, e muito menos simboliza a redução de acúmulo de mais-valia. Antes de tudo, gera por conseguinte um aumento do tempo dos trabalhadores para o consumo, para gerar mais circulação de capitais.

Quando um trabalhador passa do seu dia mais de 16 horas trabalhando, como no início da industrialização, este trabalhador e sua família não consomem alguns bens que ajudam na circulação de mercadorias e consequentemente de capital. Quando o Estado “concede” leis

trabalhistas, ele proporciona à classe operária ter mais acesso aos bens de consumo, e conseqüentemente desorganiza a classe trabalhadora.

Outra discussão que em Poulantzas (1977) encontramos contribuições para analisar o movimento dos trabalhadores, para além da relação entre as classes e a relação do Estado com este movimento, é a questão das funções e autonomia deste Estado frente às classes dominadas, mais ainda sobre a questão da burocracia do Estado. O estudo do referido autor acerca da autonomia relativa do Estado Capitalista, embora como já esboçado, apresente inúmeras ressalvas, ainda assim, se apresenta como um exame, uma apresentação mais sensível à inserção do movimento operário na burocracia do Estado, na medida em que apresenta que a burocracia pode fazer alianças com a classe dominada. Se apresentando assim, como ponto nodal da relação do objeto de pesquisa, ou seja, da relação entre a burocracia do Estado e o movimento dos trabalhadores.

Quando se tem, dentro do aparelho do Estado, agentes oriundos da classe trabalhadora, há uma tensão dentro do próprio aparato do Estado, quanto a algumas questões referentes à classe trabalhadora, e conseqüentemente ao movimento operário. Essa tensão, por vezes, se dá através das alianças formadas com alguns partidos políticos dentro do Estado, que defendem algumas bandeiras da classe operária. Entretanto, é necessário se ter em mente, que mesmo fazendo alianças, o Estado ainda tende a priorizar os interesses da classe dominante. Estas alianças devem ser bem analisadas, pois há sempre um motivo que não é propriamente beneficiar a classe trabalhadora e nem o fim da exploração, mas algum interesse que não coloca em cheque os interesses da classe dominante e/ou hegemônica, que atende alguns interesses que vão de encontro com a manutenção deste modo de produção. E ainda mais, alianças que permitem benefícios até mesmo na tensão entre as diferentes frações da classe dominante.

Assim, se encontra também os princípios para compreender a institucionalização das lutas sociais. Na medida em que se encontra no Estado a resposta para a maioria das bandeiras do movimento dos trabalhadores, e que é também no Estado que se condensam a tensão da luta de classes, há ainda a institucionalização de algumas destas bandeiras da classe trabalhadora. Quando essas bandeiras são tensionadas dentro do processo de luta entre as classes, no próprio seio do Estado, e das alianças que ali são formadas, há neste processo também a institucionalização da luta da classe trabalhadora. Para além de garantir a esta classe alguns cargos dentro do Estado (o que por vezes fazem com que o trabalhador não se veja mais enquanto um trabalhador e desmobiliza e despolutiza o mesmo), este trabalhador tem sua luta e sua bandeira institucionalizada, dependendo do papel que o mesmo

desempenha dentro do aparelho do Estado. Ou seja, o Estado se apropria inúmeras vezes da luta da classe operária.

É através de algumas institucionalizações do movimento operário que o Estado se utiliza deste processo para garantir a organização e a chamada “unidade” como função deste Estado Capitalista. Resumidamente, se por um lado se tem a burocracia do Estado que abre precedentes para a institucionalização das lutas sociais, há também a abertura deste Estado e suas ações que desmobilizam o movimento dos trabalhadores por vezes, e também a institucionalização das lutas como fator organizador e mantenedor da ordem do Estado.

Outra contribuição importante apresentada por Poulantzas (1977) consiste em sua afirmação de que o Estado, como meio de manter os interesses da burguesia, tende a tentar desorganizar a classe dominada, e que isso se constitui como um dos meios indispensáveis para a hegemonia da classe dominante. Um dos meios que o Estado encontra para desorganizar o movimento dos trabalhadores é efetivar alguns direitos e melhorias trabalhistas, promovendo o consumo, ou através da propagação da ideologia dominante, do sonho pela ascensão no mercado de trabalho. Um exemplo claro seria o momento que na Europa se deu o Estado de Bem Estar Social.

Como foi possível perceber, a obra *Poder Político e Classes Sociais* possui muitas ressalvas, o que leva mais limites do que contribuições para analisar o movimento dos trabalhadores através dos estudos de Poulantzas. Essas ressalvas fazem com que suas contribuições ainda sejam rasas neste momento. Porém, em sua segunda obra analisada, intitulada *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, o autor apresenta mais contribuições, que buscaremos apresentar em seguida.

II CAPÍTULO: AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO HOJE

A obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* será a segunda obra de Poulantzas a ser apresentada, a fim de extrairmos subsídios e conteúdos necessários para um estudo dos movimentos dos trabalhadores. Nesta obra, o autor faz ensaios acerca das classes sociais e dos aparelhos de Estado em um momento historicamente determinado pelo capitalismo monopolista (imperialista).

Suas análises são referentes à fase de consolidação do capitalismo monopolista, e sobre os EUA e as metrópoles europeias, em especial a França³⁰, país onde o autor teria maior proximidade no momento. Assim Poulantzas, (1978) analisa as características dessa fase do capitalismo e suas influências sobre as formações sociais e especificamente sobre as classes e o aparelho de Estado. Classes sociais, analisadas mais detalhadamente a pequena-burguesia e suas polarizações com as duas classes antagônicas, o que conseqüentemente nos fornece subsídios para compreender a classe operária e seus rumos na luta de classe.

Para um estudo rígido do movimento dos trabalhadores é preciso analisar o contexto sócio-histórico que rege e determina as ações da classe trabalhadora, ou seja, a dinâmica econômica, a relação do Estado com a luta de classes, e conseqüentemente os novos ditames do capital. As pesquisas do autor nos fornecem informações de como as novas formas de exploração repercutem na luta da classe operária, bem como na sua própria relação com o Estado, que se alteram em cada fase de desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, entende-se que para compreender os movimentos trabalhistas no estágio do capitalismo monopolista, é necessário compreender as funções do Estado neste momento determinado, bem como as novas relações sociais que atravessam este estágio imperialista, e as mudanças no seio das próprias classes sociais em luta.

No estágio do capitalismo monopolista há uma alteração tanto na divisão social do trabalho, como nas relações sociais, o que automaticamente interfere nas classes sociais, assim como na compreensão do sujeito enquanto trabalhador e, ainda mais, nas relações do Estado capitalista com a luta de classes. Sendo assim, as análises que nosso autor nos apresenta acerca da divisão social do trabalho e suas transformações no seio do desenvolvimento do capitalismo e na delimitação das classes, nos possibilita visualizar e compreender os rumos que vem tomando as organizações da classe operária.

³⁰ Aqui o autor se justifica do porque seus exemplos históricos sejam na França. Essa justificativa não encerra o fato de sua decisão em falar só da França deixe seu estudo superficial.

2.1 O CAPITALISMO MONOPOLISTA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO

Poulantzas (1978) busca apresentar as alterações que o estágio do capitalismo monopolista impõe ao mundo do trabalho, assim como na própria relação do Estado e na luta de classes. Primeiramente o autor busca apontar as fases de transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, e vai apontando as principais mudanças, como por exemplo nos EUA, que se torna a grande metrópole imperialista do mundo, traçando-se assim novas medidas e rumos de cunho internacional para o desenvolvimento do capitalismo.

Com a consolidação do capitalismo monopolista, têm-se também as profundas alterações na divisão social do trabalho, que colocam novas ideias e interferências na delimitação das classes sociais, com novas categorias profissionais e novas categorias no próprio seio da divisão social do trabalho. Essas alterações perpassam na esfera do Estado, e claro, no seio da luta de classes. Todo esse cenário, automaticamente interfere nos rumos que vem tomando a classe trabalhadora e suas formas de organização, enraizadas por um projeto reformista.

Essas transformações se dão especialmente no âmbito do Estado e na sua relação com a luta de classes, mais especificamente na sua relação com a classe burguesa. Busca-se neste momento apresentar o que Poulantzas (1978) expõe acerca destas transformações no seio do Estado e das relações sociais.

O imperialismo é um estágio que, como bem apresenta Poulantzas (1978), busca a tendência de exportação de capitais, e não mais apenas de mercadorias. Essa tendência se dá através da expansão do M.P.C. na fase do capitalismo monopolista e que tem características claras. Uma delas, como destaca o referido autor, é que esta fase está marcada pelo “deslocamento da dominância, ao mesmo tempo na formação social e na corrente imperialista, do econômico ao político (o Estado)” (POULANTZAS, 1978, p. 45).

Outro fator que caracteriza o imperialismo é o chamado desenvolvimento desigual. Para o pleno desenvolvimento de uma metrópole, há sempre um país com desenvolvimento desigual ao da metrópole, ou seja, menos desenvolvido. Esse desenvolvimento desigual se dá de formas diferentes de acordo com cada formação social, e das formas de domínio do M.P.C. nos países. É a articulação “na sua reprodução, do M.P.C. e dos modos e formas de produção em formações sociais que produz o desenvolvimento desigual” (POULANTZAS, 1978, p. 46). Há no estágio imperialista sempre uma metrópole imperialista de um lado e de outro uma formação social dominada e dependente. “O processo de dominação e dependência imperialista aparece de agora em diante como a reprodução, no próprio seio das formações

sociais dominadas e sob formas específicas para cada uma delas, da relação de dominação que a liga às metrópoles imperialistas” (POULANTZAS, 1978, p. 46).

Ainda sobre as formações sociais dominadas em detrimento da metrópole imperialista, o autor afirma:

Uma formação social é dominada e dependente quando a articulação de sua própria estrutura econômica, política e ideológica exprime relações constitutivas e assimétricas, com uma ou várias formações sociais que ocupam, em relação à primeira, uma situação de poder. A organização das relações de classe e dos aparelhos de Estado na formação dominada e dependente reproduz em seu seio a estrutura da relação de dominação e, assim, exprime de maneira específica as formas de dominação que caracterizam a (ou as) classe no poder na (ou nas) formação social dominante. Esta dominação corresponde a formas de exploração ao mesmo tempo indiretas [...] das massas populares das formações dominadas pelas classes no poder das formações dominantes: exploração conjugada àquela que sofrem por parte de suas próprias classes no poder. (POULANTZAS, 1978, p. 46-47)

Esse desenvolvimento desigual, bem como as relações de produção e da divisão internacional imperialista do trabalho, as relações de dominação e dependência das metrópoles, e a luta de classes, revestem em diferentes periodizações e fases do estágio imperialista. Segundo o autor, essas fases são “*o efeito histórico da luta de classes*” (POULANTZAS, 1978, p. 47, grifos no original).

A primeira fase, Poulantzas (1978) denomina de fase de transição. Segundo o autor, compreende a fase de transição do capitalismo competitivo ao imperialista, marcado por um equilíbrio instável ainda destas duas etapas do capitalismo buscando a dominação “capitalista-comercial-exportação” e a conseqüente exportação de capitais. Neste período, “as metrópoles imperialistas e as relações metrópoles-formações dominadas são no conjunto marcadas por um equilíbrio instável entre o domínio do econômico e o domínio do político – do Estado” (POULANTZAS, 1978, p. 48).

Esta situação é modificada na segunda fase, denominada por fase de consolidação do estágio imperialista, onde nas metrópoles, sobre o domínio do capitalismo monopolista a respeito do concorrencial, implica “o domínio do político – do Estado – no seio das formações” (POULANTZAS, 1978, p. 48). Esta é a fase que predomina a exportação de capitais em detrimento da exportação de mercadorias. O “político prevalece nas relações metrópole-formações dominadas e dependentes” (POULANTZAS, 1978, p. 48). Assim, cada vez mais, o M.P.C. domina, sobre a forma imperialista, sobre as demais formas de produção. Neste momento, ainda há largamente mais de uma metrópole imperialista, tais como EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, dentre outras. Mas sabe-se que na fase atual do imperialismo, o EUA se torna a grande potência e metrópole imperialista mundial.

A fase atual do capitalismo, como se pode perceber, é a fase em que os EUA se torna a grande metrópole, e suas relações de reprodução de dependência se estende para os países dominados de uma forma específica, tanto no âmbito econômico, como no político e ideológico, se sobressaindo cada vez mais nos países dependentes, o M.P.C. Essa reprodução do M.P.C. nos países dominados incide também nos aparelhos de Estado e de suas “formas ideológicas”, segundo Poulantzas (1978). São os moldes econômicos e ideológicos americanos que passam a dominar tanto nos países dominados, como também nas metrópoles europeias e interferindo assim, na C.E.E.

É esta reprodução induzida do capitalismo monopolista americano no seio das outras metrópoles e seus efeitos sobre os modos e formas de produção (pré-capitalistas, capitalistas competitivos) que caracteriza a fase atual: ela implica igualmente a reprodução ampliada, em seu seio, das condições políticas e ideológicas desse desenvolvimento do imperialismo americano. (POULANTZAS, 1978, p. 50)

Outra característica fundamental que Poulantzas (1978) apresenta da fase atual do imperialismo é a presença constante da luta de classes nesta formação³¹. Segundo o autor, esta fase é caracterizada por “diversas etapas” da luta de classes, tendo em vista que a reprodução do imperialismo norte-americano perpassa por questões além de econômicas, também políticas e ideológicas, abrangendo alterações nos aparelhos de Estado, que repercutem diretamente na luta de classes. Ainda sobre isso, o autor reafirma:

Esta fase atual do imperialismo está marcada, em função dessas características, e através de vários caminhos, por uma emergência das lutas das massas populares, ao mesmo tempo nas formações periféricas e nas metrópoles imperialistas, principalmente na Europa. (POULANTZAS, 1978, p. 51)

Essa conjuntura de emersão das lutas das massas populares³² às vezes dá o caráter de crise³³ do imperialismo, a partir do momento em que tenta colocar em cheque a economia, a política e a própria ideologia burguesa proposta pelo imperialismo norte-americano. Estas periodizações só podem ser analisadas com base nas formações sociais, pois é daí que age a luta de classes.

Em outras palavras, a reprodução (periodização) de um modo de produção não tem como lugar um “processo” deste modo de produção como tal: os estádios e as fases referem-se ao mesmo tempo a modificações diferenciais que constituem a existência deste modo de produção em formações sociais. [...] As formações sociais são realmente os lugares do processo de reprodução enquanto núcleos do

³¹ O autor faz apontamentos de que as alterações que decorrem no próprio capitalismo e na divisão social do trabalho interferem diretamente na luta de classes, deixando-a cada vez mais presente.

³² Embora não seja objetivo do autor estudar especificamente os movimentos operários, o mesmo dá suportes mostrando a presença das lutas operárias na fase de consolidação do capitalismo monopolista.

³³ Deve-se tomar um cuidado especial ao se utilizar o termo crise, como bem confere Poulantzas (1978). Esta crise não é economicista e nem é uma crise constitutiva apenas desta fase imperialista. Esta crise seria aplicada no terreno da luta de classes, pois elas que atribuem à conjuntura do capitalismo e do imperialismo, e dos caminhos que esta chamada “crise” segue, através da luta de classes nos aparelhos de Estado e desta nova conjuntura tanto na esfera econômica, política e ideológica.

desenvolvimento desigual nas relações dos modos e formas de produção no seio da luta de classes. (POULANTZAS, 1978, p. 52)

Poulantzas (1978) analisa brevemente o processo de desenvolvimento do chamado capitalismo monopolista, sobre a égide dos EUA, e do chamado capital americano sobre os demais países e metrópoles, em especial do crescimento dos investimentos do capital americano sobre os países da C.E.E. no setor industrial e bancário. No período de consolidação do imperialismo, os EUA passam a dominar o capital financeiro, que segundo o autor, é a fusão do capital industrial e do capital bancário, representando assim o “*capital produtivo*”. Este capital financeiro é determinado nos moldes econômicos dos EUA, que tem o monopólio das grandes indústrias e dos bancos nos demais países, gerando cada vez mais a internacionalização do capital e ao mesmo tempo, intensificando cada vez mais seus investimentos assim como sua acumulação de mais-valia e a reprodução do capital social através da sociabilização do processo de trabalho para assegurar o monopólio norte-americano.

As novas formas de socialização do processo de trabalho estão diretamente ligadas ao novo modo de monopólio que constitui as grandes empresas e, assim, o processo de trabalho. As produções das mercadorias, com fins na extração de capitais, ocorrem de formas distintas, mas não se altera em si o resultado final – a mercadoria, e nem os processos de trabalho. Uma empresa pode produzir em diversos países cada etapa do processo de produção de uma dada mercadoria, ou não. Há uma diferenciação no processo de propriedade formal dos modos de produção, sobre as grandes firmas. Segundo Poulantzas (1978), estas “firmas” atuam com base no capital americano, e através do processo de sociabilização internacional do processo de trabalho, geram também a internacionalização do capital, embora sempre de forma desigual.

Poulantzas (1978) analisa que nesta nova fase do capitalismo, onde se busca a alta taxa de exploração em busca do crescimento da taxa de lucro através da extração de mais-valia, é imprescindível a exploração do trabalho, que conta com outros novos fatores, resultantes deste novo processo de acúmulo de capital e da exportação de capitais. Não só há uma “divisão” entre a grande metrópole com os demais países, que influenciam diretamente nos processos de trabalho, desde a divisão social do trabalho, até questões salariais, como por exemplo, o aumento cada vez maior da troca do trabalho vivo por trabalho morto, de mais investimentos no capital constante em detrimento do capital variável. Estas questões incidem diretamente na exploração maçante do trabalhador, contando cada vez mais com o contingente de desempregados, com a má qualificação dos trabalhadores, com os novos

“valores” de categorias trabalhistas. Todas estas alterações buscam a extração de mais-valia aos novos moldes da economia e da acumulação imperialista.

O capital monopolista é então marcado pela sua capacidade de sobrelucros e pelo seu lugar dominante no mercado, segundo Poulantzas (1978), apresentando possibilidades cada vez maiores de acúmulo e de reprodução ampliada do capital, e que tem seu maior momento de acúmulo através do capital industrial que é o ramo do capital que produz valor. Ainda segundo o autor “ele constitui a base real de acumulação capitalista e de extração de mais-valia” (POULANTZAS, 1978, p. 118). Essa concentração de capital se exprime através do processo e da divisão social do trabalho. Como bem identifica o autor ao relacionar este processo no capitalismo monopolista ao referir-se ao processo de produção que fornece a concentração de capital.

Eis que por essas transformações correspondem diretamente à baixa tendencial da taxa média de lucro, característica do capitalismo monopolista, e à sua contra-tendência principal, a alta da taxa de exploração. O capital monopolista é de fato caracterizado pela alta da composição orgânica do capital. A proporção, na composição orgânica do capital, do capital constante [...] em relação ao capital variável [...] é sensivelmente mais elevada para o capital monopolista, o que indica uma diminuição relativa do trabalho vivo em relação ao trabalho [...] morto. Mas a alta da composição orgânica do capital é inversamente proporcional à taxa de lucro. Isso implica a necessidade, para o capital monopolista, de um lado de aumentar a taxa de exploração através principalmente da via indireta do nível dos salários, mas da exploração intensiva do trabalho, incluindo o aumento da produtividade do trabalho, e de outro lado a necessidade de valorizar o capital, tirando toda vantagem da desigualdade das taxas de lucro entre ramos e setores da produção social. É a isso que correspondem essencialmente as transformações nas relações de produção e nas novas formas de divisão social do trabalho. (POULANTZAS, 1978, p. 119)

Essas transformações nos processos de trabalho, que constituem como efeito principal em suas formas atuais, a chamada socialização capitalista das forças produtivas, atinge diretamente os rumos e as contradições entre as burguesias e conseqüentemente a luta de classes.

Neste momento o autor analisa como se dá o processo de produção de mercadorias no capitalismo monopolista, da divisão do trabalho em etapas, e da relação econômica de posse e propriedade que perpassa as grandes indústrias para o acúmulo de capital-dinheiro. Não nos cabe, entretanto, aprofundar sobre esta análise. Não que ela não seja importante, mas que no decorrer do texto ela é retomada sem necessariamente se analisar a mesma a fundo neste momento tendo em vista que não é o objetivo da pesquisa.

Este período do capital monopolista é fortemente marcado por inúmeras contradições no seio da própria burguesia, derivadas das novas formas de concentração e acumulação do capital-dinheiro e pelo processo de produção. Assim como o processo de produção sofre algumas transformações, e o capital industrial que é o que propicia o acúmulo do capital-

dinheiro, ele trabalha por vezes em conjunto com o capital bancário e por último com o capital comercial. Mas na mesma medida que eles, na fase atual do imperialismo, trabalham de forma articulada, possuem também suas contradições oriundas do capital financeiro; bem como da sua luta pela hegemonia, pelos encargos e lugares que ocupam na formação do Estado.

Assim, as frações da burguesia, com seus interesses próprios, também se encontram no processo da luta de classes. Para além das frações da burguesia que domina o Estado, bem como as relações sociais de produção, existem também as contradições das burguesias ligadas à concentração de capital monopolista e o não-monopolista.

A concentração de capital monopolista e não-monopolista, embora em muito se deem de forma combinada, se utiliza do capital não-monopolista como meio de crescer ainda mais a mais-valia, de obter cada vez mais lucros. E tudo isso, influencia e é influenciado pela luta de classes.

Para entendermos bem essa solidariedade de classe que marca atualmente, mais do que nunca, as relações contraditórias entre capital monopolista e capital não-monopolista, devemos levar em consideração a forma atual assumida pela contradição principal, entre a burguesia no seu conjunto, de um lado, e, do outro, a classe operária e as massas populares: uma das características principais da fase atual consiste na emergência das lutas operárias e populares nas próprias metrópoles imperialistas. É inteiramente observável, nesse sentido, que as lutas operárias se refletem com frequência mais duramente sobre o capital não-monopolista, por causa das suas fracas margens de acumulação e de manobras no âmbito de sua dependência em relação ao capital monopolista. [...] Mais ainda: sabemos perfeitamente que o grande patronato se abriga com frequência, em nome da solidariedade de classe, atrás das “dificuldades das médias e pequenas empresas” em sua luta contra a classe operária, o que sob os disfarces ideológicos, corresponde a fatos reais. Não é um dos menores méritos da estratégia do capital monopolista ter chegado a unir estreitamente a ele o capital não-monopolista, empregando-o, pelo seu recuo na “zona de segurança”, como uma tela de proteção e um amparo em sua luta contra a classe operária, e fazendo repercutir diretamente contra ele próprio, efeitos que se encontram no coração das lutas atuais. (POULANTZAS, 1978, p. 161 – 162)

A exploração do capital monopolista sobre o capital não-monopolista rege também a luta de classes entre as próprias frações da burguesia, e automaticamente com a classe operária, intervindo nas medidas e ações do Estado Capitalista³⁴.

Outro fator importante que Poulantzas (1978) indica ao apontar as contradições do capital não-monopolista sobre a luta de classes, é que a pequena-burguesia é uma fração burguesa tão importante em dados momentos, como a grande burguesia, e que seus interesses

³⁴ Poulantzas começa a dar aportes para a compreensão das alterações do capitalismo monopolista com a classe operária, na medida em que altera-se as funções e ações do Estado.

não vão de encontro com a classe operária³⁵, limitando assim suas alianças em busca de um socialismo por exemplo.

[...] mesmo que não possamos considerar o capital não-monopolista, sob a dominação de “camadas antimonopolistas”, como excluído atualmente da dominação econômico-política e do bloco no poder, não podemos considera-lo como uma fração burguesa susceptível de fazer, em uma metrópole imperialista, parte do povo, e portanto passível de uma aliança com as classes populares no processo de transição para o socialismo. (POULANUZAS, 1978, p. 168)

Desta forma, Poulantzas (1978) se propõe a analisar o Estado no estágio do imperialismo, e especificamente a sua relação com a classe hegemônica. Conforme já exposto, ocorrem inúmeras redundâncias sobre a problematização do Estado capitalista, por isso, busca-se não aprofundar em temáticas anteriormente abordadas, apresentando-as de forma bastante sintética, se aprofundando mais em análises que ora houveram alterações de análise e compreensão, ora apresentando novas categorias abordadas, como o caso do Estado Nacional.

2.2 O ESTADO NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO

As interferências no novo estágio de desenvolvimento do capitalismo alteram as relações de produção, a internacionalização do capital e uma nova divisão social do trabalho em âmbito internacional. Tudo isso remete também à transformações tanto nas classes, como no seio do Estado. É o que Poulantzas (1978) busca apreender: quais são as principais mudanças no Estado capitalista na fase do imperialismo.

Esta apresentação do Estado confere ao estudo do movimento dos trabalhadores a materialidade necessária para a compreensão do papel do Estado, bem como suas ações frente às organizações da classe trabalhadora, a defesa de suas bandeiras e interesses, tendo como princípio que este Estado, materializado sobre a burocracia de Estado, tende à defender e priorizar os interesses da burguesia.

E qual seria então o papel do Estado nesta fase do imperialismo para assegurar a manutenção deste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo? Tendo em vista, como bem apresenta Poulantzas (1978) – e já considerado no capítulo 1 da presente investigação que o Estado por si só não possui poder próprio, apenas exprime e potencializa as lutas de classe, onde tende a assumir os interesses de uma classe específica, no caso a classe

³⁵ Aqui o autor aponta que a pequena-burguesia dificilmente faz alianças com a classe operária, o que remete que a burocracia de Estado não faz alianças com a classe operária, o que automaticamente interfere nas conquistas e na luta que o movimento operário trava no seio do próprio Estado.

hegemônica e detentora do bloco do poder – a burguesia. E qual seria essa fração da burguesia, que permeia essa relação do Estado com o capital americano, em especial nas metrópoles europeias?

Se trata do caso da *burguesia interior*:

Esta burguesia, que coexiste com setores propriamente compradores, não possui mais, em graus certamente desiguais nas diversas formações imperialistas, as características estruturais da burguesia nacional. Em razão da reprodução do capital americano no próprio seio dessas formações, é ela por um lado que imbricada por múltiplos elos de dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação do capital americano: o que pode até tomar a forma de uma transferência de uma parte da mais-valia para o lucro desse capital; por outro lado, além disso, em razão da reprodução induzida das condições políticas e ideológicas desta dependência, ela é afetada por efeitos de dissolução de sua autonomia político-ideológica em face do capital americano. (POULANTZAS, 1978, p. 77)

Essa chamada burguesia interior, embora possua certa autonomia econômica, não apresenta risco algum ao capital americano. Ao contrário, com base nos níveis políticos e ideológicos, frisam sempre a legitimação deste novo modo de acumulação de capital.

Assim, ainda para analisar a questão do Estado Nacional, deve-se levar em consideração as alianças entre as burguesias imperialistas e o capital americano. Os Estados Nacionais se encarregam de apoiar o desenvolvimento desta nova fase do capitalismo no seu interior. Ainda segundo o autor, sobre a reprodução internacional do capital, ela “apoia-se sobre os vetores que são os Estados nacionais” (POULANTZAS 1978, p. 79).

Para Poulantzas (1978), o Estado Nacional atua na organização da hegemonia da burguesia, mesmo em suas contradições tanto com o capital americano como entre o capital nacional e internacional, intervindo em favor dos grandes monopólios. Assim, o Estado Nacional atua diretamente com a classe ou fração de classe no bloco do poder nas metrópoles imperialistas, que não necessariamente são burguesias ligadas diretamente ao capital internacionalizado, mas sempre tem vínculos diretos com o capital americano e seus interesses. Como é o caso que Poulantzas (1978) analisa da França, que tem no bloco de poder uma burguesia nacional, mas que defende ainda os interesses e se articula com o capital americano.

Outro fator importante acerca do Estado Nacional, e sua relação com as classes, é, de acordo com os estudos de Poulantzas (1978), a relação do Estado com a Nação, a relação do Estado com a formação social.

O Estado, que mantém a unidade e a coesão de uma formação social dividida em classes, concentra e resume as contradições de classe do conjunto da formação social, consagrando e legitimando os interesses das classes e frações dominantes em face das outras classes desta formação, ao tempo em que assume contradições mundiais de classe. (POULANTZAS, 1978, p. 84)

Assim, as transformações da superestrutura do Estado e das formações sociais dependem diretamente da luta de classes neste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo. Segundo o autor, embora a luta de classes tenha caráter internacional³⁶, com base na nova forma da divisão social do trabalho, ela ainda é uma luta eminentemente nacional, mas com “essência” internacional. Assim, cada formação social ainda tem suas particularidades nacionais, mesmo que estejam diretamente ligadas a um “modelo” de superestrutura internacional. Embora o M.P.C. seja ligado ao capital e aos moldes americanos, as formações sociais ainda são formações nacionais. Desta forma, não há uma separação entre o Estado e a Nação.

De fato, os vínculos entre Estado e nação não estão rompidos, e os locais essenciais da reprodução e do desenvolvimento desigual continuam a ser ainda as formações sociais nacionais, na medida em que nem a nação nem a relação Estado e nação se reduzem a simples vínculos econômicos. A nação, em toda a complexidade de sua determinação – unidade econômica, territorial, linguística, simbólico-ideológica ligada à “tradição” -, conserva sua entidade própria quanto às “formas nacionais” da luta das classes, permanecendo a relação Estado e nação, por esse meandro, mantida. As modificações atuais só afetam, pelo menos nas metrópoles imperialistas, certos elementos desta determinação (e isto de forma desigual): elas se cristalizam então como modificações de um Estado que continua sendo, em seu núcleo rígido, o Estado nacional. (POULANTZAS, 1978, p. 85)

No diz respeito à relação do Estado e seu papel econômico, o Estado, embora seja essencialmente nacional, é reprodutor de um processo de acúmulo e expansão do capital americano, e esse papel do Estado, se dá através do seu papel econômico. O domínio do Estado “corresponde ao crescimento considerável de suas funções econômicas, absolutamente indispensável à reprodução ampliada do grande capital” (POULANTZAS, 1978, p. 87).

Essa função econômica não está ligada somente ao processo de acúmulo de capitais, mas também perpassa pela esfera política e ideológica do Estado no campo da luta de classes, como por exemplo, a função repressiva do Estado como forma de manter a ordem e os interesses do capital estrangeiro.

E qual seria então o papel do Estado no período historicamente determinado pelo capitalismo monopolista? Através da função do Estado Nacional e suas particularidades e suas funções que vão de encontro com os ditames da economia imperialista? E suas relações na luta de classes e na organização dos interesses econômicos da burguesia imperialista?

O papel do Estado passa por algumas transformações no decorrer da consolidação do estágio imperialista. Sobre estes novos cenários do Estado capitalista, Poulantzas (1978)

³⁶ Ao apontar os novos rumos que vão tomando as lutas entre as classes, auxilia na compreensão que se alteram também as lutas da classe operária e suas organizações, frente às mudanças promovidas no seio do próprio Estado e da luta de classes.

busca elucidar as atribuições deste Estado com base nas suas estruturas e superestruturas. O autor analisa estas alterações que perpassam o Estado, analisando as formulações dos P.C. ocidentais e em especial o P.C.F. dentre seus erros e acertos, mas que no momento iremos nos deter apenas nos pontos positivos das formulações em decorrência do objetivo do que aqui se apresenta.

Uma das formulações expõe sobre a fração de classe no bloco de poder. Entende-se que o bloco de poder faz aliança com a burguesia, mantendo assim, seus interesses. Entretanto, não é toda e qualquer fração da classe burguesa. O que se apresenta na atual fase do capitalismo é uma aliança entre as burguesias do chamado “grande capital”, ou seja, as que estão diretamente ligadas ao acúmulo de capital – burguesia industrial e bancária – que se aliam junto à fração hegemônica que se encontra no bloco de poder. O que não necessariamente ocorre com a fração da burguesia que está mais ligada ao chamado “pequeno capital”³⁷, que seria, por exemplo, o caso dos artesãos e pequenos comerciantes, que estão mais suscetíveis a fazer alianças com a classe operária³⁸ do que com a burguesia que detém o bloco do poder.

Outro fator é o exercício do Estado na intervenção do processo de produção. O Estado intervém nas forças produtivas e nas relações de produção de maneira nada neutra, tendendo no M.P.C. a intervir nas relações de produção com base no favorecimento de acúmulo de capital e extração de mais-valia, de acordo com os interesses da classe dominante em detrimento da classe explorada. Assim, o Estado que pode intervir na socialização das forças produtivas, corresponde na mesma medida, na apropriação privada dos meios de produção com fins de acumulação capitalista.

Para tal, essas “mudanças” apresentadas sobre o papel do Estado, bem como a relação das frações da burguesia no bloco de poder, dão a entender que não existe mais uma fração no bloco de poder, e sim o grande monopólio (como uma fusão entre o capital financeiro, industrial e o bancário, assim como suas respectivas burguesias). Poulantzas (1978) apresenta que estas mudanças estão ligadas ao processo de luta de classes, das contradições principais que separam a burguesia da classe operária e suas relações.

Isso se refere, primeiramente, às próprias formas constitutivas do processo de concentração e de centralização do capital. Os traços essenciais desse processo, e suas próprias causas eficientes, tais como a baixa tendencial da taxa de lucro, só são

³⁷ Poulantzas (1978) analisa que este termo “pequeno-capital” é falso, tendo em vista que pertence ao capitalismo essa fração da burguesia, que geralmente é a chamada pequena-burguesia. Este termo “pequeno-capital” deve ser entendido ao se comparar com os “grandes monopólios”.

³⁸ A classe operária ao fazer alianças com frações da burguesia acaba por compactuar com um projeto meramente reformista, o que Poulantzas dá os primeiros indícios desta constatação que é necessária para compreensão dos rumos que vem tomando o movimento dos trabalhadores.

a expressão direta da luta da classe operária e das massas populares, isto é, da luta de classes. A baixa tendencial da taxa de lucro é a figura da resistência (da luta) da classe operária contra a exploração. Do ponto de vista histórico, o processo de concentração, “resposta” a essa baixa, é “provocado” e precipitado pelas lutas populares, sobre o plano ao mesmo tempo nacional e mundial. Em outras palavras, o conjunto das transformações das burguesias, as transformações das relações de produção e da exploração do trabalho, só são, em definitivo, respostas da burguesia à luta da classe operária e das massas populares. A reprodução ampliada do capital não é outra coisa senão a luta das classes, com as contradições no seio das classes e frações dominantes sendo somente os efeitos, no campo do bloco no poder, da contradição principal. (POULANTZAS, 1978, p. 115)

O Estado Capitalista, enquanto representante dos interesses da classe hegemônica, tende a intervir na economia com fins de acumulação de capital e extração de mais-valia, segundo Poulantzas (1978), intervindo assim nas formas de trabalho, a favor do capital monopolista em detrimento do capital não-monopolista, com a tendência de suprimir cada vez mais a pequena-burguesia tradicional. Lembrando que mesmo a intervenção do Estado na economia, perpassa pela luta de classes, e principalmente pelas contradições entre as frações da burguesia que se encontram enquanto classe dominante.

Assim como o Estado intervém na esfera econômica, se utilizam da ideologia e da política de forma à sempre favorecer a burguesia, embora por vezes, na luta de classes, em especial para a classe dominada, tendesse a mostrar para a classe dominada a imagem de um Estado neutro de instância técnica, como bem aponta o autor. O Estado se apresenta de todas as formas possíveis para mediar às crises da burguesia latente, busca mecanismos através dos aparelhos repressivos, econômicos e ideológicos, garantir a maximização dos lucros e a alta taxa de extração de mais-valia.

2.3 O ESTADO ATUAL E AS BURGUESIAS

Como se pode perceber, o Estado representa os interesses da burguesia, e busca sempre garantir a maximização dos lucros, a internacionalização do capital, e a exploração da mais-valia pelo controle da divisão social do trabalho. Essa relação do Estado com a burguesia em particular, nos dá subsídios para visualizar as formas que este Estado faz para garantir os interesses desta classe específica em detrimento da classe operária. E é através da relação do Estado atual com as burguesias, que visualiza-se a tensão do mesmo mediante a luta de classes, fator primordial para a compreensão das transformações no seio do movimento dos trabalhadores.

Poulantzas (1978) afirma que não há uma mudança nas funções e relações do Estado no estágio do capitalismo monopolista, o Estado continua tendo suas características elementares.

[...] o Estado sempre detém o papel unificador político do bloco no poder e de organizador político da hegemonia do capital monopolista e no seio do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas e atravessado por contradições internas. [...] O estado se encarrega, por excelência, dos interesses da fração hegemônica do capital monopolista, na medida em que tal fração detém a direção do bloco no poder, e em que seus interesses se configura em interesse político do conjunto do capital em face das classes dominadas. (POULANTZAS, 1978, p. 17)

O Estado continua mantendo sua autonomia relativa³⁹ frente ao capital monopolista, (autonomia relativa já analisada desde sua obra *Poder Político e Classes Sociais*) que “é somente a manifestação do papel do Estado para a coesão política e a organização da hegemonia do capital monopolista” (POULANTZAS, 1978, p. 171), frente à luta de classes. Lembrando que o Estado capitalista em si não possui poder próprio, mas “constitui o lugar contraditório de condensação de relações de força que atravessam igualmente a classe dominante, e principalmente a própria fração hegemonia – o capital monopolista” (POULANTZAS, 1978, p. 172).

Na fase do capitalismo monopolista, o Estado representa os interesses da classe dominante, que é a burguesia, e suas diversas frações. Essas frações são vinculadas tanto ao capital monopolista quanto ao não-monopolista e se alinham e fazem alianças com a fração de classe hegemônica que se apresenta no bloco de poder. Fração hegemônica esta, como bem sinaliza Poulantzas (1978), geralmente representada pelo capital monopolista. Desta forma, as intervenções do Estado “correspondem aos interesses do capital monopolista, visam ao mesmo tempo à reprodução ampliada do capital, isto é, do conjunto do capital social” (POULANTZAS, 1978, p. 173).

O Estado atua e intervém diretamente na economia em favor do capital monopolista, mas esta intervenção não se dá somente na esfera econômica, mas também na política, levando em consideração as relações com o capital não-monopolista e seus interesses, desde que vá de encontro com os interesses de acumulação do grande capital monopolista. De acordo com Poulantzas (1978), na mesma medida em que o Estado intervém nas relações políticas e econômicas entre as frações das burguesias monopolistas e não-monopolistas, coloca-se em cheque a autonomia relativa do Estado.

³⁹ A problemática da autonomia relativa do Estado ainda continua presente no exame do Estado no capitalismo monopolista em Poulantzas. Em decorrência da autonomia já ter sido amplamente apresentada no I Capítulo, na tentativa de minimizar as redundâncias, a autonomia relativa aparece aqui apenas como uma síntese do que o autor novamente expressa na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*.

É igualmente nesse contexto que se inscrevem os limites atuais da autonomia relativa do Estado em face do capital monopolista e do bloco no poder em seu conjunto: ela designa aqui o papel próprio do Estado e de seus diversos aparelhos na elaboração da estratégia política do capital monopolista, a organização de sua hegemonia no âmbito de seu “equilíbrio instável de compromisso” (Gramsci) em face do capital não-monopolista, e a coesão política da aliança de classe no poder. [...] A autonomia relativa do Estado deve ser entendida aqui como relação entre Estado, de um lado, capital monopolista e conjunto da burguesia, de outro, relação que se coloca sempre em termos de representação e de organização política de classe. (POULANTZAS, 1978, p. 174)

O Estado é então permeado pelas contradições e tensões entre as frações da burguesia, bem como essas relações entre as mesmas no bloco de poder. O mesmo ocorre com os aparelhos de Estado, o repressivo, o ideológico, o político, dentre outros.

[...] as relações contraditórias atuais no seio [...] do aparelho político – partidos, parlamento, senado etc. -, do aparelho governamental, do aparelho municipal e comunal, do exército, dos diversos aparelhos ideológicos [...] não são o simples efeito da luta das classes dominadas, mas exprimem igualmente as contradições do bloco no poder. No caso desse último, e ao contrário do que se passa com os efeitos da luta das classes dominadas sobre os aparelhos de Estado, as relações entre frações burguesas se exprimem em frequência como sedes e baluartes de poderes contraditórios no seio desses aparelhos. (POULANTZAS, 1978, p. 177)

Mas ainda sobre estas contradições entre as frações da burguesia, que repercutem nos aparelhos de Estado, há a caracterização de uma “unidade interna própria” (POULANTZAS, 1978, p. 177) que é a expressão dos interesses da fração hegemônica.

Assim, ao analisar as classes e frações de classe no capitalismo monopolista, o autor também examina a ação da burguesia dentro dos aparelhos de Estado - a burocracia de Estado. Conforme Poulantzas já havia analisado em *Poder Político e Classes Sociais*, a burocracia de Estado é uma categoria social. Na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, o autor mantém a mesma argumentação, segundo o qual, os funcionários do Estado que constituem uma categoria social, ou seja, “sua determinação depende precisamente da relação dos seus membros com os aparelhos de Estado e do fato de que eles realizam as funções objetivas pertencentes ao Estado” (POULANTZAS, 1978, p. 201).

Segundo o autor, a burocracia de Estado, cujos membros pertencem à diversas classes ou frações de classe, mas em seu conjunto, enquanto função dentro do Estado, é um Estado capitalista, defende os interesses de acumulação do grande capital, e tem em seus funcionários, aliados políticos e ideológicos de acordo com seus interesses.

Essa categoria social, cujos membros são em geral de origem e de pertencimento de classe diferentes, apresenta, amiúde, apesar dessa diversidade, uma unidade interna específica, que é apenas o efeito sobre os agentes da unidade do poder de Estado e da unidade institucional dos aparelhos de Estado (principalmente seu “centralismo”). Essa categoria social pode primeiramente servir, enquanto conjunto, aos interesses de outras classes ou frações que não aquelas às quais pertencem sobretudo seus “vértices”. Essa categoria social pode primeiramente servir, enquanto conjunto, aos interesses de outras classes ou frações que não aquelas às quais pertencem sobretudo

seus “vértices”, ou de que são originários. [...] Além disso, essa categoria social pode, em conjunturas determinadas, funcionar como força social efetiva. Nesse caso, ela intervém no campo político e na luta de classe com um peso específico: ela não está pura e simplesmente “no rastro” nem da classe ou fração hegemônica, nem da classe ou fração da qual ela é originária ou à qual pertence. (POULANTZAS, 1978, p. 201)

O papel de funcionar enquanto força social efetiva na luta de classes é desempenhado através da autonomia relativa do Estado, tendo em vista, que mesmo eles pertencendo em um dado momento ao corpo dos funcionários do Estado, não cessam de fazer parte das classes sociais das quais advém. Assim, embora façam parte do aparelho do Estado e reproduzam de maneira ideológica e política os interesses do capital, ainda assim, não deixam de fazer parte de uma dada classe⁴⁰, e perpassam a luta de classes dentro dos aparelhos do Estado, através da sua autonomia relativa.

Os agentes que trabalham no aparelho de Estado, em especial seu “vértice”, são das frações da burguesia. Esses “vértices” são “em geral, de pertencimento de classe burguês, não em razão de suas relações interpessoais com os membros do capital, mas principalmente porque, em um Estado capitalista, preenchem a direção das funções do Estado a serviço do capital” (POULANTZAS, 1978, p. 202).

Ao contrário dos próprios empresários que ocupam o lugar do capital e se acham assim diretamente submetidos aos seus fracionamentos, o pertencimento burguês de classe dos vértices do aparelho de Estado é refratado e mediatizado pelo papel do Estado na coesão e na reprodução das relações sociais de uma formação capitalista. Seria mais exato dizer que os fracionamentos da burguesia se refletem indiretamente no seio dos “vértices” do aparelho de Estado, quer dizer, através da via indireta das diferenciações e defasagens entre os diversos ramos e aparelhos de Estado que (no interior da unidade do poder de Estado) reproduzem as contradições do bloco no poder. [...] Esses agentes estão diretamente ligados aos aparelhos de Estado, comandando a “realização” do papel do Estado na reprodução da divisão social do trabalho, mais particularmente na reprodução das relações de dominação-subordinação política e ideológica. (POULANTZAS, 1978, p. 203-204)

Para além da função econômica do Estado, em especial o Estado nacional, o mesmo tem o papel de intervir na “reprodução dos lugares das classes sociais e, por outro lado, na ‘qualificação-sujeição’ dos agentes, de tal forma que possam ocupar esses lugares, bem como na distribuição dos agentes entre esses lugares” (POULANTZAS, 1978, p. 89). Ou seja, o Estado nacional, assim como a sua formação social, embora nacional, ajuda fortemente na ocupação dos agentes sociais em suas classes, como por exemplo através do papel da escola,

⁴⁰ Relação está que é a base da associação entre os movimentos sociais e a burocracia do Estado. Embora os membros do aparelho de Estado reproduzam os interesses da classe dominante, alguns não deixam para trás seus anseios e lutas em favor da classe dominada; anseios e lutas estas, que a classe trabalhadora coloca enquanto bandeiras de luta através de suas organizações, nas quais o movimento social é uma delas, assim como os partidos políticos e sindicatos.

da formação permanente. Mas este papel do Estado é um papel que tende a reproduzir esta “repartição” em escala internacional, através da sociabilização do processo de trabalho - o que não se pode generalizar, como bem apresenta o autor ao falar da diferença entre Estados Unidos/Europa.

2.4 AS CLASSES SOCIAIS – A PEQUENA-BURGUESIA

Conforme já mencionado, é na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* que Poulantzas apresenta seu estudo mais rigoroso acerca das classes sociais, especificamente da pequena-burguesia. Uma análise das classes sociais é primordial para o estudo do movimento dos trabalhadores, na medida em que é através das classes antagônicas e da exploração do trabalho que se vê a necessidade da classe dominada se organizar. Sem um exame rigoroso acerca das classes e suas particularidades no seio de uma sociedade desigual e perversa constituída pelo capitalismo, não é possível compreender as organizações, as bandeiras e muito menos os projetos societários defendidos pela então classe trabalhadora.

Para a compreensão das classes e suas delimitação, o estudo das categorias que cercam a divisão social do trabalho são imprescindíveis. E no capitalismo monopolista, as relações de trabalho vão se transformando e, conseqüentemente, transformam-se as classes, suas frações e suas relações com o Estado capitalista. A esfera do trabalho na mesma medida que dita as relações de produção e de delimitação das classes antagônicas, também orienta os rumos do Estado e seus aparelhos, e ainda mais as próprias organizações das classes.

Primeiramente, Poulantzas (1978) considera o que são as classes sociais na tradição marxista. Segundo o autor, as classes sociais “são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção” (POULANTZAS, 1978, p.13-14). Ou seja, determinado pelo papel econômico que é determinante, mas não menos importante que as esferas políticas e ideológicas (superestrutura). Outro fator importante, é que as classes sociais só existem em um sistema de oposição, de luta de classes. Não existem classes se uma não se distinguir-se da outra, já que possuem práticas de classe diferentes e estas se opõem uma da outra.

As classes sociais abrangendo as lutas e práticas de classe são determinadas pelos lugares objetivos de seus agentes no modo de produção e na divisão social do trabalho.

Assim:

A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria

existência da determinação de estrutura – relações de produção lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes. (POULANTZAS, 1978, p. 14)

Entretanto, essa relação estrutural⁴¹ das classes não se dá de forma “voluntária” e reduzida. Ela rege uma relação e junto à superestrutura determinam as posições de classe em uma dada conjuntura. São os exemplos apresentados pelo autor, quando o mesmo afirma que “uma classe social, ou uma fração ou camada de classe, pode não ter uma posição de classe correspondente a seus interesses, eles próprios circunscritos pela sua determinação de classe como horizonte de sua luta” (POULANTZAS, 1978, p. 15). Exemplificando: a aristocracia operária, que tem por vezes “posições da classe burguesa”, mas não significa que estruturalmente ela seja da classe burguesa; assim como a pequena-burguesia, que por vezes se posiciona em favor da classe operária, ou dá apoio à classe operária, mas nem por isso, estruturalmente, se constitua como classe operária.

Poulantzas (1978) estuda sobre as estruturas de classe, e o que se percebe é que ele não coloca enquanto uma posição de classe econômica de um lado, e uma luta política e ideológica de outro. Elas, em conjunto, determinam a estrutura e a posição das classes. “A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura” (POULANTZAS, 1978, p. 16).

Poulantzas (1978) também destaca uma análise que considera como importante, sobre os agentes e seus pertencimentos de classe.

O aspecto principal de uma análise das classes sociais é bem aquele de seus lugares na luta das classes: não é o dos agentes que as compõem. As classes sociais não são grupos empíricos de indivíduos – grupos sociais – “compostos” pela adição desses indivíduos. As relações desses agentes entre si não são, pois, relações interindividuais. O pertencimento de classe dos diversos agentes depende dos lugares de classe que ocupam: é por outro lado distinto da origem de classe – da origem social – desses agentes. (POULANTZAS, 1978, p. 17)

Porém, na determinação das classes, o fator econômico detém o papel principal. Segundo o autor, são as relações de produção que detém o papel dominante na determinação das classes e seus agentes. O processo de produção que envolve as relações de trabalho, entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção em um modo de produção determinado é o capitalismo, e a relação do homem com a natureza. Os proprietários dos meios de produção exploram o sobretrabalho⁴² de outra classe distinta, desprovida dos meios de produção, o que Marx chama de “trabalhador nu”, já bem apresentado no capítulo anterior.

⁴¹ Como se pode notar, Poulantzas permanece ainda analisando as classes sociais enquanto estruturas.

⁴² Sobretrabalho – processo de extração da mais-valia.

Para Poulantzas (1978), essa relação entre proprietários e não proprietário nas relações de produção que constituem as classes é um pouco mais complexa.

De um lado, que as relações de produção devem ser apreendidas na articulação das relações que as constituem, e na sua unidade com o processo de trabalho: é o que circunscreve a relação de exploração dominante que caracteriza um modo de produção e que determina a classe explorada segundo tal relação dominante. [...] A classe explorada segundo esta relação (a classe explorada fundamental: classe operária no modo de produção capitalista) é aquela que efetiva o trabalho produtivo deste modo de produção; assim, no modo de produção capitalista, nem todos os não proprietários são operários. (POULANTZAS, 1978, p. 20-21)

Ou seja, outro fator que determina a classe operária para Poulantzas (1978) é o processo de trabalho produtivo. Só se constitui enquanto membro da classe trabalhadora, aquele que na esfera da produção, efetiva o trabalho produtivo. Este trabalho produtivo é, para o autor

[...] o trabalho que corresponde às relações de produção deste modo, isto é, aquele que dá lugar à forma específica e dominante de exploração. Produção, nestas sociedades, significa ao mesmo tempo, e num mesmo movimento, divisão de classes, exploração e luta de classes. (POULANTZAS, 1978, p. 21)

Assim, não são as relações salariais que determinam o pertencimento das classes. Mas as relações sociais sobre as relações de produção – forças produtivas e processo de trabalho –, relações econômicas, políticas e ideológicas, que constituem as classes sociais. “O processo de produção e exploração é, ao mesmo tempo, processo de reprodução das relações de dominação/subordinação políticas e ideológicas” (POULANTZAS, 1978, p. 22).

Desta forma, dentro de um modo de produção existem sempre duas classes antagônicas, como no modo de produção capitalista existem as classes burguesa e operária, mas em uma formação social de uma sociedade concreta, existem mais de duas classes antagônicas. Segundo o autor, a formação social é “onde atua a luta de classes, são os lugares efetivos de existência e de reprodução dos modos e formas de produção” (POULANTZAS, 1978, p. 24). O autor reafirma o que Marx já dizia no *Manifesto do Partido Comunista*, que a luta de classes é o motor da história. Dentro destas formações sociais reside o que o autor chama de *polarização*, que se situa em classes ou frações de classe que se polarizam com as duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. As classes só existem “nas relações das classes desta formação com aquelas das outras formações” (POULANTZAS, 1978, p. 24).

Desta forma, dentro de uma formação social, para além das classes antagônicas, existem sempre associadas⁴³ a elas as frações de classe ou categorias sociais, como por exemplo a burguesia bancária, que é uma fração da classe burguesa, e a burocracia do Estado,

⁴³ Aqui começa à problemática que pode induzir a uma ideia de fragmentação das classes.

que é uma categoria social. E todas tem seu papel político e ideológico nas relações de produção.

Poulantzas (1978) ainda analisa a relação da luta de classes com o Estado e o aparelho de Estado. Para o autor, as classes sociais só existem a partir da sua relação com o aparelho de Estado. O mesmo entende por aparelho de Estado, como um papel principal de

manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que concentra e consagra a dominação de classe, e a reprodução, assim, das relações sociais, isto é, das relações de classe. As relações políticas e as relações ideológicas se materializam e se encarnam, como práticas materiais, nos aparelhos de Estado. (POULANTZAS, 1978, p. 26)

O aparelho de Estado detém “um papel constitutivo” (POULANTZAS, 1978, p. 27) da luta de classes. O aparelho de Estado é a condensação das relações de classe, mas não é formado em si por esta relação, haja vista que o aparelho de Estado não possui poder próprio, mas materializa relações de classe que abrangem o conceito de poder, segundo o autor. Na verdade, é o poder do Estado, que relacionado com a luta de classes, determina o funcionamento do aparelho do Estado. E nesta relação entre aparelho de Estado / luta de classes, é a luta de classes que detém o papel fundamental; “é a luta de classes que determina as formas e as modificações dos aparelhos”. (POULANTZAS, 1978, p. 29).

Os aparelhos de Estado não criam por si só as classes, mas contribuem para a divisão das classes. Um exemplo que Poulantzas (1978) utiliza é o aparelho ideológico representado pela escola. Ela, em si, não cria as duas classes antagônicas, mas contribui para essa divisão e formação.

É necessário ainda desembaraçar todas as implicações da proposição acima: não são somente as relações de produção que determinam os aparelhos, mas também não são os aparelhos de Estado que presidem à luta de classes: *é a luta de classes, em todos os níveis, que dá comando aos aparelhos*. (POULANTZAS, 1978, p. 30)⁴⁴

Os aparelhos de Estado compõem a reprodução ampliada dos lugares em que ocupam os agentes, assim como a “reprodução-distribuição” destes agentes nos seus lugares. O que dá elementos para examinar que o principal fator de determinação das classes, segundo Poulantzas (1978), são os lugares, e não os agentes que ocupam estes lugares. O que se estende dos aparelhos ideológicos e políticos não se mantém preso somente na reprodução ampliada. Os aparelhos políticos e ideológicos “intervém então, pelo seu papel na reprodução das relações políticas e ideológicas, na reprodução dos lugares que definem as classes sociais” (POULANTZAS, 1978, p. 31).

⁴⁴ Grifos do autor.

Ainda sobre os lugares, e retomando o exemplo da escola, Poulantzas (1978) define que não é a escola em sua reprodução ampliada que cria e determina as classes e seus agentes, mas são os seus agentes e suas relações no processo de reprodução que tem por efeito como bem sinaliza o autor, a escola. A escola, ou os aparelhos ideológicos ou políticos, são uma “reprodução primeira” na e pela luta de classes. Um exemplo histórico seria o do papel da escola na França, que se situa através da luta de classes, a partir de uma aliança entre a burguesia e a pequena-burguesia, que, segundo palavras do autor, marcou a formação social francesa.

Mas a reprodução ampliada pela qual se relacionam as classes, não perpassa apenas pelas esferas do aparelho do Estado, mas também pela divisão social do trabalho, como a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Sobre a divisão entre trabalho manual/trabalho intelectual, Poulantzas (1978) afirma:

A divisão trabalho manual/trabalho intelectual só pode ser apreendida em sua extensão com as relações políticas e com as relações ideológicas, ao mesmo tempo: a) que existem na divisão social do trabalho no próprio seio do processo de produção, o que recorre ao próprio aparelho econômico, e à “empresa”: autoridade e direção do trabalho ligadas ao trabalho intelectual e ao segredo do saber; e b) que existem no conjunto da divisão social do trabalho: relações políticas e ideológicas que intervêm na determinação dos lugares das classes sociais. (POULANTZAS, 1978, p. 33)

Não é ainda sobre o exemplo da escola, não é a escola quem cria essa relação do trabalho manual/intelectual, são as relações desta divisão social do trabalho que perpassam dentro da escola, ou qualquer outro tipo de aparelho do Estado, seja político ou ideológico. O papel do político e ideológico na reprodução ampliada dos lugares das classes pela luta de classes é que comanda os aparelhos do Estado.

Da mesma forma, a reprodução dos lugares não recorre apenas aos aparelhos políticos e ideológicos, mas principalmente, segundo o autor, ao aparelho econômico. Um exemplo que o autor cita é o das “empresas”, que pela divisão social do trabalho também reproduzem os lugares das classes, através da luta de classes. Este aparelho econômico não deve ser visto como unicamente econômico, assim como a escola não é unicamente ideológica. O papel ideológico transcorre também pelos aparelhos econômicos e políticos.

Sobre a reprodução dos lugares das classes, Poulantzas (1978) reafirma que também se dão através dos aparelhos repressivos do Estado, tendo em vista que essa repressão é necessária para as relações de exploração da força de trabalho e dominação de uma dada classe. Esta análise do autor se refere, como é bom salientar, a um dado modo de produção determinado – o capitalista. Lembrando que assim como os aparelhos repressivos se

“relacionam” com a esfera econômica, o mesmo ocorre com a ideologia que, segundo o autor, também possui um papel repressivo.

E como se daria a “repartição” dos agentes nestes lugares das classes? Seria o que Poulantzas (1978) chama de processo de “qualificação-sujeição” dos agentes para ocupar tais lugares e a distribuição destes agentes nesses lugares. É necessário ter em mente que esses lugares, e essa distribuição, não são rígidos, mas flexíveis, passíveis de mudanças, o que o autor chama de *mobilidade social*. Não significa dizer, porém, que dentro do modo de produção capitalista, não haja as duas classes antagônicas. Entretanto, um pequeno-burguês pode, através da mobilidade social, se tornar um proletariado, e vice-versa. A “rigidez social”, segundo o autor, se deplora devido às desigualdades sociais, que é uma característica essencial da sociedade capitalista.

A distribuição dos agentes de classes conta com os aparelhos ideológicos em especial, e os econômicos, de maneira mais ou menos combinada, e determinam os lugares dos agentes nas classes. Mas antes disso, é a luta de classes e os lugares das classes que desenham os aparelhos do Estado. Ainda sobre esta relação dos aparelhos de Estado com os lugares e a distribuição dos agentes em classes, o autor afirma que:

[...] trata-se de uma distribuição primeira dos agentes ligada à reprodução primeira de lugares das classes sociais: é ela que determina a este ou àquele aparelho, ou a esta ou àquela série dentre eles, e seguindo as etapas e as fases da formação social, o papel próprio e respectivo que assumem na distribuição dos agentes. (POULANTZAS, 1978, p. 38)

Embora a ⁴⁵escola tenha um papel decisivo na formação dos agentes e na sua distribuição em classes, onde perpassa todo um processo de formação para além da formação para o mercado de trabalho, e assim ampliação das relações de produção, ainda são os lugares das classes que determinam os aparelhos de Estado como a escola. Tendo em vista, por exemplo, que um burguês, dentro das relações sociais, tem uma tendência maior a continuar sendo burguês, através do processo de produção e ideológico, que perpassa também dentro do âmbito escolar.

Desta forma, no estágio monopolista, há também algumas categorias novas apresentadas através da divisão social do trabalho⁴⁶, que se coloca a ser analisada no que se refere ao local de seus agentes nas classes sociais. É o caso, por exemplo, dos empresários,

⁴⁵ Poulantzas esboça a importância da escola na formação dos agentes, tanto na formação destes agentes quanto no papel de propagar a ideologia dominante. Esta consideração muito enriquece para o estudo do movimento operário na medida em que também aponta que a escola também é um fator importante que acaba por influenciar de forma direta os agentes que se organizam nos movimentos através da ideologia.

⁴⁶ Aqui Poulantzas começa a apresentar as novas categorias da nova divisão social do trabalho que para o autor não fazem parte da classe operária. Um dos pontos mais emblemáticos do autor, que será retomado mais adiante.

que não são necessariamente os proprietários privados formais-judiciais dos meios de produção, mas exercem o papel de supervisão e de dirigente do capital, colocando a categoria dos empresários como membros da burguesia. Segundo o autor, além dos empresários possuírem poderes em cima dos meios de produção e da socialização do trabalho, eles também “exercem diretamente esses poderes e que preenchem as ‘funções do capital’ ocupam o lugar do capital, e possuem, assim, um pertencimento de classe burguês, mesmo que não detenham a propriedade jurídica formal” (POULANTZAS, 1978, p. 195). Assim como também não formam em si, enquanto categoria, uma fração da burguesia. Antes o contrário, eles pertencem à fração da burguesia na qual ocupam seu cargo de acordo com a acumulação do capital, seja do capital industrial, bancário ou comercial.

Após apresentar as relações do Estado com o capitalismo monopolista, Poulantzas (1978) se refere às frações da burguesia e seus agentes. O autor passa a analisar a caracterização dos agentes burgueses e seus lugares tanto nas classes e frações de classe, como no jogo do poder que eles exercem na esfera do Estado e na divisão social do trabalho.

Outro fator delineado por Poulantzas (1978) é referente à pequena-burguesia e seus marcos no estágio imperialista. O autor observa que, ultimamente, muitos sociólogos formulam teorias, como ao analisar a classe média, como se não houvessem classes sociais, ou ainda mais, que só existissem duas classes sociais. Algumas teses foram amplamente debatidas por Poulantzas (1978), que não cabe neste momento analisá-las, mas vale citar a referência do autor acerca dos conceitos das classes ao se analisar um dado momento do capitalismo, onde há uma crescente diversificação das categorias trabalhistas, bem como agentes não-assalariados, dentre outros.

A divisão da sociedade em classes significa precisamente, do ponto de vista ao mesmo tempo teórico-metodológico e da realidade social, que o conceito de classe social é pertinente a todos os níveis de análise: a divisão em classes constitui o quadro referencial de todo escalonamento das diversificações sociais. (POULANTZAS, 1978, p. 215)

Poulantzas (1978) analisa que a pequena burguesia tradicional e a nova pequena burguesia ocupam lugares diferentes na esfera econômica, contudo, na esfera política e ideológica possuem os mesmos lugares e efeitos.

Ao se analisar a nova pequena-burguesia, Poulantzas (1978) primeiramente considera os novos conjuntos de assalariados e suas relações na esfera econômica no modo de produção capitalista no estágio monopolista. Assim, como bem sinaliza o autor, ele examina “o conjunto dos componentes de sua determinação estrutural de classe, a fim de chegarmos aos efeitos dessa determinação no plano da prática política” (POULANTZAS, 1978, p. 227),

analisando assim a nova pequena-burguesia na esfera econômica e na divisão social do trabalho.

A primeira observação importante que o autor levanta referente à nova pequena-burguesia é que “esses conjuntos não pertencem à burguesia, na medida em que não têm nem propriedade econômica, nem posse dos meios de produção. Por outro lado, trata-se, no seu caso, de um trabalho assalariado” (POULANTZAS, 1978, p. 227). Contudo, não quer dizer que todo trabalhador assalariado seja da nova-pequena burguesia, e nem que todo operário seja assalariado. O que define as delimitações da classe operária é o conjunto da exploração do trabalho⁴⁷, bem como a não propriedade privada dos meios de produção. A classe operária é delimitada pelo trabalho produtivo, em que, parafraseando Marx, o autor afirma que: “Todo trabalhador produtivo é trabalhador assalariado, o que não significa que todo trabalhador assalariado seja um trabalhador produtivo” (POULANTZAS, 1978, p. 228).

Assim, Poulantzas (1978) passa a analisar o trabalho produtivo/trabalho improdutivo, da relação de extração de mais-valia e exploração, e sua relação na delimitação da classe operária.

É portanto, trabalho produtivo, em um modo de produção determinado, o trabalho que dá lugar à relação de exploração dominante deste modo: o que é trabalho produtivo para um modo de produção pode não ser para outro. Assim, no modo de produção capitalista, é trabalho produtivo aquele que produz diretamente a mais-valia, que valoriza capital e que é trocado pelo capital. (POULANTZAS, 1978, p. 229)

Ou seja, no modo de produção capitalista, só é trabalho produtivo, só faz parte da classe operária, aquele trabalhador que produz diretamente a mais-valia, em que seu trabalho gera mais capital, e não, transferência de capital.

Poulantzas (1978) conclui então que

[...] é trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, aquele que produz mais-valia ao reproduzir diretamente os elementos materiais que servem de substrato à relação de exploração: aquele, pois, que intervém diretamente na produção material produzindo valores de uso que aumentam as riquezas materiais. (POULANTZAS 1978, p. 235)

E quando o trabalho não produz mais-valia diretamente quando está ligado à troca de rendimentos, serviços trocados por rendas, como o caso de artistas, escritores, manicure, dentre outros, seriam os chamados trabalhos improdutivos.

Assim, por exemplo, não é trabalho produtivo aquele que depende da esfera da circulação do capital ou que contribui para a realização da mais-valia: os assalariados do comércio, da publicidade, do marketing, da contabilidade, do banco, dos seguros etc, não produzem a mais-valia e não fazem parte da classe operária

⁴⁷ Aqui se percebe uma contradição em Poulantzas, na medida em que ele afirma mais a frente que existem categorias da divisão social do trabalho, onde os sujeitos são explorados, mais ainda assim não se constituem enquanto classe operária.

(trabalho produtivo). É que somente o capital produtivo produz a mais-valia. (POULANTZAS, 1978, p. 229-230)

As categorias profissionais que ajudam apenas na circulação de dinheiro, mas que não geram a extração de mais-valia, não se constitui enquanto trabalho produtivo, como o caso dos funcionários do comércio, das redes bancárias, professores e advogados. Não que eles não sejam explorados, e que a baixa dos seus salários contribua para um lucro maior do capitalista privado, e ainda mais, que seu trabalho seja corretamente equivalente (ao contrário), assim contribuem para a circulação de dinheiro, para o acúmulo do lucro, mas por não produzirem mais-valia, fazem parte da esfera da circulação, portanto são trabalhadores improdutivos.

A mesma análise Poulantzas (1978) faz referente aos trabalhadores do Estado, e prestadores de serviço. Embora os mesmos, em sua maioria, sintam a exploração do trabalho, é uma troca de rendimentos, e não constituem em si a produção de mais-valia para o capital.

São enfim considerados como trabalhos improdutivos aqueles que tomam a forma de serviços, cujos produtos ou atividades são consumidos diretamente como valores de uso e que não se trocam pelo capital mas pela renda [...] (POULANTZAS 1978, p. 231)

O autor, ainda acrescenta:

É enfim, essencialmente, sob essa problemática de serviços que Marx considera toda uma série de trabalhos que, no entanto, contribuem eminentemente para a reprodução das relações sociais capitalistas, principalmente aquelas dos agentes dos aparelhos de Estado, dos funcionários em sentido lato: evidentemente é necessário excluir aqui os trabalhos diretamente produtivos que têm lugar no seio do Estado, principalmente as empresas industriais “nacionalizadas [...] Marx dirá então: “Assim como as mercadorias compradas pelo capitalista para seu consumo privado, os serviços que compra voluntária ou involuntariamente ao Estado... em virtude de seu valor de uso, não se tornam fatores do capital. Em consequência, não são trabalhos produtivos e seus agentes não são trabalhadores produtivos”. (POULANTZAS, 1978, p. 232)

Sobre o trabalho improdutivo, Poulantzas (1978) analisa o caso dos cientistas. Muitos trabalham para contribuir para o acúmulo de capital e maior extração de mais-valia para os capitalistas individuais, mas não geram mais-valia, tanto como os comerciantes, artistas, dentre outros. Como bem apresenta o autor, os cientistas fazem a chamada “transferência de mais-valia” (POULANTZAS 1978, p. 241-242), mas não participam do processo de extração de mais-valia, apenas corroboram para que a extração se concretize com novas tecnologias ou tendências.

Após analisar as relações econômicas na delimitação das classes, Poulantzas (1978) passa a examinar os níveis políticos e econômicos que circunscrevem as classes sociais, em especial no caso da nova pequena-burguesia. O autor busca tratar em sua obra, dando um

salto, uma análise para além das estruturas, mas da superestrutura do Estado, bem como suas interferências nas relações sociais capitalistas.

Essas relações políticas e ideológicas são decisivas, igualmente, para os conjuntos já analisados da nova pequena-burguesia cujas relações econômicas e a distinção trabalho produtivo/trabalho improdutivo, no entanto, traçam claramente as fronteiras que a separam da classe operária. Essas relações são decisivas, pois intervêm nas relações desses conjuntos entre si e no seu pertencimento comum de classe (nova pequena-burguesia), em suas relações com a pequena-burguesia tradicional, enfim no fracionamento da nova pequena-burguesia em função da polarização que a atravessa. (POULANTZAS, 1978, p. 243)

O trabalho de supervisão e de direção são os exemplos que Poulantzas (1978) resgata das análises de Marx para esboçar a relação dos níveis políticos e ideológicos que delimitam as classes sociais. Embora o trabalho de direção e supervisão sejam trabalhos explorados, que sejam trabalhadores assalariados, ainda assim, por exercerem uma função com um nível de poder superior aos demais trabalhadores, mesmo os ligados diretamente ao processo de trabalho produtivo, essas categorias não são consideradas como classe operária⁴⁸.

Segundo o autor o trabalho de direção e de supervisão “é a reprodução direta, no próprio seio do processo de produção, das relações políticas entre a classe capitalista e a classe operária” (POULANTZAS 1978, p. 247). Para finalizar, o autor ainda reafirma:

De fato, esses agentes não pertencem à classe operária, pois sua determinação estrutural de classe, e o lugar que ocupam na divisão social do trabalho, estão marcados pela dominância das relações políticas que realizam sobre o aspecto trabalho produtivo na divisão social do trabalho. Sua função principal consiste em extrair a mais-valia dos operários – para “coletá-la”. Eles exercem poderes que decorrem do lugar do capital, capital que açambarca a “função de direção” do processo de trabalho [...] (POULANTZAS 1978, p. 248)

Para analisar as relações políticas e ideológicas na delimitação das classes sociais e do trabalho em si, Poulantzas (1978), assim como Marx, analisa a questão do trabalho manual/trabalho intelectual, em especial sobre duas categorias, os engenheiros e os técnicos da produção. Para justificar suas análises, o autor se posiciona:

É necessário assim, examinarmos mais de perto a divisão trabalho manual/trabalho intelectual, pois ela está de fato no centro do problema. Adianto desde já a tese principal a esse respeito: essa divisão trabalho intelectual/trabalho manual não somente se limita a uma divisão técnica do trabalho, mas constitui de fato, em todo modo de produção dividido em classes, a expressão concentrada da correspondência das relações políticas e ideológicas (político-ideológicas nesse sentido) na sua articulação com as relações de produção: isto é, tais como existem e se reproduzem, sob a configuração precisamente de sua correspondência (político-ideológicas), no próprio seio do processo de produção e, mais além, no conjunto da formação social. Essa divisão trabalho intelectual/trabalho manual assume formas específicas no modo de produção capitalista, caracterizado pela “separação” toda particular dos dois. (POULANTZAS 1978, p. 253)

⁴⁸ Esse posicionamento que Poulantzas coloca é pertinente na medida em que acaba por mostrar que algumas categorias por razões políticas, ideológicas e salariais não se reconhecem enquanto classe trabalhadora. Contudo, a delimitação das classes, não será amplamente debatida por não se constituir objeto desta pesquisa.

Segundo Poulantzas (1978), os critérios do trabalho intelectual/manual⁴⁹ não podem ser dirigidos concretamente como o que distingue o trabalho produtivo/trabalho improdutivo, tendo em vista que o que determina estas categorias são critérios políticos e ideológicos.

Outro fator analisado por Poulantzas (1978) é que a divisão entre trabalho manual/trabalho intelectual é uma diferenciação típica do modo de produção capitalista. No período de transição do feudalismo para o capitalismo – período manufatureiro –, onde os trabalhadores ainda detinham a posse dos seus meios de produção, não havia tantas divisões sociais do trabalho, tais como o trabalho manual/intelectual. No início da industrialização, o trabalhador além de ficar sem a posse dos seus meios de produção, se separa também do seu caráter intelectual no processo de trabalho e produção de mercadorias.

A divisão capitalista trabalho manual/trabalho intelectual está assim diretamente ligada à especificidade dessas relações, principalmente à separação e despossessão do produtor direto dos seus meios de produção, tal qual se reproduz pela subsunção real do trabalho ao capital: “As forças intelectuais da produção desenvolvem-se num único lado porque desaparecem de todos os outros [...]” Para acentuar a forma particularmente importante que assume assim uma divisão capitalista, Marx chegará a dizer: “É próprio do modo de produção capitalista separar os diferentes trabalhos, e portanto também os trabalhos manuais e intelectuais...” [...] Nessas análises, Marx começa a colocar inicialmente em relação ao trabalho intelectual e a ciência, ambos estando “separados” do trabalhador direto e opostos a ele. (POULANTZAS, 1978, p. 255-256)

Para Poulantzas (1978), estando hoje a ciência voltada para o capital, ou seja, com base na ideologia burguesa e conseqüentemente sobre o domínio da burguesia, para os engenheiros e técnicos (categorias que o autor no momento analisa, mas que é a mesma para diversas outras áreas), “a ciência encontra-se situada sob o seio da ideologia dominante que eles materializam em seu próprio trabalho ‘científico’” (POULANTZAS, 1978, p. 256). Saber científico este que hoje se encontra sobre o domínio da burguesia.

Já se observa o surgimento da questão da articulação das relações políticas e das relações ideológicas na figura do trabalho intelectual; chamemos a atenção, no entanto, somente para estes últimos: se essas práticas não têm nada a ver com as aplicações tecnológicas – mesmo “ideologizadas” – da ciência, elas no entanto se legitimam, o que não é por acaso, enquanto investidas de um saber que o trabalhadores não possuem. (POULANTZAS, 1978, p. 258)

Neste sentido, na obtenção do saber, as escolas tem um papel fundamental enquanto um aparelho de hegemonia e de propagação da ideologia burguesa, e formação do trabalho intelectual.

⁴⁹ A problemática do trabalhador improdutivo para Poulantzas não pertencer a classe operária será abordada mais adiante por entender que esta categoria está inserida sim na classe trabalhadora, e que o posicionamento do nosso autor contribui para as ideias pós-modernas na medida em que não reconhece mais algumas categorias enquanto trabalhadores.

Destas considerações, o autor afirma ainda sobre a relação trabalho intelectual/trabalho manual:

Essa divisão está assim diretamente ligada ao monopólio do saber, forma de apropriação capitalista dos conhecimentos científicos e de reprodução das relações ideológicas de dominação-subordinação, pela perene exclusão do lado subordinado daqueles que não sabem, ou que se supõem não “saberem”. (POULANTZAS, 1978, p. 257)

Neste momento Poulantzas (1978) faz uma breve referência às análises de Gramsci, que considera esses engenheiros/técnicos como “intelectuais modernos” e ainda mais, como “intelectuais orgânicos da burguesia”, conhecidos como “funcionários da ideologia”.

Segundo afirmações do autor, a separação do trabalho intelectual/manual começa quando se retira do trabalhador a posse dos meios de produção, quando o mesmo não tem nada além da sua força de trabalho. É essa relação que, segundo Poulantzas (1978), condiciona a relação entre o trabalho intelectual e a reprodução da ideologia dominante.

Já se observa o surgimento da questão da articulação das relações políticas e das relações ideológicas na figura do trabalho intelectual; chamemos a atenção, no entanto, somente para estes últimos: se essas práticas não têm a ver com as aplicações tecnológicas – mesmo “ideologizadas” – da ciência, elas no entanto se legitimam, o que não é por acaso, enquanto investidas de um saber que os trabalhadores não possuem [...]Essa relação entre ideologia dominante e saber, que se manifesta como legitimação do trabalho intelectual, separado do trabalho manual e detendo esse saber, é inteiramente particular ao modo de produção capitalista e à ideologia burguesa: ela se prende, essencialmente, à necessidade para a burguesia de “revolucionar” constantemente os meios de produção[...] (POULANTZAS, 1978, p. 258)

Assim, os engenheiros e os técnicos estão revestidos desta categoria de supervisão e direção, controlando o trabalho operário, e são detentores do chamado trabalho intelectual. Estas categorias na divisão social do trabalho, além de terem uma considerável dominação no seio da ideologia, possuem a mesma dominação se referindo às considerações e questões políticas.

Seu trabalho intelectual, separado do trabalho manual, representa o exercício das relações políticas no despotismo de fábrica legitimadas pelo, e articuladas ao, monopólio e segredo do saber, isto é, à reprodução das relações de dominação e subordinação ideológicas. (POULANTZAS, 1978, p. 260)

Estando então, estas categorias (engenheiros/técnicos) fazendo parte da ideologia e política dominante, não se constituem como parte da classe operária. Embora sejam portadores de trabalho, que vendem sua força de trabalho, não estão diretamente ligados à extração da mais-valia⁵⁰. Eles corroboram para o acúmulo e valorização de capital por parte da extração sobre trabalho da classe operária.

⁵⁰ Aqui é possível visualizar equívocos do autor na compreensão das contribuições de Marx.

Então, esses técnicos e engenheiros tem tendência a fazer parte do trabalho produtivo capitalista, pois valorizam diretamente o capital na produção da mais-valia. Se não pertencem, em seu conjunto, à classe operária, é que, no seu lugar no interior da divisão social do trabalho, realizam as relações políticas e ideológicas de subordinação da classe operária ao capital (divisão trabalho intelectual/trabalho manual), e que esse aspecto de sua determinação de classe é o aspecto dominante. (POULANTZAS, 1978, p. 262)

Ainda segundo afirmações de Poulantzas (1978), apesar de muitos engenheiros sofrerem o processo de desqualificação do seu trabalho, mesmo sofrendo “rebaixamentos”, os mesmos constituem, ainda assim, parte da burguesia, tanto pela sua capacidade intelectual, pela diferenciação salarial, por exercerem em sua maioria funções de supervisão, pela qualificação escolar. E por todas as suas características políticas, ideológicas e econômicas no seio da divisão social do trabalho e da sociedade de classes, não são agentes da classe operária.

No caso destas categorias sócio-ocupacionais, Poulantzas (1978) afirma:

A reprodução da divisão trabalho intelectual/ trabalho manual no seio do trabalho intelectual refere-se de fato ao próprio conjunto pequeno-burguês “engenheiros-técnicos” e se manifesta aqui como fracionamento desse conjunto em frações pequeno-burguesas, principalmente ao lado dos técnicos e de certos casos de engenheiros subalternos [...] cujo próprio trabalho é constantemente desqualificado-parcializado em relação àquele da fração superior. (POULANTZAS, 1979, p. 271)

Essas distinções políticas e ideológicas⁵¹ sobre a divisão social do trabalho, entre trabalho intelectual/trabalho manual constituem os primórdios da diferenciação da classe operária e a chamada nova pequena-burguesia. Lembrando que as diferenciações e considerações acima não se constituem apenas entre os engenheiros e técnicos, mas são também aplicáveis aos bancários, aos prestadores de serviços, funcionários do Estado, dentre outros que também constituem dentro destas delimitações de trabalho produtivo/improdutivo e trabalho intelectual/manual a chamada classe Pequena-Burguesia.

[...] os engenheiros e técnicos não pertencem à classe operária, se bem que tenham cada vez mais a tendência de fazer parte do trabalhador coletivo-produtivo, em razão do aspecto dominante das relações políticas e ideológicas de que são portadores. Essas relações referem-se à sua determinação estrutural de classe na divisão social do trabalho (trabalho intelectual/trabalho manual) e não se identificam em sua posição de classe na conjuntura. De fato, em razão da polarização de sua determinação relativamente à classe operária e ao capital, esse conjunto adota, segundo suas próprias frações, por vezes, posições de classe da burguesia, por vezes também posições da classe operária. Mas, neste último caso, esses agentes não se tornam, contudo, operários: divergências continuam a marca-los, nessas próprias posições de classe, em relação à classe operária e só mencionaremos aqui, além de numerosos casos em maio de 1968, e o recente exemplo das lutas empreendidas pelos trabalhadores da Lip. (POULANTZAS, 1978, p. 271)

⁵¹ Aqui encontra-se um dos avanços de Poulantzas nas análises dos movimentos sociais, na medida em que ele problematiza as relações políticas e ideológicas no seio das classes sociais, o que se coloca como refletido então nas próprias organizações da classe trabalhadora.

Ao analisar as relações do trabalho intelectual/trabalho manual, que excluem do trabalho intelectual a classe operária⁵², por determinações políticas e econômicas, Poulantzas (1978) afirma que esta divisão “marca o conjunto da nova pequena-burguesia que se situa nesta divisão, e em relação à classe operária, ‘do lado’ ou no ‘campo’ do trabalho intelectual, seja de forma direta, seja de forma indireta” (POULANTZAS, 1978, p. 273). Ou seja, a classe da nova pequena-burguesia está situada nessa divisão do trabalho intelectual⁵³/manual e nas suas relações políticas e ideológicas.

Para além das distinções políticas e ideológicas, tem-se que levar em consideração a questão cultural dos trabalhadores intelectuais, que se sobressaem “culturalmente” dos operários. São as formas de ser, de agir, de falar, que também corroboram para a distinção dos trabalhadores intelectuais da classe operária, como bem especifica Poulantzas (1978). É esse caráter da qualificação do trabalho, que prestigia o trabalho intelectual, através do processo escolar, que se “sobressai” em detrimento da formação escolar da classe operária, que dá à nova pequena-burguesia, cuja característica que a delimita consiste no trabalho intelectual, o chamado segredo do saber.

Poulantzas (1978) passa então a apontar a relação entre os níveis políticos e ideológicos da nova pequena-burguesia. O autor afirma que “a nova pequena burguesia não exerce, ao menos diretamente, funções de dominação política sobre a própria classe operária” (POULANTZAS, 1978, p. 295). Embora existam divergências entre algumas categorias sócio-ocupacionais, tais como as diferenças entre os engenheiros e supervisores com o pessoal do escritório, por exemplo, ou os próprios funcionários do Estado, como os que executam as funções repressivas do Estado, a pequena-burguesia trabalha à serviço da classe dominante, mas ela, por si só, não exerce dominação política sobre a classe operária. A pequena-burguesia reproduz a ideologia dominante, mas não comanda politicamente a classe operária. Todo agente pequeno-burguês não exerce sobre seus subordinados uma dominação idêntica (isto é, uma dominação de classe) àquela do capital, e dos agentes que ocupam seu lugar, no conjunto da pequena-burguesia (POULANTZAS, 1978, p. 301).

Poulantzas (1978) faz algumas distinções entre a classe operária e a pequena-burguesia para além das relações políticas e ideológicas, que diz respeito aos assalariados e

⁵² Este é um dos fatores mais emblemáticos que se encontra nas delimitações das classes no nosso autor, que retomaremos mais adiante.

⁵³ Poulantzas (1978) analisa aqui, conforme Gramsci, que nem todo pequeno-burguês é por si, intelectual. Assim o termo dos intelectuais deve ser analisada enquanto uma categoria social “que preenchem funções sociais específicas em relação à elaboração das ideologias de classe” (POULANTZAS, 1978, p. 273). Ainda mais, Gramsci afirma que todo trabalhador ao exercer o trabalho em si, utiliza do intelecto, porém nem todo trabalhador na sociedade é considerado um trabalhador intelectual.

suas progressões na correria, bem como o aumento dos salários, que é crescente para a pequena-burguesia, e que não ocorre com a classe operária.

Disso resultam efeitos consideráveis sobre a ideologia, muito particular, da promoção social desses agentes: efeitos articulados sobre o isolamento competitivo desses agentes entre si nas relações ideológico-políticas “burocratizadas”, isolamento que contrasta com a solidariedade de classe no seio da classe operária, o que tem repercussões na luta de classe, constatando-se diariamente, de forma particular, nas dificuldades e particularidades características dos movimentos de greve dessa nova pequena-burguesia. (POULANTZAS, 1978, p. 305)

Essas diferenciações no seio do processo do trabalho, que também leva à fragmentações na própria pequena burguesia, tais como os cientistas, engenheiros, bancários, funcionários de escritório, dentre outros que, de acordo com a burocratização, os lugares que ocupam no processo social do trabalho, a ideologia, hierarquização e relações de autoridade, são os motivos que levam ao fracionamento de classe da pequena-burguesia e à distingue da classe operária.

Outra característica apontada por Poulantzas (1978) acerca da nova pequena-burguesia é seu alto índice de mobilidade entre as classes. O índice de pequeno-burgueses que se torna um burguês, em especial através do processo de formação escolar e profissional. Para além também da mobilidade sócio-ocupacional que seus agentes possuem, seja pela qualificação profissional ou pela própria instabilidade nos empregos.

Esses índices de mobilidade de classes apontam que, segundo o autor, é muito mais comum um pequeno-burguês se tornar membro da classe dominante, assim como seus filhos, do que um operário ou filho de operário. Índice que é um pouco maior quando um operário se torna pequeno-burguês, mas ainda assim, não é uma mobilidade com um índice que se pode chamar de representativamente alto.

Poulantzas (1978) esboça resumidamente que a pequena-burguesia tradicional está limitada no lugar da pequena produção e da pequena propriedade nas relações de produção. Entendendo por pequena produção aquelas mais ligadas ao artesanato, ou às empresas familiares, onde não tem uma exploração propriamente dita, apenas geram lucro e os “funcionários” são membros da família que costumam nem receber proventos em forma de salário. E por pequena propriedade, o autor se refere ao pequeno comércio, ocasionando geralmente em apenas a contratação de um operário assalariado, ou membros da família também.

Já a determinação estrutural da nova pequena-burguesia está diretamente associada ao nível ideológico. Nada muito diferente da pequena-burguesia tradicional, o que a coloca junto com a nova pequena-burguesia no patamar de uma mesma classe, a pequena-burguesia.

Porém, como bem coloca o autor, a pequena-burguesia não tem uma autonomia política própria.

De fato, a pequena-burguesia, pelo lugar que ocupa na determinação de classe de uma formação capitalista, não tem posição política de classe autônoma a longo prazo. As duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado: existem então somente, no sentido forte de ideologia de classe, aquelas duas classes fundamentais politicamente opostas até o fim. Vale dizer, então, que somente existem, como conjuntos de coerência própria e de sistemática relativa, a ideologia burguesa dominante e a ideologia ligada à classe operária. (POULANTZAS, 1978, p. 313-314)

Por isto o autor define que na pequena-burguesia o que existe é um subconjunto ideológico pequeno-burguês fortemente influenciado pela ideologia burguesa, mas com determinações de classe da pequena-burguesia. Ainda mais além, o autor acrescenta:

Certamente, os efeitos da ideologia burguesa (ela não seria dominante sem isso) exercem-se igualmente na classe operária. Mas aí, chocando-se com as práticas da classe que está no cerne da exploração capitalista, eles assumem outras formas que não assumem no caso da pequena-burguesia: sob os próprios efeitos da ideologia burguesa na classe operária [...](POULANTZAS, 1978, p. 314)

Contudo, conforme Poulantzas (1978), a ideologia operária também tem determinações importantes sobre a pequena-burguesia. Segundo o autor, “o subconjunto ideológico pequeno-burguês é um terreno de luta e um campo de batalha particular entre a ideologia burguesa e a ideologia operária, mas com a intervenção própria dos elementos especificamente pequeno-burgueses” (POULANTZAS, 1978, p. 315). Essa luta, que atravessa a ideologia pequeno-burguesa, bem como a sua prática política se dá de forma desigual e polarizada.

É sobre este ângulo que Poulantzas (1978) aponta algumas características desse subconjunto ideológico pequeno-burguês, tais como uma certa luta anticapitalista com direção reformista, buscando justiça, redistribuição salarial sob o signo da “igualdade”, dentre outros. O que encontra como limite de luta a instabilidade salarial e de emprego que acarreta em medo e assim acaba por limitar a luta. O que ocasiona em outra característica que é a luta pelo “remanejamento pela participação” (POULANTZAS, 1978, p. 317), buscando participação nos lucros, a ideologia pela ascensão no mercado de trabalho. É o que o autor chama de “luta antiautocrática” contra a burocratização e parcelização do trabalho, em especial a intelectual. Buscam então a ascensão à burguesia e sofrem com o que o autor chama de “fetichismo do poder”.

Outra característica fundamental que o autor coloca é sobre a “situação intermediária e o individualismo pequeno-burguês, que condicionam a impossibilidade para a pequena-

burguesia de se organizar, a longo prazo, em um partido político próprio e autônomo” (POULANTZAS, 1978, p. 319).

O aparelho de Estado está assim situado na “distribuição-qualificação” dos agentes pequeno-burgueses que apresentam a “consagração da hierarquia e autoridade burocratizada à qual está submetida uma grande parte dos agentes pequeno-burgueses” (POULANTZAS, 1978, p. 320). Ou seja, o Estado, ao “abrir as portas” para a pequena-burguesia, passa a impressão cada vez maior de ser o representante do “interesse geral”.

Seria então preciso acrescentar que esse aspecto ideológico é praticamente surpreendente nos escalões pequeno-burgueses de funcionários, eles próprios submetidos diretamente a essa ideologia interna que marca o Estado como aparelho: o aspecto ideológico do Estado neutro e representante do interesse geral desempenha, mais particularmente aqui, seu papel enquanto elemento essencial da ideologia interna dos aparelhos de Estado. (POULANTZAS, 1978, p. 320)

Após analisar as características do subconjunto ideológico pequeno-burguês circunscrito na tensão da luta de classes, e mais ainda, após definir que a pequena-burguesia não possui, por si só, autonomia e organização própria política, o autor define:

Com efeito, a pequena-burguesia não tem posição política de classe própria e autônoma a longo prazo. Isso significa, simplesmente, que só há, em uma formação social capitalista, o caminho burguês e o caminho proletário (o caminho socialista): não existe “terceiro caminho”, ao contrário das diversas concepções da “classe média” [...] o fato de ela não ter posição política de classe autônoma a longo prazo significa que as posições de classe da pequena-burguesia só podem situar-se na relação de força burguesia/classe operária, e reunir por esse meio [...] que as posições de classe da burguesia, que as posições de classe da classe operária. (POULANTZAS, 1978, p. 324-325)

Entretanto, isso não significa que a pequena-burguesia não apareça na cena política, em conjunturas determinadas, como força social, visto que a polarização da pequena-burguesia oscila se situando ora ao lado da burguesia, ora ao lado da classe dominada. Assim, como partes da pequena-burguesia, adotam a posição de classe da burguesia ou da classe operária.

Como já anteriormente apresentado, a pequena-burguesia se situa no seio da luta de classes, entre as duas classes fundamentais, burguesia e proletariado⁵⁴. Contudo, as frações de classe, através de suas polarizações, por vezes tomam posições de classe e fazem alianças com essas duas classes antagônicas. Assim, algumas frações da pequena-burguesia que se aproximam em níveis de exploração, através da divisão social do trabalho, tendem a se polarizar mais com a classe operária, ao contrário, por exemplo, da fração da pequena-burguesia que compreende os engenheiros e supervisores, em que sua exploração é

⁵⁴ É possível visualizar neste momento as possibilidades para as alianças da pequena-burguesia com as duas classes antagônicas. As alianças entre a pequena-burguesia com a classe operária, é fundamental para entender a relação da burocracia de Estado com os movimentos dos trabalhadores.

considerada um pouco menor e que, por diversas questões no seio da divisão social do trabalho, tendem a polarizar-se à classe dominante, e assim fazerem suas alianças.

2.5 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DE AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO HOJE PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

2.5.1 Limites apresentados para o estudo do movimento dos trabalhadores

Como na análise feita no que concerne os limites das análises de Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*, muito se repete na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, tanto para o estudo do movimento dos trabalhadores, como para uma análise geral das obras do autor, em razão de haver inúmeros pontos de similitude entre os materiais analisados.

Os ensaios de Poulantzas ainda possuem aspectos a serem ressaltados acerca do materialismo histórico, pois o autor tende a não utilizar este método de análise. Poulantzas, segundo Fernando Henrique Cardoso (1973) segue a linha do estruturalismo, uma herança que trouxe de Althusser, como já indicamos antes. Ainda segundo o autor, Althusser se utiliza do estruturalismo para fugir da história, o que difere da teoria social de Marx, em que a estrutura não pode ser analisada separada da materialidade histórica. E como já bem exposto, para compreender as organizações e as lutas da classe trabalhadora, uma análise da realidade social com materialidade histórica é imprescindível.

Poulantzas busca apreender as classes sociais enquanto estruturas e, conseqüentemente, não aborda os fatores históricos que as cercam. O único ponto que o autor se utiliza de exemplo histórico é da França, quando o mesmo fala da luta entre as burguesias no seio do Estado Nacional, mas que remete aos interesses do capital internacional. E quando se utiliza de exemplo histórico, são exemplos superficiais embasados na França. Isto nos fornece subsídios para comprovar que as críticas de Cardoso (1973) sobre Althusser se aplicam ao nosso autor.

Outra problemática que se encontra como um limite para a compreensão do movimento dos trabalhadores é a análise do autor acerca das delimitações das classes sociais⁵⁵. Embora por vezes este seja o maior avanço do autor para a análise do movimento

⁵⁵ Não iremos, no presente trabalho, aprofundar nas considerações acerca delimitação das classes sociais por entendermos que o debate acerca da classe trabalhadora é extenso e rigoroso, e não cabe neste momento problematiza-la.

dos trabalhadores, este processo de conhecimento do mesmo possui algumas ponderações que se colocam como um limite para o estudo dos movimentos.

Ao delimitar algumas esferas profissionais, através da nova divisão social do trabalho, das influências políticas e ideológicas, nosso autor acaba por categorizar que esses novos profissionais não fazem parte da classe trabalhadora, por não estarem diretamente ligados ao processo de produção de mercadorias, como é o caso dos trabalhadores intelectuais⁵⁶.

Os trabalhadores que, embora não estejam diretamente vinculados à produção de mercadorias, mas são explorados como os demais e geram mais-valia, passam a não se reconhecerem no próprio processo de produção e nem se reconhecem mais enquanto pertencentes à classe operária. Ao não se reconhecerem enquanto quem gera a riqueza dos empresários ou capitalistas, também tendem a não aderir às organizações da classe trabalhadora.

Quando Poulantzas (1978) afirma que o profissional que não está diretamente ligado ao trabalho produtivo não pertence à classe operária, ele comente também uma contradição no momento em que afirma que a condição primordial que delimita a classe trabalhadora é o processo de exploração. E ainda mais, nosso autor chega a pontuar que o trabalhador improdutivo também é explorado.

Na medida em que Poulantzas (1978) vai descrevendo as categorias através da nova divisão social do trabalho e delineando-as enquanto pertencentes ou não à classe trabalhadora, o autor acaba por fragmentar essa classe. Esta fragmentação reflete no que Behring e Boschetti (2009) analisam acerca de que o ser social passa a não se reconhecer mais enquanto sujeito que produz a riqueza material. Esse processo, somado ao processo que Bühr (1998) chama de crise da sociabilidade, culminam no que muitos autores defendem por ser os “novos movimentos sociais”, que tem como reflexo as teorias pós-modernas⁵⁷.

Mas vale ressaltar que este posicionamento do autor, ao delinear as classes onde o mesmo deixa à parte da classe operária algumas categorias, não quer dizer que estes profissionais se sintam excluídos ou não se reconheçam enquanto classe trabalhadora em decorrência das análises apontadas pelo autor. Na verdade Poulantzas apenas reflete este processo de não reconhecimento de algumas categorias da divisão social do trabalho enquanto classe operária.

⁵⁶ Não abordaremos a problemática dos trabalhadores intelectuais pertencerem ou não à classe operária para demais autor, inclusive para Marx, por não se constituir objetivo do presente trabalho e por compreender que esta é uma temática profunda que não teremos tempo para abordarmos, mesmo sabendo que enriqueceria nosso debate.

⁵⁷ Reafirmando e retomando, que Poulantzas não é pós-moderno. Mas suas considerações podem corroborar futuras teses pós-modernas.

É por assim dizer, que Bihr (1998) analisa os chamados “novos movimentos sociais”. Segundo Arantes e Oliveira (2013), Bihr analisa o desenvolvimento dos chamados “novos movimentos sociais” na década de 70 na Europa. Segundo Bihr (1998) o que estes “novos movimentos sociais” tinham em comum é que seus terrenos e objetivos se situavam fora da esfera do trabalho, mesmo quando tinham alguma relação com ela, e eram caracterizados por uma desconfiança comum com o Estado e a política. Desenvolviam ações sociais, críticas e alternativas sobre as condições gerais resultantes da apropriação capitalista da práxis-social, o que gerou um “desabrochar de práticas alternativas” e experimentaram uma nova cultura política voltada para a auto-gestão.

Ainda segundo Arantes e Oliveira (2013) percebe-se então uma nova forma de organização no que se concernem aos chamados “novos movimentos sociais”; apresentando o que Bihr (1998) denomina de “práticas alternativas”. A prática social é, em seu conjunto, submetida aos imperativos da reprodução do capital, pois é desta relação social que o capital encontra os elementos e as condições para sua dinâmica econômica, que ele sozinho não tem condições de garantir.

Ou seja, segundo as análises de Poulantzas (1978), a nova pequena-burguesia seria consequentemente a classe que toma como frente à organização dos chamados “novos movimentos sociais”, que ultrapassam, segundo Bihr (1998) e tem como característica uma certa aversão política.

Além disso, de acordo com Bihr (1998), os chamados “novos movimentos sociais” herdaram os limites da luta de classes e do proletariado pós-guerra e encontraram limites na rediscussão do compromisso fordista pelas lutas operárias. As discussões não viam a apropriação capitalista fora da esfera produtiva, demonstrando uma “clara cegueira” da consciência de classe, o que gera um limite dentro desses “novos movimentos sociais”, acarretando em uma falta de articulação entre os movimentos- o que o autor chama de “os próprios limites dos novos movimentos sociais”, gerando assim uma fraqueza política. Faltava a intervenção das relações sociais tendo o capitalismo como eixo central, o que, segundo o autor, não significa dizer que são desnecessárias ou negligenciáveis.

Para Arantes e Oliveira (2013) outro limite apontado por Bihr (1998) consiste na falta de articulação destes “novos movimentos sociais” com a luta proletária, gerando assim seu particularismo. Os “novos movimentos sociais” se isolam de acordo com a sua bandeira/problema.

Contudo, o que se percebe é que os “novos movimentos sociais” têm as mesmas defesas e posições da chamada nova pequena-burguesia na delimitação dos agentes que ali

pertencem. Quando o que se coloca é exatamente que não existem “novos movimentos sociais”, na verdade o que se vê hoje na cena contemporânea é o próprio movimento dos trabalhadores aderindo novas bandeiras que não só as trabalhistas. No desenvolvimento do capitalismo monopolista é possível visualizar as transformações tanto no âmbito da divisão social do trabalho, quanto da organização do movimento operário.

Ou seja, muito do que Poulantzas (1978) coloca como a nova pequena-burguesia ainda é a fração da classe operária, que em decorrência da nova divisão social do trabalho, não permite por vezes que o trabalhador se reconheça enquanto classe em si, assim como não se vê sendo explorado igual um trabalhador da fábrica. Assim, dentro dessas novas configurações e transformações que perpassam a própria classe trabalhadora, a mesma passa a se reorganizar em busca da defesa de bandeiras diversas, mas não como um movimento autônomo ou novo.

Desta forma, busca-se entender a relação da burocracia do Estado diante destes chamados “novos movimentos sociais”, tendo em vista que os funcionários do Estado podem aderir ou não, através das alianças que fazem com a classe operária, os interesses e as bandeiras de luta do movimento dos trabalhadores. Tendo como pressuposto que são bandeiras de cunho reformista e não revolucionários, não interferindo de forma direta no acúmulo de capital, antes o contrário, muitas bandeiras acabam por fortalecer o mercado e o consumo.

Outro limite encontrado em *Poder Político e Classes Sociais* e novamente pode ser visualizado em *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* é a falta de conteúdo histórico, e com poucos exemplos abordados, sempre referentes à França. O autor retoma também a autonomia do Estado, ainda com um viés idealista, mas que no momento não iremos abordar, tento em vista que este assunto já foi abordado no I capítulo.

Em síntese, os principais limites da referida obra para um estudo do movimento dos trabalhadores consiste no caráter a-histórico e estruturalista das análises de Poulantzas (1978), a problemática da autonomia relativa que ainda permanece presente no nosso autor e a problemática da delimitação das duas classes antagônicas no seio da divisão social do trabalho no capitalismo monopolista.

2.5.2 Contribuições para o estudo do movimento dos trabalhadores

Enquanto na obra *Poder Político e Classes Sociais* Poulantzas fazia uma análise ainda superficial acerca das classes sociais, em *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* o autor

avança em abordar as classes sociais em dimensões econômicas, políticas e ideológicas, entendendo que as condições econômicas são também relações políticas e ideológicas. Desta forma, como bem coloca Cardoso (1973), Poulantzas (1978) progride nesta nova obra ao analisar as classes, bem como suas frações e categorias sociais através da divisão social do trabalho e das relações de produção.

Segundo Cardoso (1973), neste momento Poulantzas passa a analisar as classes sociais enquanto determinações das relações de produção como base fundamental, evitando por vezes, conceitos mais rigorosos e não criticando o economicismo como antes.

Justamente porque o marxismo não elabora categorias gerais (o econômico em geral, o político em geral, as classes em geral etc.) não existe o fantasma do economicismo na compreensão das classes sociais como categorias economicamente determinadas: elas, como conceito, só se aplicam em situações nas quais a distribuição social dos homens na produção é o critério fundamental – dessa situação ou modo de produção particular – para a estruturação das camadas da população. (CARDOSO, 1973, p. 83)

Isso não quer dizer que em *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, Poulantzas não se perca em determinações e conceitos, que como bem ainda coloca Cardoso (1973), seriam os resquícios de sua interpretação inicial em *Poder Político e Classes Sociais*. Contudo, não se pode negar que houve um avanço em suas análises, tanto do ponto de vista metodológico, como enquanto contribuição para a análise do movimento dos trabalhadores.

Outro fator que contribui para a análise do movimento da classe trabalhadora é que nesta obra o autor faz mais referências às práticas políticas da classe operária, bem como algumas ações do Estado mediante a organização política dessa classe operária. Poulantzas (1978) aponta as práticas políticas da classe dominada, desde as análises referentes à periodização do imperialismo, bem como quando se refere à influencia que teve o movimento operário na França, na ação do Estado, quando houve a tentativa de fechar as pequenas e médias empresas (não-monopolistas) para favorecer o capital monopolista através do 6º Plano da C.N.P.F.

Em diversas outras passagens, o autor analisa as lutas da classe operária, tanto frente à burguesia, como levantando algumas bandeiras de luta contra o capitalismo e à exploração. Além de também apontar a luta existente entre as próprias frações da burguesia no seio do Estado. Lembrando que em poucos momentos ele utiliza o termo próprio do movimento dos trabalhadores, pois não é objetivo do autor analisar este tipo de organização da classe trabalhadora, mas, ao expor a luta das massas como ele mesmo nomeia, automaticamente já se coloca a referencia ao movimento operário e suas bandeiras de luta.

Da mesma forma que ao analisar as delimitações das classes sociais, ele apresenta, embora com ressalvas, como já mencionado enquanto limite das análises do autor, mas que permite dar uma maior visibilidade das relações sociais que perpassam o ambiente da luta de classes, e dos sujeitos sociais que tendem a se organizar politicamente e que fazem parte então do movimento dos trabalhadores. Além de apresentar um pouco mais o aparecimento da luta entre as classes, e das massas populares nos moldes do capitalismo monopolista.

Outra contribuição que se pode notar é que o autor apresenta claramente os rumos que a nova divisão social do trabalho refletem nas classes sociais. Na mesma medida em que esta análise vai de encontro com as teses pós-modernas, como já mencionado, ela também reflete as novas transformações que sofrem o mundo do trabalho, e conseqüentemente as classes sociais, que englobam as relações de produção, bem como a estrutura econômica, política e ideológica. Isso é fácil de perceber quando, por exemplo, se estuda os impactos do fordismo nas relações sociais, desde a sua implantação até o seu declínio. Essas alterações no âmbito das classes e as influências que perpassam a política e a ideologia, Poulantzas (1978) apresenta nesta obra com maestria, deixando falho apenas a análise histórica e da própria organização em si da classe operária.

Assim, o autor também contribui para o estudo dos rumos da organização da classe trabalhadora em que é referente a falta de organização política de algumas frações de classe. Poulantzas (1978) analisa enquanto a pequena-burguesia, mas atrevemo-nos a apresentar essa falta de organização política por parte de diversas categorias trabalhistas e não apenas da pequena-burguesia que, como que bem analisa Bihl (1998), tem tomado cada vez mais apatia às organizações políticas, o que tende a enfraquecer o movimento social oriundo da classe trabalhadora, bem como enfraquece por si só as bandeiras de luta trabalhistas, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Aliadas à uma ideologia burguesa, a busca por ascensão no mercado de trabalho, e pelo fato dos trabalhadores por vezes, não se enxergarem como parte da classe operária, deixam de lado as formas tradicionais de organização da classe trabalhadora na qual o movimento operário é uma das expressões de organização. Em decorrência disso ocorre desorganização política, enfraquecimento da luta, que coincide com a atual e crescente criminalização do movimento dos trabalhadores.

Outra questão examinada por Poulantzas (1978), e que vai de encontro com a análise exposta, é a referência ao processo de individualização que cada vez mais toma conta da pequena-burguesia. Esse é um processo que toma conta não apenas da burguesia em si e suas frações, mas também da própria classe operária. Com a contribuição da doutrinação política de direita, da mídia burguesa, da ideologia burguesa, a culpabilização dos indivíduos pelas

mazelas sociais, a individualização ganha cada vez mais espaço nas relações entre os sujeitos sociais e tudo isso repercute na desmobilização política e organizacional dos movimentos sociais, segundo Arantes e Oliveira (2013).

Poulantzas avança na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* na medida em que não se perde tanto em conceitos como fez em *Poder Político e as Classes Sociais*, embora com poucas relações históricas e frágeis análises históricas. Ainda assim o autor busca apresentar um pouco mais as relações sociais, esboçando em conjunto uma análise tanto das relações capitalistas em dado período específico, comparando-as com períodos anteriores, e relacionando com as ações do Estado, tanto como com as classes sociais. Tornando a análise mais contundente e um pouco mais totalizante das relações sociais que perpassam as classes sociais, permitindo uma melhor compreensão da realidade social, que contribui de forma decisiva para a análise do movimento dos trabalhadores.

Encontramos também neste momento em Poulantzas (1978) um claro posicionamento acerca dos interesses que a pequena-burguesia defende e que assim passa a se constituir enquanto limite de ação com as bandeiras defendidas pela classe operária, principalmente em se tratando de bandeiras que questionam a ordem capitalista (como o caso do M.S.T. na década de 70 no Brasil). Contudo, como se tem uma luta travada de interesses entre a própria burguesia, como o autor apresenta, têm-se por vezes alianças constituídas entre algumas frações da burguesia (que não a que se encontra no bloco do poder) com a classe operária. Essas alianças potencializam e reforçam a proposta de um projeto reformista que vem ganhando espaço no seio das organizações da classe trabalhadora.

Para além das alianças, Poulantzas (1978) apresenta o papel da escola na distribuição dos agentes em classes, pelo processo de formação, e também através da ideologia. Ou seja, a escola tem um papel importantíssimo, que incide sobre o movimento operário. Além de formar os operários, ou os burgueses, através da ideologia a escola pode ora contribuir no sentido de conscientizar acerca da importância das bandeiras e da organização para a vida dos sujeitos, ora pode contribuir para propagar a criminalização do movimento dos trabalhadores como um todo.

Mas aqui, o que constitui como fator primordial na contribuição de Poulantzas para um estudo do movimento dos trabalhadores, se dá através das análises do mesmo acerca da burocracia do Estado. Nesta referida obra, o autor discorre sobre a burocracia ao falar do Estado, e dos funcionários deste Estado, e ainda mais da ideologia dominante que a eles perpassam. Embora ainda não seja uma análise rigorosa das relações que a burocracia de Estado transcorre frente ao movimento operário, ou aos interesses da classe operária,

Poulantzas (1978) contribui na medida em que começa a apresentar os traços da burocracia de Estado com as classes sociais. Quando se observa que antes de pertencer ao corpo do Estado, são “pessoas” oriundas de outras classes, e que por vezes levam consigo sua ideologia própria, seu projeto societário, ideológico e político, e que por vezes tomam por si a defesa da classe trabalhadora, o que coincide com a defesa das bandeiras do movimento dos trabalhadores.

III CAPÍTULO: O ESTADO, O PODER, O SOCIALISMO

Nesta última obra a ser apresentada, intitulada *O Estado, O Poder, O Socialismo* de Poulantzas, o autor se debruça em analisar a teoria do Estado, avaliando suas relações de base e superestrutura, assim como as incidências deste Estado com a luta de classes. O autor busca examinar também as condições para a existência de um Estado mais democrático, e a falência deste Estado diante do período em que o mesmo busca fazer suas análises, que é um período muito marcado pela ditadura e por Estados autoritários, em especial na Europa. O autor observa também as condições e possibilidades de transformação para uma sociedade socialista.

Interessa-nos neste momento as análises acerca do Estado e suas funções, em especial no que tange à luta de classes, para compreendermos o papel deste Estado com os interesses e as bandeiras levantadas pelo movimento dos trabalhadores. Nesta obra especificamente, o autor nos traz elementos para compreender a relação dos funcionários do Estado com a classe operária, na medida em que afirma que a burocracia do Estado tende a defender os interesses da burguesia, se colocando assim como um dos principais dificultadores na defesa da classe operária no seio do Estado.

Estas análises da burocracia do Estado com a classe operária e seus interesses nos dão aportes para a compreensão de algumas medidas tomadas pelo Estado frente às organizações da classe operária, em especial a função repressiva deste Estado, que é realizada pela própria burocracia que passa a defender os interesses da burguesia. Essa relação é direcionada através das superestruturas políticas e ideológicas que assumem este Estado, e que nosso autor nos apresenta claramente em sua obra.

A análise do Estado Capitalista e as suas funções e relação com a classe operária são primordiais para compreendermos os rumos que vem tomando o movimento operário. Estes caminhos são direcionados com o desenvolvimento do capitalismo, com as mudanças na divisão social do trabalho e também com as mudanças no seio do próprio Estado e suas funções. Estas alterações em muito justificam as mudanças em curso que vem tomando o movimento operário nos últimos anos, como a fragmentação da luta da classe trabalhadora, assim como a defesa de um projeto reformista e não mais revolucionário. Neste sentido, busca-se apreender dentro das análises acerca do Estado de Poulantzas, quais considerações se constituem enquanto limites e contribuições para o estudo do movimento operário.

3.1 TEORIA GERAL DO ESTADO

Poulantzas (1980) inicia sua obra *O Estado, o Poder, o Socialismo* fazendo um breve resgate teórico sobre o Estado e o Poder. Inicialmente o autor debate acerca da teoria do político, em que determinados autores, desde Max Weber vem analisando o Estado e sua relação com a classe dominante, mas no sentido não teórico, e sim para debater o marxismo e as concepções marxistas acerca da relação do Estado com ou sobre a classe dominante.

O autor afirma que alguns autores marxistas fazem análises superficiais e até equivocadas ao avaliar essa relação do Estado, ou do poder do Estado com a classe dominante, ora por esquecer a ossatura do Estado, ora por reduzir o Estado como simples executante das vontades da classe dominante e ora por estabelecer essa relação como simples, ou por visualizar como se existissem dois Estados de formação. Enfim, Poulantzas (1980) coloca que as análises e teorias do Estado e sua relação com a classe burguesa (no caso do Estado Capitalista) deixam margem de que existe um problema que ele se propõe a analisar.

Só esquematizo para seguir o seguinte: se toda teoria política, todas as teorias do socialismo (inclusive o marxismo) giram sempre em torno desta mesma questão, é que existem aí um problema real. [...] o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas. (POULANTZAS, 1980, p. 17)

Ao tratar da teoria do Estado⁵⁸, o autor passa a analisar a relação que muitos fazem do Estado como um instrumento puramente economicista. Primeiramente Poulantzas (1980) busca apresentar os equívocos desta concepção. Um deles é referente aos autores que consideram “a economia como sendo composta de elementos invariantes através dos diferentes modos de produção” (POULANTZAS, 1980, p. 18). Outro equívoco apontado pelo autor se refere ao fato de autores considerarem o Estado como simples reflexo do econômico⁵⁹, colocando problemas ainda mais graves nas análises de base e superestrutura, entendendo-as, como bem apresenta o autor, como “apêndices-reflexos” da economia. “Vê-se, pois a convivência teórica destas duas concepções, que encaram as relações entre o Estado e o

⁵⁸ Ao longo da exposição do autor, é possível verificar a construção e análises que o mesmo faz acerca de teorias. Se antes ele formulava conceitos, nesta obra específica, Poulantzas formula teorias. Teorias estas que serão retomadas mais adiante por refletirem uma problemática de Althusser e que nosso autor incorpora.

⁵⁹ Problemática economicista que encontra-se amplamente em Poulantzas, pois remete à análises estruturalistas da estrutura e superestrutura do Estado. Esta consideração será problematizada mais adiante.

econômico como relações de exterioridade de princípio quaisquer que sejam as figuras empregadas para designá-las” (POULANTZAS, 1980, p. 19).

Desta forma, o autor afirma que a teoria do Estado não pode ser analisada nem de forma isolada aos modos de produção e nem como algo exterior, ou simplesmente resultante da superestrutura econômica.

Essa teoria geral do Estado também deve ter como fim específico e isolado o Estado através dos diversos modos de produção: sendo o Estado um objeto epistemológico, deve possuir limites inalteráveis que lhe seriam atribuídos por exclusão, fora dos limites intemporais da economia. (POULANTZAS, 1980, p. 20)

Para Poulantzas (1980), o Estado, sob formas diferentes, sempre esteve presente em modos de produção e relações sociais diferentes. Assim, “o lugar do Estado em relação à economia nada mais é que a modalidade de uma presença constitutiva do Estado no seio das relações de produção e de sua reprodução” (POULANTZAS, 1980, p. 21). Nem o conceito de economia e nem o de Estado são exteriores e imutáveis, assim como, segundo o autor, não formam combinações entre elementos invariantes de outras instâncias do Estado.

O Estado e suas funções e relações variam em cada modo de produção. Como por exemplo, as relações de produção capitalista de extração de mais-valia, bem como os trabalhadores sem a posse dos meios de produção, que afetam as relações do Estado e da economia, traçando como afirma o autor, “novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia”. (POULANTZAS, 1980, p. 22). O autor ainda acrescenta:

A separação do Estado e da economia e a presença-ação do Estado na economia, que não passam de uma única e mesma figura das relações do Estado e da economia sob o capitalismo, atravessam, embora modificadas, toda a história do capitalismo, todos os seus estágios e fases: pertencem ao duro cerne das relações de produção capitalistas. (POULANTZAS, 1980, p. 23)

É por isso que na obra específica de *O Estado, o Poder, O Socialismo* o autor diz que não há uma teoria geral do Estado, e que toda análise do mesmo deve ser regida sobre momentos históricos determinados, e acompanhados de uma análise histórica. “Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo” (POULANTZAS, 1980, p. 30)⁶⁰.

Desta forma, o autor traça a relação do Estado com a economia e a luta de classes⁶¹:

Recapitulando: se as relações de produção traçam o campo do Estado, este desempenha contudo um papel autônomo na formação dessas relações. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento

⁶⁰ O autor fala que uma análise deve sempre ser feita e abordada em conjunto com uma análise histórica, algo que o próprio autor não faz em nenhuma de suas obras.

⁶¹ O autor traz contribuições importantes acerca da relação do Estado com sua estrutura econômica e como incidem na luta de classes.

organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo. (POULANTZAS, 1980, p. 30)

Assim, as relações políticas e ideológicas no seio das relações de produção⁶² “traduzem-se sob a forma de poderes de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 31), que os legitimam, mas que se apresentam de diferentes formas em cada modo de produção. Desta forma:

Estando as relações político-ideológicas desde já presentes na formação das relações de produção, desempenham um papel essencial em sua reprodução, e desse modo o processo de produção e de exploração é ao mesmo tempo processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política e ideológica. (POULANTZAS, 1980, p. 31-32)

É sobre essas relações que colocam o Estado atuando sobre a luta de classes através da divisão social do trabalho e das relações de domínio/subordinação relacionadas à superestrutura política e ideológica. “Situando o Estado em sua ligação com as relações de produção é delinear os contornos primeiros de sua presença na luta de classes” (POULANTZAS, 1980, p. 32).

Ao abordar a função e o papel do Estado na luta de classes, Poulantzas (1980) busca apresentar a função do binômio ideológico-repressivo⁶³ do Estado, com vias de aderir a ideologia burguesa e a propagar, tanto em seu discurso como em seus aparelhos, assim como por vezes se utiliza da repressão para garantir a sua chamada “coesão”, dentre outros motivos que não cabe aqui apresentar. Porém, segundo o autor, o Estado não se utiliza apenas do binômio ideologia-repressão ao lidar com as classes dominadas, onde o mesmo precisa por vezes buscar a coesão ou como ele está circunscrito na luta de classes, por pressões feitas pelas classes dominadas.

[...] a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quanto estas medidas refletem concessões impostas pela luta de classes dominadas. (POULANTZAS, 1980, p. 36)

Portanto, segundo o autor, fazer uma análise das funções do Estado, somente com base no binômio ideologia-repressão, é cair em uma observação rasa do papel e das ações do Estado, deixando de lado, por exemplo, o papel econômico do mesmo. Ou mesmo em por ora separar os aparelhos repressivos dos ideológicos, ou à associá-los achando que ser o mesmo,

⁶² Aqui o autor apresenta como as relações políticas e ideológicas interferem e ditam as classes e seus poderes. O que nos trás contribuições para uma análise da relação do Estado com a classe operária.

⁶³ Poulantzas ao abordar o binômio repressivo-ideológico do Estado, avança ao apontar como esse binômio incide sobre a luta de classes, o que nos fornece subsídios para compreender como essa relação se manifesta nos movimentos dos trabalhadores.

ou perder de vista o papel político destes aparelhos, deixando de lado a análise do Estado e seu papel na luta de classes. Não que o Estado seja neutro, e que não exista de fato o binômio repressão-ideologia, mas que sujeitar à análise do Estado somente nesta relação é fazer uma leitura superficial deste Estado.

Poulantzas (1980) passa a analisar o poder tanto do Estado como o poder engendrado na luta de classes, em especial sobre as relações de produção. Segundo o autor, “é precisamente considerando o processo econômico e as relações de produção como rede de poderes” (POULANTZAS, 1980, p. 41). O poder está diretamente ligado ao processo de trabalho e de extração de mais-valia. Na medida em que se tem em sua posse os meios de trabalho, que comanda este trabalho, bem como a extração de mais-valia, esta relação está ligada ao poder e à ideologia e questões políticas que legitimam as relações econômicas.

“O processo econômico é luta de classes e, portanto relações de poder [...] levando-se em conta que esses poderes são específicos, na medida em que estão ligados à exploração” (POULANTZAS, 1980, p. 41), e por vezes se materializam nas instituições e aparelhos de Estado, ou nos lugares de extração de mais-valia, tais como as fábricas. Desta forma, como se pode ver, e como o próprio autor apresenta, o poder ultrapassa os limites do Estado. O poder da ideologia, o poder político, e o econômico, ultrapassam os limites do Estado. Poulantzas (1980) utiliza um exemplo apresentado por Max Weber que diz que “não é a Igreja que cria e perpetua a religião e, sim, a religião que cria e perpetua a Igreja” (POULANTZAS, 1980, p. 43).

Isso nos obriga a recapitular uma proposição suplementar: se os poderes de classe não são redutíveis ao Estado e sempre transcendem seus aparelhos, é que estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado. O que corresponde a exprimir de maneira nova a proposição segundo a qual, na complexa relação luta de classes/aparelhos, são as lutas que detêm o papel primordial e fundamental, lutas (econômicas, políticas, ideológicas) cujo campo, já visto ao nível da exploração das relações de produção, não é outro senão o das relações de poder. (POULANTZAS, 1980, p. 43).

Desta forma, o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução do poder de classes. Para o autor:

O Estado baliza desde então o campo das lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho. Todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes. (POULANTZAS, 1980, p. 43)

Poulantzas (1980) passa a analisar alguns erros de interpretação e de análises historicistas do Estado, falando da existência de um Estado anterior ou posterior à luta de classes, da existência de um Estado independente da luta de classes, mas que não cabe neste

momento elucidar e aprofundar na discussão. Contudo, vale salientar que assim como o poder ultrapassa os limites do Estado, por vezes, ultrapassam também a luta de classes, como no caso da relação de poder entre homens e mulheres. Contudo, todas as formas de poder potencializam-se no Estado que, de acordo com o autor, “encarrega-se de poderes heterogêneos que se transformam em retransmissores e recenseadores do poder [...] da classe dominante” (POULANTZAS, 1980, p. 50). O Estado então “se propaga tendencialmente em todo o poder, apoderando-se dos dispositivos do poder que, entretanto, o suplementa constantemente” (POULANTZAS, 1980, p. 50).

Assim, para finalizar, o autor reforça:

[...] todo poder[...] só existe materializado nos aparelhos [...] Esses aparelhos não são simplesmente apêndices do poder, porém detém um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente luta de classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. As lutas sempre detém primazia sobre os aparelhos-instituições, e constantemente os ultrapassam. (POULANTZAS, 1980, p. 51)

É a luta de classes que detém a primazia sobre o Estado. Poulantzas (1980) reforça a ideia de Marx que sugere que sem luta de classes, não há Estado.

Poulantzas (1980) então examina a relação do Estado com as relações de produção. Segundo o autor, a concepção que analisa o Estado e suas ações vinculados a uma questão de trocas de mercadorias não é suficiente para explicar toda a problemática do Estado. Para o autor, o Estado está diretamente ligado às relações do processo de trabalho, desde o momento em que, no caso do capitalismo monopolista, se falando então do Estado capitalista, suas ações estão voltadas para as relações sociais do trabalho. Desde o momento em que agora os trabalhadores se encontram sem a posse dos meios de produção. Ou seja, o fundamento do Estado não está nas relações de circulação e trocas de mercadorias, e sim nas relações de produção e da reprodução ampliada.

Se antes, em *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, o autor buscava apresentar a importância da divisão social do trabalho na constituição e delimitação das classes sociais, agora em *O Estado, o Poder, o Socialismo*, Poulantzas (1980) busca apresentar de forma teórica⁶⁴ a relação da divisão social do trabalho com o Estado.

Segundo Poulantzas (1980), a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual não é apenas um aspecto na divisão social do trabalho, mas é decisivo no caso do Estado.

⁶⁴ Novamente se nota em Poulantzas a tentativa de formular teorias.

O Estado encarna no conjunto de seus aparelhos, isto é, não apenas em seus aparelhos ideológicos mas igualmente em seu aparelhos repressivos ou econômicos, o trabalho intelectual enquanto afastado do trabalho manual: o que torna evidente quando se sai da distinção naturalista-positivista trabalho manual/trabalho intelectual. E é no Estado capitalista que a relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder, se efetua de maneira mais acabada. Esse Estado, afastado das relações de produção, situa-se precisamente ao lado do trabalho intelectual ele mesmo separado do trabalho manual: ele é o corolário e o produto desta divisão, ao deter um papel próprio em sua constituição e sua reprodução. (POULANTZAS, 1980, p. 62–63)

O trabalho intelectual aparece no Estado, através dos aparelhos de Estado, se sobressaindo o ideológico, onde as massas populares são excluídas dos discursos e pelo local que ocupam na divisão social do trabalho⁶⁵, onde a classe dominada está diretamente ligada ao trabalho manual. Assim, é também o trabalho intelectual que determina as funções dos aparelhos assim como suas organizações e direções. Desta forma, o trabalho intelectual, está diretamente ligado às relações de poder, em especial o poder oriundo do Estado bem como seus aparelhos, utilizando-se da ideologia para assegurar e legitimar a relação do saber-poder e a exclusão da massa popular dessa relação.

A relação do saber-poder com base no trabalho intelectual também se manifesta, segundo Poulantzas (1980), na relação entre saber-ciência, que são os trabalhadores que se enquadram e conseguem se enquadrar no corpo tecnocrático do Estado, o que “faz dos funcionários deste Estado, intelectuais”⁶⁶ (POULANTZAS, 1980, p. 65).

O Estado está embasando a dissociação no próprio processo de produção, bem como no seu discurso e suas ações, a relação de saber e poder, que está cada vez mais calçada na luta de classes. O Estado se aproxima, através da ideologia dominante e da relação do poder-saber, da burguesia e, automaticamente, afasta as massas populares deste Estado, que no caso é o Estado Capitalista.

Outra característica resultante do processo da divisão social do trabalho no momento historicamente determinado do capitalismo é o processo de individualização⁶⁷ da sociedade civil, do povo-nação. Segundo Poulantzas (1980), “o indivíduo bem mais que a criação da ideologia político-jurídica engendrada pelas relações mercantis, aparece aqui como o ponto de

⁶⁵ Ao elencar a relação do Estado com o trabalho intelectual, o autor se aproxima da realidade da classe operária ao abordar que estas são excluídas dos discursos do Estado. Mesmo havendo ressalvas já apontadas acerca do trabalho intelectual, o fato de esboçar que o discurso do Estado não atinge a classe operária é uma das contribuições do autor acerca de um estudo do movimento dos trabalhadores.

⁶⁶ Aqui nos remete a compreender que o autor afirma que na burocracia de Estado não há membros da classe trabalhadora, pois se encontram caracterizados pelo trabalho intelectual. Mais uma problemática acerca do trabalho intelectual, mas que não retomaremos esta discussão tendo em vista de que ela já foi anteriormente abordada.

⁶⁷ Ao apontar o processo de individualização, é possível compreender os rumos no cenário contemporâneo que vem passando os movimentos sociais.

cristalização material, ponto focalizado no próprio corpo humano, de uma série de práticas na divisão social do trabalho” (POULANTZAS, 1980, p. 72). Desde o momento em que o indivíduo se encontra sem a posse dos meios de produção, e tem que vender sua força de trabalho sobre a égide de um contrato, segundo Polantz (1980), esse processo imprime “ao processo de trabalho uma ossatura determinada”, onde tudo se tem uma ideia de independente e livre, assim como o próprio corpo humano, sobre a ilusão da individualização.

Essa individualização é propagada pela própria ideologia dominante que encontra no Estado seu maior aliado. O Estado, de acordo com Poulantzas (1980), é o fator constitutivo da organização dessa divisão social do trabalho, o que implica em pressupostos ideológicos, como o caso da individualização, na constituição da ideologia de transformação dos sujeitos em indivíduos jurídicos-políticos. Ou seja, o Estado fabrica essa relação de individualidade, por um conjunto de técnicas de saber e práticas de poder⁶⁸. O autor vai mais além sobre a ideologia da individualização e sua relação com as classes, como podemos ver a seguir:

Ideologia de individualização que não tem por finalidade apenas mascarar e ocultar as relações de classe (o Estado capitalista jamais se apresenta como Estado de classe), mas também a de contribuir ativamente para as diversidades e isolamento (individualização) das massas populares. (POULANTZAS, 1980, p. 73)

O processo de individualização - já apresentado pelo autor nos capítulos anteriores - coloca ao Estado um novo papel: o de distribuir - repartir os indivíduos em classes sociais, de forma a preparar e organizar esses indivíduos em suas classes, seja através das escolas, prisões, administração, ou por meios que não são os de nascença ou ligados à sua natureza⁶⁹.

Assim como o Estado interfere na delimitação dos indivíduos em classes, age na privatização do corpo social, como também na legitimação do indivíduo-privado. Para o autor, é a separação do público-privado que confere ao Estado as perspectivas ilimitadas de poder, a que, por exemplo, confere ao mesmo os fenômenos totalitários. Todavia, essa relação do Estado de poder, sobre os primórdios da individualização, da divisão social do trabalho e da separação público-privada perpassa, assim como tudo no Estado, pela luta de classes.

[...] o individual-privado não é um limite e sim o canal do poder do Estado moderno, embora isso não queira dizer que o poder não tenha limites reais, mas, sim, que esses limites não se prendem a quaisquer naturalidade do individual-privado: dependem das lutas populares e das relações de força entre as classes, pois o estado também é a condensação material e específica de uma relação de força, que é uma relação de classe. (POULANTZAS, 1980, p. 82)

⁶⁸ O autor faz estas análises das práticas de poder e técnicas do saber com base nas análises de Foucault, mas que não cabe neste momento analisar mais profundamente. Esta não é uma análise específica de Poulantzas (1980).

⁶⁹ Aqui o autor contribui para o estudo dos movimentos sociais na medida em que apresenta claramente a interferência do Estado na delimitação das classes sociais. Sem a análise concreta das classes, não é possível um estudo real do movimento da classe trabalhadora.

Outro mecanismo de poder utilizado pelo Estado está concentrado na violência, que é legitimada pela lei e que se utiliza de diversas maneiras com a finalidade de garantir os interesses deste Estado, seja através da repressão, ou da lei como meio de silenciar, obrigar e executar a violência de forma consensual. Assim, a lei também funciona nas relações da divisão social do trabalho, na chamada individualização dos sujeitos em indivíduos jurídicos-políticos. Outra característica importante apontada por Poulantzas (1980) é que o Estado se utiliza das leis para a sua autonomia relativa, frente à classe hegemônica e a classe no bloco de poder. Dessa forma, a lei também perpassa, seja por meio da violência, da colaboração, do consenso ou da própria autonomia relativa do Estado, no seio da luta de classes e da divisão social do trabalho.

Ainda sobre o Estado Capitalista, Poulantzas (1980) tenta apresentar a problemática da nação e sua relação com o Estado e as classes sociais. O autor afirma que a nação não é amplamente discutida no marxismo, mas uma coisa que não se nega em nenhum estudo do marxismo, referente à nação, é que a mesma está ligada ao aparecimento das classes sociais e que, mesmo em uma sociedade comunista, com a extinção das classes sociais e sem a presença de um Estado, a nação ainda assim seria presente. Segundo o autor, se designa por nação:

[...] “alguma coisa” designada sob o termo nação, ou seja, uma unidade particular de reprodução do conjunto de relações sociais, bem antes do capitalismo. Sua constituição coincide com a passagem das sociedades sem classes (de linhagem) para sociedades classistas, quando ela desenha novas fronteiras, novos laços e temporalidades de reprodução social. (POULANTZAS, 1980, p. 105)

Desta forma, há uma dissociação entre o Estado e a nação. Segundo o autor, dentro das discussões marxistas, há uma corrente que afirma que o Estado, mesmo sendo o Estado nacional, não conseguiria encobrir uma nação exaustivamente. Entretanto, uma nação consegue forjar seu próprio Estado, o que não significa dizer, como Poulantzas (1980) bem apresenta, que em uma nação as classes e os direitos estariam enfraquecidos.

Mesmo quando uma nação não “reafirma exatamente o Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 107), o Estado Capitalista tem as particularidades desta nação no Estado nacional. Ou seja, a nação moderna dá a materialidade ao Estado nacional. Este Estado nacional então é também a materialização das características históricas, econômicas, políticas da nação. E o mais importante, o Estado é quem cuida da “constituição da nação moderna em sua dimensão econômica ao homogeneizar, sob a égide do capital mercantil, o espaço de circulação das mercadorias e do capital, o que constitui o essencial de sua ação no estabelecimento da unidade nacional” (POULANTZAS, 1980, p. 108). O Estado, através da representação e

cristalização dos indivíduos, cria as condições econômicas de circulação do capital e das mercadorias na nação, como “representante” desta nação e do “povo-nação” – conforme já exposto nos capítulos anteriores. Desta forma, tanto o Estado, como a nação, criam e propiciam os moldes do capital mercantil remontando à burguesia enquanto classe hegemônica.

A nação moderna tende a coincidir com o Estado no sentido em que o Estado incorpora a nação, e a nação se corporifica nos aparelhos de Estado: tornam-se o sustentáculo de seu poder na sociedade, designando-lhe seus contornos. O Estado capitalista funciona como nação. (POULANTZAS, 1980, p. 113)

Nos interessa compreender a relação da nação com as classes sociais no capitalismo e suas relações e repercussões no Estado Capitalista. Segundo Poulantzas (1980), a nação também é uma resultante da luta de classes e, desta forma, tanto a nação, quanto o Estado nacional, estão diretamente ligados ao processo histórico de luta de classes e pela relação de forças entre as classes. As relações de produção e a luta de classes determinam a nação e o Estado. Assim, a nação está circunscrita no Estado, que no Estado e nação modernos estão sob a égide da burguesia. Contudo, como o autor muito bem coloca:

[...] o Estado, que desempenha um papel decisivo na organização da nação moderna, não é, ele também, uma essência; nem sujeito de história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas, do ponto de vista de sua natureza de classe, condensação de uma relação de força que é uma relação de classe. [...] Esse Estado é também, em sua essência institucional a resultante do processo nacional de luta de classes, ou seja da luta da burguesia contra a classe operária, mas também da classe operária contra a burguesia. (POULANTZAS, 1980, 137)

Ao analisar a teoria geral do Estado, Poulantzas (1980) se põe a tratar das funções econômicas do Estado e sua relação com a política para compreender o estatismo. Segundo o autor, as funções econômicas, políticas e ideológicas do Estado sofrem modificações de acordo com o estágio do capitalismo, e ainda mais, que nenhuma função econômica, é simplesmente ou somente econômica. O autor analisa as funções econômicas e políticas do Estado na fase do capitalismo monopolista, tendo em vista que seu objetivo na obra *O Estado, O Poder, O Socialismo* é uma análise do Estado em um período determinado, cercado pelo totalitarismo e autoritarismo do Estado na Europa.

Segundo o autor, as ações do Estado não podem ser analisadas de maneira isolada das funções políticas e ideológicas, e vice e versa, pois “[...] o conjunto das funções do Estado, sejam elas repressivas, ideológicas ou de outra natureza, não podem, elas também, ser consideradas de maneira isolada em relação ao seu novo papel econômico” (POULANTZAS, 1980, p. 192).

A partir disso, as funções econômicas do Estado estão ligadas, segundo Poulantzas (1980), na acumulação e reprodução do capital, seja associada ao uso da violência ou da ideologia dominante, mas com o objetivo maior que está ligado à acumulação do capital. Não obstante, o autor adverte que:

Essas funções seguem, numa certa medida, sua lógica própria. Elas não podem mais estar submetidas à organização do consentimento: elas colocam em causa a imagem do Estado garantia do bem-estar e do interesse geral, pois denunciam a subordinação do Estado aos interesses do capital. (POULANTZAS, 1980, p. 193)

Assim, o Estado em sua função de organização da hegemonia e do consenso, se utiliza de outras estratégias também na tentativa de mascarar sua função totalmente atrelada ao capital. Suas funções políticas e econômicas, contudo, colocam em cheque sua função de organizador tanto da classe hegemônica e do bloco de poder, como também das classes dominadas.

Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica. Não apenas as funções político-ideológicas do Estado são doravante subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante: observar especialmente a substituição da ideologia dominante pelo tecnocratismo, pela imagem do Estado garantia do crescimento ou do bem-estar, em suma, a ideologia do Estado-Providência. De tal maneira que as contradições internas do atual Estado não se localizam unicamente entre suas ações econômicas e suas operações ideológicas, mas igualmente no seio de suas ações econômicas: especialmente entre aquelas mais diretamente ligadas às necessidades da acumulação monopolista e as que visam, pela realização de compromissos instáveis, a organização do consentimento das classes dominadas. (POULANTZAS, 1980, p. 194)

Assim, as funções do Estado não podem ser analisadas de maneira isolada, mas com um propósito claro que é o da acumulação do capital, mas tentando organizar e buscar o consentimento seja da classe hegemônica ou da classe dominada.

Poulantzas (1980) observa que as funções do Estado não estão direcionadas apenas aos aparelhos repressivos e ideológicos, como muitos analisam. O Estado conta com aparelhos econômicos próprios, como a administração entre outros. E estes aparelhos embora sofram alterações de função com base em cada estágio do capital, não mudam com as especificidades políticas, por exemplo como o caso de uma alteração de uma fração hegemônica no bloco de poder, não tira do aparelho econômico do Estado sua função principal que é garantir a reprodução e acúmulo de capital. Isso não significa que dentro destes aparelhos não se encontre funções também políticas.

Esse aparelho participa também, e em grande parte, do mecanismo político do conjunto do Estado. Ele constitui um dispositivo político, não apenas no que desempenha a favor da acumulação do capital, mas também no que expressa, de

maneira específica, os compromissos e táticas políticas conduzidas no seio do Estado. Esse caráter político impregna, em graus certamente desiguais, o conjunto do aparelho econômico de Estado e o conjunto de suas funções. (POULANTZAS, 1980, p. 198)

As funções econômicas do Estado não podem assim estar apenas situadas nas relações de produção. Estão também ligadas à funções políticas no seio da luta de classes. Segundo o autor, o aparelho econômico do Estado

[...] possui no conjunto de sua estrutura um caráter político. A contradição fundamental deste aparelho se situa entre as táticas essenciais polarizadas em torno de interesses do capital e de sua fração hegemônica, o capital monopolista, e aquelas polarizadas pela luta das classes exploradas. (POULANTZAS, 1980, p. 199)

O Estado desta forma tem suas funções econômicas voltadas para o acúmulo de mais-valia, ações voltadas para o acúmulo de capital através da mais-valia relativa, de forma que o Estado intervém na força de trabalho, bem como na relação de circulação-consumo da população através das mercadorias e redistribuição de renda, agindo no consumo coletivo e na divisão social do trabalho.

Assim se pode esclarecer logo de início a questão dos campos nos quais intervém a ação essencial do Estado. A reprodução da força de trabalho acontece nos limites impostos pelas relações de produção: não se trata nunca de uma simples qualificação técnica, porém esta reprodução ampliada está ligada à divisão social do trabalho. O engajamento do Estado deve então atuar, primeiramente, sobre as próprias relações de produção, a fim de lhes impor modificações que, unicamente, permitem e tornam possível a alta da produtividade da força de trabalho e o aumento da mais-valia relativa. (POULANTZAS, 1980, p. 204)

Neste ponto, Poulantzas (1980) se coloca a explicar por que o Estado tem funções ligadas ao acúmulo de capital e de mais valia-relativa, por que o próprio capitalista sozinho não se encarrega dessa função? Primeiramente o autor coloca: “não existem praticamente funções econômicas que não possam ser preenchidas senão pelo Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 208). O Estado atua em conjunto com os capitalistas, no auxílio para a reprodução ampliada do capital, seja através de escolas, qualificação de mão de obra ou nas forças produtivas, mas tem suas funções voltadas para o capital não rentável. Desta forma, o autor coloca: “Assim, mesmo quando o Estado atua em setores não rentáveis para o capital, suas intervenções se situam sempre, e de toda maneira, num contexto político, e são, também aí, marcadas, em suas modalidades ou extensão, pela política do Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 209).

As funções políticas do Estado então são erigidas para garantir a reprodução do “conjunto do capital social”. O Estado toma funções de organizar os interesses do capital social, em especial dos interesses da burguesia, tanto da fração que se encontra no bloco do poder, como das demais frações da burguesia. Desta forma é que o autor afirma que essa

função de garantir a organização e os interesses das diferentes frações da burguesia, é uma função política do Estado. “O cumprimento dessas funções pelo Estado de interesse geral para a burguesia em seu conjunto é assim uma necessidade política” (POULANTZAS, 1980, p. 210).

O Estado age assim, de forma política para os interesses da burguesia, contudo, tem suas funções voltadas para o interesse da fração do bloco de poder, representando assim os interesses de acumulação do capital monopolista, visando por vezes a “desvalorização de determinadas frações do capital constante” (POULANTZAS, 1980, p. 211) através, por exemplo, das crises econômicas. Assim, o capital monopolista coloca suas táticas de manutenção e ampliação dos superlucros no seio do Estado, através das funções econômicas do Estado, como a regulamentação da força de trabalho, em conjunto com as funções políticas. O Estado tem suas funções econômicas voltadas para os interesses do superlucro do capital monopolista, em detrimento do capital não monopolista, que é o que dá à estas funções econômicas deste Estado seu caráter político em razão das ações deste Estado estarem diretamente ligadas à disputas entre frações da classe hegemônica.

O Estado, porém, tem em suas funções, caráter político, não somente em relação à classe hegemônica, mas também, como analisa o autor, com as massas populares. A função do Estado com as massas populares seria o da repressão como meio de garantir a reprodução e gestão da força de trabalho, e a ideologia dando a ideia de um Estado que representa o interesse geral acima das classes. Essas funções colaboram diretamente no acúmulo da taxa de exploração.

Mesmo quando as massas populares pressionam o Estado para obter ações a favor da classe dominada, ainda assim, quando o Estado cede em favor da classe dominada em detrimento da classe dominante, por um curto período de tempo, é sempre para no fundo, um benefício que concilie com a exploração da taxa de lucro, na divisão social do trabalho e na acumulação do capital.

O autor avalia que toda a função do Estado, seja ela repressiva ou ideológica, e dos seus aparelhos e suas funções econômicas, tem sempre como pano de fundo a divisão social da força de trabalho. Mesmo quando o Estado atua na educação, na saúde, no seguro desemprego, ele ainda está ligado diretamente a divisão da força de trabalho em favor do capital monopolista. Então, mesmo diante da luta de classes, o Estado sempre se coloca nas entrelinhas ou de forma clara, como representante maior dos interesses do grande capital.

[...] o Estado trabalha para a reorganização das relações de produção que estruturam o lugar do capital, portanto à redistribuição dos poderes, que decorrem das relações

de propriedade econômica e de posse, entre as diversas frações do capital, especialmente em proveito do capital monopolista. (POULANTZAS, 1980, p. 221)

Contudo, ao se colocar como representante maior do capital monopolista, por ter como função central na economia a divisão social do trabalho, visando à maior exploração da força de trabalho para o acúmulo da mais-valia relativa, o Estado acaba encontrando limites nas suas funções econômicas já que está atrelado ao capital e seus interesses. Perde-se por vezes sua autonomia, ficando preso, como o próprio autor se refere, à sua própria armadilha.

Esses limites da intervenção do Estado na economia são consubstanciais à separação relativa de espaços do político-Estado e da economia sob o capitalismo, separação que se reproduz atualmente sob uma nova forma. Esses limites são próprios então, primeiramente, da natureza mesma do processo de produção, de reprodução e de acumulação do capital. Processo contraditório que obedece, por um lado, à sua própria lógica que se limita a ação do Estado a quem é impossível efetivamente dominar os efeitos de suas próprias ações na economia. (POULANTZAS, 1980, p. 220-221)

Os limites da ação do Estado na economia se encontram por ora nas ditas crises econômicas, onde o Estado não pode nem intervir para chegar à raiz do problema e resolver, e ao mesmo tempo tem que dar subsídios para, de certa forma, gerir a crise e conciliar a crise com os interesses do grande capital e da reprodução da força de trabalho e aos mínimos subsídios para a classe dominada. O que leva ao segundo limite, segundo Poulantzas (1980), que é o fato de o Estado estar impossibilitado de avançar ou recuar e muito menos controlar o núcleo central da economia. Assim, o autor ainda realça: “o Estado é constituído de um limite negativo geral a suas intervenções, ou seja, por uma não-intervenção específica no ‘sólido núcleo’ das relações de produção capitalistas” (POULANTZAS, 1980, p. 221).

Esse limite da intervenção do Estado no núcleo central da economia leva a outro limite dentro do seio do próprio Estado que é a sua relação com o processo de produção, fazendo com que “os recursos materiais de que ele dispõe sejam estruturalmente limitados” (POULANTZAS, 1980, p. 222). As medidas financeiras do Estado estão limitadas às taxas de lucro do capital, o que o Estado dificilmente controla. Segundo o autor, assim, acaba por limitar o campo de suas intervenções. O que repercute então diretamente na classe dominada e consequentemente tem repercussões diretas na luta de classes.

Esses limites se colocam como ação direta da luta de classes, ora pelas classes dominadas que lutam contra as ações do próprio Estado em favor do capital, ora entre as próprias frações da burguesia contra as ações do Estado que estão voltadas aos interesses da fração hegemônica no bloco do poder. Esses limites então são, segundo o autor, barreiras externas à ação do Estado, afinal essa luta de classes é constituinte desse próprio Estado. Segundo o autor, são limites “pertencentes à própria estrutura do Estado, e à formação de sua

política como resultante de suas divisões internas na medida em que estas exprimem contradições de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 223).

Poulantzas (1980) ainda adverte sobre os limites da ação do Estado na luta de classes, que estão diretamente ligados aos aparelhos deste Estado.

Esses limites da ação do Estado, devido a sua estrutura de condensação de relações de classe, concernem enfim, à sua materialidade institucional de aparelho. Trata-se da famosa lentidão burocrática ou força de inércia administrativa, maneira pela qual as classes dominantes ou o pessoal político dirigente aproveitam, por meio da disfunção, certos aspectos do Estado inerentes à sua materialidade. (POULANTZAS, 1980, p. 224 - 225)

Os aparelhos de Estado assim se colocam a favor dos interesses do grande capital⁷⁰, e conseqüentemente na luta de classes. Ainda segundo o autor,

[...] a estrutura do Estado como condensação de relações de classe e suas contradições internas se materializam, pela reprodução da divisão social do trabalho em seu seio, num complexo dispositivo de tomada de decisões; burocracias relativamente autônomas e detentoras de suas competências, suas clientelas e suas próprias percepções dos problemas. Disso resulta uma elaboração política que interdita, na maioria das vezes, a tematização das relações sociais fundamentais e até mesmo do caráter preciso das diferentes táticas administrativas. (POULANTZAS, 1980, p. 225 - 226)

Posteriormente, Poulantzas (1980) passa a analisar as novas características de um Estado autoritário em alguns países da Europa, assim com as novas configurações do poder executivo, legislativo e judiciário. No momento, esta discussão em si não nos interessa, tendo em vista que já foi anteriormente debatida em *Poder Político e Classes Sociais*. O autor analisa as características desse novo Estado, e as possibilidades de uma transformação para um socialismo democrático. Esta discussão também no momento não se faz necessária, já que o objetivo deste trabalho consiste em apontar as contribuições e os limites das análises do autor para o estudo dos movimentos. Assim, a parte teórica do Estado, sobre a sua relação com a luta de classes e a burocracia do Estado é importante a ser debatido na obra *O Estado, O Poder, O Socialismo*.

3.2 ESTADO: CONDENSAÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE FORÇAS

Conforme já amplamente abordado, o Estado inserido na luta de classes é fundamental para a compreensão do movimento dos trabalhadores, tendo em vista que é no Estado que o mesmo busca respostas para suas bandeiras de luta. Esse mesmo Estado é quem dá ou não

⁷⁰ Na mesma medida em que os aparelhos do Estado se colocam à favor dos interesses da burguesia, se distanciam dos interesses da classe operária, manifestados através de suas organizações, tais como os movimentos sociais.

respostas efetivas para as reivindicações da classe trabalhadora, é o mesmo que defende os interesses da classe hegemônica. Desta forma, o Estado permeia os rumos que vem tomando o movimento dos trabalhadores, na medida em que suas ações norteiam os rumos da classe trabalhadora, tanto no sentido de desorganizar a classe em si, como através dos seus aparelhos repressivos, pelas leis e direitos assegurados, pelo processo crescente de propagação da individualização.

Poulantzas (1980) passa então a analisar as relações do Estado com a luta de classes. Segundo o autor, para apreender uma teoria do Estado, é necessário para além das análises do Estado com as relações de produção e a divisão social do trabalho, compreender o Estado e a sua superestrutura política. Levando-se em consideração os percursos históricos e as características próprias das metamorfoses e transformações deste Estado ao longo da história, Poulantzas (1980) se propõe a analisar o Estado Capitalista com a luta de classes, ou seja, sua relação com a classe dominante e as classes dominadas.

Segundo Poulantzas (1980), o Estado tem um papel de organização da classe hegemônica, ou seja, a burguesia, no bloco de poder. Mesmo tendo dentro do Estado, mais de uma classe ou fração de classe, como por exemplo, a burguesia monopolista e a não-monopolista, o Estado é quem organiza esse bloco de poder. O Estado condensa as lutas e as alianças entre as classes, e a longo prazo consolida o bloco de poder com base na classe hegemônica. “O Estado constitui, portanto a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes” (POULANTZAS, 1980, p.145).

Essa organização do Estado se dá através dos aparelhos do Estado, incluindo os partidos políticos, aparelhos repressivos, ideológicos, dentre outros. Para tal:

O Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma autonomia relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares. Autonomia constitutiva do Estado capitalista: remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica. (POULANTZAS, 1980, p.146)

Ou seja, o Estado representa o interesse do conjunto da burguesia, “sob a hegemonia de uma das suas frações” (POULANTZAS, 1980, p.147). Mesmo permeado pela luta de classes, e com as alianças entre as frações de classes, ainda assim, o Estado mantém uma unidade que favorece, sempre, e a longo prazo, os interesses da classe hegemônica, hoje representada pelo capital monopolista.

O Estado, para garantir essa organização da burguesia e para representar o conjunto dos interesses dessa burguesia, tanto no bloco de poder como no conjunto da classe

hegemônica, se utiliza da sua autonomia relativa. Essa autonomia relativa do Estado, na verdade, consiste em assegurar o interesse da classe hegemônica sobre as outras frações de classe. Mas embora mantenha essa autonomia, ela está diretamente ligada à luta de classes e interesses divergentes. Poulantzas (1980) ainda afirma sobre a relação do Estado como organizador do bloco de poder da classe dominante:

[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do “capital”, como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado. (POULANTZAS 1980, p. 147)

Desta forma, o Estado, como o mesmo autor se refere, é condensado de uma relação de luta de classes e interesses diferentes e individuais. Ainda segundo Poulantzas (1980): “o Estado [...] é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 148).

O Estado é compreendido como condensação de uma relação: “O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem portanto os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento[...]” (POULANTZAS, 1980, p.149)

Em síntese, a política do Estado consiste em um “resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado” (POULANTZAS, 1980, p.152). E são essas contradições entre as classes que formam a organização do Estado, ainda segundo o autor “ a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado” (POULANTZAS, 1980, p.152).

As contradições de classe, examinadas momentaneamente apenas as que existem entre as frações do bloco no poder, assumem no seio do Estado a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos de Estado, e no seio de cada um deles, conforme as linhas de direção ao mesmo tempo horizontais e verticais. Se isso acontece dessa maneira é porque as diversas classes e frações do bloco no poder só participam da dominação política na medida em que estão presentes no Estado. Cada ramo ou aparelho de Estado, cada face, de alto a baixo, de cada um deles (pois eles são muitas vezes, sob sua unidade centralizada, desdobramentos e obscurecidos), cada patamar de cada um deles constituem muitas vezes a sede do poder, e o representante privilegiado, desta ou daquela fração do bloco no poder, ou de uma aliança conflitual de algumas dessas frações contra as outras, em suma a concentração-cristalização específica de tal ou qual interesse ou aliança de interesses particulares. Executivo e parlamento, exército, magistratura, diferentes ministérios, aparelhos regionais, municipais e aparelho central, aparelhos ideológicos, eles mesmos divididos em circuitos, redes e trincheiras diferentes, representam com frequência, conforme as diversas formações sociais, interesses absolutamente divergentes de cada um ou de alguns componentes do bloco no poder [...] (POULANTZAS, 1980, p. 152, 153)

São essas contradições e tensões entre as classes no bloco de poder que formam a organização do Estado. Essa organização do bloco de poder no Estado que também lhe permite uma autonomia relativa⁷¹ frente às outras frações de classe.

Lembrando que essa autonomia do Estado, como bem sinaliza Poulantzas (1980), não é exterior às lutas de classes. Ao contrário, ela é resultado do que se passa dentro do Estado. Essa autonomia relativa, é que vem dos conflitos entre as frações de classes dentro do Estado, das tensões entre partidos políticos por exemplo, á propostas e resistências de projetos dentre outros.

Certamente isso não significa que não existam projetos políticos coerentes por parte dos representantes e do pessoal político das classes dominantes, nem que a burocracia de Estado não desempenhe um papel próprio na orientação da política do Estado. Mas as contradições no seio do bloco no poder atravessam, segundo as linhas de clivagem complexas e segundo os diversos ramos e aparelhos de Estado (exército, administração, magistratura, partidos políticos, igrejas, etc), a burocracia e o pessoal de Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 156)

Essas relações que demonstram, por exemplo, como bem fala o autor, quando há algum recuo, alguma mudança, no percurso que vá de encontro com o interesse maior da classe hegemônica, não é “devido a uma incapacidade de qualquer maneira característica dos representantes e do alto pessoal burguês, mas é a expressão necessária da estrutura do Estado” (POULANTZAS, 1980, p.156) frente a sua autonomia relativa diante das tensões entre as classes e frações de classe. Essas relações que se caracterizam como a “política do Estado”, como bem sinaliza Poulantzas (1980).

Porém, o Estado, mesmo com a sua “autonomia relativa”, aliás, principalmente através dela, resulta em uma “unidade de aparelho”. É nesta unidade que a força hegemônica mantém seu poder.

Essa unidade se estabelece por toda uma cadeia de subordinação de determinados aparelhos a outros, e pela dominação de um aparelho ou setor do Estado (o Exército, um partido político, um ministérios, etc.), o que cristaliza por excelência os interesses da fração hegemônica sobre outros setores ou aparelhos, centros de resistência de outras frações do bloco no poder. (POULANTAS, 1980, p. 158)

Um exemplo de que esses aparelhos de Estado possuem uma unidade, que passa desde o poder real e o poder formal de uma classe hegemônica, é a ideia de que se a classe trabalhadora, ou o partido de esquerda, assumirem o Estado, eles chegam ao socialismo. Poulantzas (1980) esclarece que apenas isso não é necessário, pois há uma permutação dentro desses aparelhos sob a hegemonia da burguesia.

Mesmo no caso em que a esquerda no poder, além de ocupar o governo, controle realmente os setores e aparelhos de Estado, nem por isso ela controla forçosamente

⁷¹ Novamente encontramos no nosso autor a problemática já amplamente debatida, acerca da autonomia de Estado para Poulantzas.

aqueles, ou um entre eles, que detém o papel dominante no Estado, que constituem o pivô central do poder real. A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide na qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle. (POULANTZAS 1980, p.159)

Mais ainda, sobre os aparelhos de Estado, o autor reforça:

[...] as contradições internas e os deslocamentos entre o poder real e o poder formal não se situam unicamente entre os diferentes aparelhos e setores do Estado, mas igualmente no seio de cada um deles, no sentido em que o centro real de poder em torno do qual cada aparelho se organiza, não se situa igualmente no cume de sua hierarquia tal como se apresenta na cena da função pública[...] (POULANTZAS, 1980, p. 160)

Ou seja, não basta apenas um partido de esquerda, por exemplo, tomar o poder do Estado, pois ainda há dentro da organização e da unidade do Estado a classe hegemônica burguesa, que mesmo trocando ou permeando diversos aparelhos, ainda tenta manter sua hegemonia.

Um caso claro de manutenção da hegemonia da classe burguesa se faz através da relação do Estado com as classes populares⁷², ou classes dominadas.

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas. (POULANTZAS, 1980, p. 161)

A mediação do Estado com as classes dominadas é tão importante quanto as outras relações para manter os interesses da classe hegemônica⁷³. Essa relação do Estado com as classes dominadas, como bem apresenta o referido autor, não se dá de forma “externa” ao Estado, pelo contrário, essa relação está “igualmente inscrito na ossatura organizacional do Estado como condensação material de uma relação de forças” (POULANTZAS, 1980, p. 161). O Estado não é permeado só pela luta e tensão entre as forças de classe ou entre as frações da burguesia, mas também entre estas e as classes dominadas.

Na realidade, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, e isso não acontece porque uma entidade intrínseca penetra-o do exterior. Se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica. Certamente, as lutas populares, e mais geralmente os poderes, ultrapassam de longo o Estado: mas por mais que elas sejam (e elas o são) propriamente políticas, não lhe são realmente exteriores. (POULANTZAS, 1980, p. 162)

⁷² Aqui, por exemplo, vem à relação dos movimentos sociais e sua interferência dentro das relações do Estado perante a luta de classes.

⁷³ Poulantzas contribui para a análise do Estado perante as reivindicações da classe operária quando coloca que o Estado para efetivar algum benefício para esta classe, seja através de direitos ou de leis, é no fundo para atender aos interesses do capital.

Assim, os aparelhos de Estado sempre materializam e estão inscritos em uma relação de forças e de poder dentro do aparelho de Estado, não apenas pela classe hegemônica, mas também por diversas frações de classes, dentre elas, a classe dominada.

Sobre a questão da classe dominada, mesmo fazendo parte da tensão entre as forças políticas e as classes e frações, servem, algumas vezes para consolidar cada vez mais os interesses da classe hegemônica. Sobre isso Poulantzas (1980) nos diz:

Assim a estrutura material do Estado em sua relação com as relações de produção, sua organização hierárquica-burocrática, reprodução em seu seio da divisão social do trabalho, traduzem a presença específica, em sua estrutura, das classes dominadas e sua luta. Elas não têm por simples objetivo manter e reproduzir no seio do Estado a relação dominação-subordinação: o inimigo de classe está sempre no Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 163)

Desta forma, as relações dos aparelhos de Estado variam de acordo com cada lugar e tipo de Estado, com base na relação das forças no bloco de poder, entre as classes e sua relação com as massas e a classe dominada.

Ainda sobre essa relação do Estado com as classes dominadas e sua luta dentro do Estado com as demais classes e frações, Poulantzas (1980) afirma:

Tanto é assim que o Estado, trabalhando para a organização da hegemonia, logo para a divisão e desorganização das massas populares, faz de algumas delas, especialmente a pequena-burguesia e as classes populares camponesas, verdadeiras classes-de-apoio do bloco no poder e curto-circuita sua aliança com a classe operária. (POULANTZAS, 1980, p. 163)

Como se pode notar, há alianças feitas com as classes dominadas que visam favorecer sempre a classe hegemônica. Um aparelho de Estado “detém o papel dominante no seio do Estado [...] não é apenas porque ele concentre o poder da fração hegemônica, mas porque ele consegue ao mesmo tempo, cristalizar a função político-ideológica do Estado diante das classes dominadas” (POULANTZAS, 1980, p. 163).

Para Poulantzas (1980), a classe dominada⁷⁴ se materializa no Estado de “forma específica”. Diferente da classe hegemônica que “se constituem no Estado mediante aparelhos ou setores que, certamente sob a unidade do poder de Estado [...] não deixam de cristalizar um poder próprio” (POULANTZAS, 1980, p. 164), a classe dominada não mantém um poder próprio, ela se constitui no Estado através de “focos de oposição ao poder das classes dominantes” (POULANTZAS, 1980, p. 164). Não existe, como muitos pensam, e o próprio autor critica, dois poderes distintos, o da classe dominante e o da classe dominada no Estado.

Se esse poder das classes populares no seio do um Estado capitalista inalterado é impossível, isso acontece não apenas em razão da unidade do poder de Estado das classes dominantes, que deslocam o centro do poder real de um aparelho para outro

⁷⁴ Nesta obra específica, o autor apresenta mais a relação do Estado com a classe dominada de forma mais direta, favorecendo assim uma ideia melhor do que o mesmo entende e apresenta desta relação.

tão logo a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas populares, mas também em razão do arcabouço material do Estado. Esse arcabouço consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas. (POULANTZAS, 1980, p. 164)

E mesmo que houvesse em algum momento alguma modificação no Estado em favor das classes dominadas, segundo o autor, isso não duraria muito tempo, exatamente por outros aparelhos estarem com membros da classe dominante, que reestabeleceria ao longo do tempo, sua dominação em favor dos seus interesses.

Outro fator determinante das classes dominadas na organização e nos aparelhos do Estado está relacionado às alianças que a mesma faz com outras frações de classe e que, muitas vezes, vai de encontro com os interesses da classe hegemônica. É quando Poulantzas (1980) ao se referir às alianças contra a classe hegemônica, apresenta também o inverso:

Tanto é assim que, desta vez em sentido contrário, as diversas frações do bloco no poder procuram muitas vezes, segundo suas próprias contradições com as massas populares, assegurar-se, por diversas políticas, de seu apoio contra outras frações do bloco. Ou seja, utilizá-las em suas relações de forças com as outras frações desse bloco, com o fim quer de impor soluções mais vantajosas para si, quer de resistir mais eficazmente às soluções que as prejudicam em relação a outras frações [...] (POULANTZAS, 1980, p. 166)

Ainda sobre a relação do Estado com as lutas populares⁷⁵ e a classe dominada, Poulantzas (1980) sintetiza:

Em resumo, as lutas populares estão inscritas na materialidade institucional do Estado, mesmo se não se esgotam aí, materialidade que traz a marca dessas lutas surdas e multiformes. As lutas políticas desencadeadas sobre o Estado não estão, tanto quanto qualquer luta frente aos aparelhos de poder, em posição de exterioridade frente ao Estado, mas derivam de sua configuração estratégica: o Estado, como é o caso de todo dispositivo de poder, é a condensação material de uma relação. (POULANTZAS, 1980, p. 166, 167)

Essa relação de poder do Estado, através das instituições e aparelhos do Estado com a luta de classes, Poulantzas (1980) apresenta em relação com o pessoal do Estado, ou seja, a burocracia do Estado. Seria, como o autor coloca, a ossatura material do Estado é atravessada pela luta de classes.

3.2.1 Burocracia do Estado e a luta de classes

Para compreendermos como os movimentos operários encontram no Estado ora seu aliado, ora seu maior empecilho, é preciso analisarmos a relação da classe operária com a burocracia de Estado, afinal, é através da burocracia do Estado que se efetivam as respostas

⁷⁵ Para além de analisar a relação do Estado com a classe dominada, o autor apresenta claramente o papel deste Estado com as lutas populares, ou seja, com os movimentos dos trabalhadores, nosso objeto de pesquisa.

que este Estado apresenta aos movimentos da classe trabalhadora. Trata-se de uma questão já considerada nos capítulos anteriores e aqui destacamos apenas os elementos centrais da obra em questão sobre o tema.

A burocracia de Estado é a materialização deste Estado Capitalista, e como tal, através do processo da divisão social do trabalho, e das relações políticas e ideológicas, tem suas limitações. Todavia é ela quem dá materialidade aos interesses do Estado, e aos seus próprios interesses. Não é uma relação simples, mas complexa e contraditória. Nesta medida, nosso autor busca apresentar o papel e os interesses dessa burocracia do Estado mediante a luta de classes.

Segundo Poulantzas (1980) sobre o pessoal do Estado, que é uma categoria social, eles são o “efeito da organização do Estado e de sua autonomia relativa, ele não deixa de deter um lugar de classe [...] e é, então, dividido” (POULANTZAS, 1980, p. 177). Ou seja, conforme ele mesmo já apresentou em suas outras obras, a burocracia de Estado, embora se constitua como uma categoria social, seus membros são oriundos de classes sociais, seja da burguesia ou em sua imensa maioria, da pequena-burguesia, de acordo com a divisão social do trabalho.

Desta forma, o autor acrescenta:

[...] uma vez que amplas parcelas desse pessoal são da pequena-burguesia, as lutas populares forçosamente afetam-no. As contradições classes dominantes-classes dominadas repercutem como distanciamentos dessas parcelas do pessoal do Estado com a cúpula especificamente burguesa, e se manifestam como fissuras, rupturas e divisões no seio do pessoal e aparelhos de Estado. Certamente essas divisões não se referem apenas à relação geral de forças, mas igualmente às reivindicações específicas desse pessoal na divisão do trabalho no seio do Estado. [...] A luta de classes está presente nos aparelhos do Estado, mesmo quando se expressa à distância: o pessoal de Estado está desde então, em razão do seu ser-de-classe, na luta de classes. A luta das diversas classes populares atravessa aliás o Estado de maneira diferenciada: visto serem da pequena-burguesia os escalões intermediários e subalternos do pessoal dos aparelhos de Estado, são as contradições e posições da pequena-burguesia, em suas relações com as classes dominantes, que os atingem diretamente. As lutas da classe operária aí repercutem geralmente através das relações desta (conflituais ou de aliança) com a pequena-burguesia. (POULANTZAS, 1980, p. 178)

Contudo, o pessoal do Estado está ligado à ideologia dominante, seja através dos aparelhos de Estado e suas funções, em especial as repressivas, seja pela perspectiva de ascensão e estabilidade de trabalho. Assim: “a ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal” (POULANTZAS, 1980, p. 179). A burocracia do Estado, por vezes, se assemelha à luta das massas populares contra a burguesia, mas isso tem um certo limite, por decorrer da ideologia dominante que é, como bem coloca o autor, cimentada pelo Estado.

Ainda sobre esta análise, o autor reafirma:

Assim, mesmo os grupos do pessoal do Estado que se inclinam para as massas populares não apenas não colocam em questão a reprodução da divisão social do trabalho no seio do aparelho estatal – a burocratização hierárquica – mas, além disso, geralmente não dão importância à divisão política dirigentes-dirigidos enraizada no Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 180)

De acordo com Poulantzas (1980), essa relação do pessoal do Estado com as massas populares e a sua própria politização, ou a falta dela, é nada mais que o efeito do arcabouço do Estado sobre o próprio pessoal do Estado na divisão social do trabalho.

3.3 LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DE *O ESTADO, O PODER, O SOCIALISMO PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES*

3.3.1 Limites para o estudo do movimento dos trabalhadores

Os principais limites que se colocam na obra *O Estado, O poder, O Socialismo* são os mesmos das demais obras aqui analisadas: o chamado a-historicismo. Segundo Edward Thompson (1981), o materialismo histórico em geral tem tomado rumos nos últimos anos, mais voltados para uma análise mais “empirista” do que histórica por si só. Rumo inclusive muito presente na corrente althusseriana, na qual Poulantzas segue a linha. O autor vai ainda mais além: “Althusser e seus acólitos questionam, centralmente, o próprio materialismo histórico. Não pretendem modifica-lo, mas desloca-lo. Em troca, oferecem um teorismo a-histórico que, ao primeiro exame, revela-se um idealismo” (THOMPSON, 1981, p. 11).

Thompson (1981), em sua obra *A miséria da teoria*, faz uma análise crítica ao pensamento de Althusser, que muito contribui para a análise crítica do próprio pensamento de Poulantzas. O que o autor chama de a análise a-histórica de Althusser ser um idealismo, consiste no fato de que o mesmo se utiliza das obras de Marx, colocando conceito em todas as categorias e análises da realidade social feita por Marx e Engels para nada mais que reafirmar seus próprios pensamentos. Contudo, na tentativa de teorizar tudo, perdendo e deixando de lado a perspectiva do materialismo histórico-dialético, acaba por transformar suas observações em meras análises idealistas.

Segundo o autor, esse processo de pensamento de Althusser, teoricista e estruturalista

É um sistema fechado dentro do qual os conceitos circulam interminavelmente, reconhecem-se e interrogam-se mutuamente, e a intensidade de sua repetitiva vida introversiva é erroneamente tomada por uma “ciência”. Essa “ciência” é então projetada de volta sobre a obra de Marx – sugere-se que seus procedimentos eram da mesma ordem, e que depois do milagre da “cesura epistemológica” (uma conceituação imaculada que não exigiu nenhuma fecundação empírica vulgar) tudo se seguiu em termos da elaboração do pensamento e de sua organização estrutural. (THOMPSON, 1981, p. 21)

O autor ainda continua para explicar o que ele chama de idealismo em Althusser:

Este modo de pensar é exatamente aquele que foi geralmente chamado, na tradição marxista, de idealismo. Tal idealismo consiste não em postular ou negar o primado de um mundo material ulterior, mas um universo conceptual autogerador que impõe sua própria idealidade aos fenômenos da existência material e social, em lugar de empenhar-se num diálogo contínuo com os mesmos. Se há um “marxismo” do mundo contemporâneo, que Marx ou Engels reconheceriam imediatamente como um idealismo, é o estruturalismo althusseriano. (THOMPSON, 1981, p. 22)

Seguindo a linha de raciocínio de Thompson (1981), Poulantzas, assim como Althusser, tenta explicar os fatos, com base em conceitos estruturais, e não com a história, na construção do conhecimento com base no real, do conhecimento do objeto e seus processos de conhecimento, que incluem a história. Segundo o autor, Althusser diria que a verdade histórica “só pode ser revelada dentro da própria teoria, pelos procedimentos teóricos” (THOMPSON, 1981, p. 24).

Essa mesma linha de um a-historicismo, e uma tentativa de chegar mais próximo do real em Poulantzas (1980), através de conceitos e de uma análise mais teórica, é possível de encontrar dentro de todas as obras aqui analisadas. Embora na obra específica de *O Estado, O Poder, O Socialismo* o autor apresente a necessidade de uma análise histórica para chegar a uma teoria ou para uma própria análise ou conhecimento do Estado Capitalista deve ser feito e elaborada em construção e em conjunto com uma análise histórica do mesmo, o autor hora alguma faz estas análises. Ele aborda, ou melhor, cita, que o Estado sofre transformações ao longo da história, em cada estágio de desenvolvimento do capitalismo. Contudo não faz uma análise histórica do mesmo.

Da mesma forma, quando Poulantzas (1980) faz referência à algum fator histórico, cita rapidamente como uma maneira de exemplificar o que o mesmo quer dizer sobre determinado assunto, e utiliza de algum modelo histórico da França. Embora entenda-se que o autor tenha uma aproximação maior com a história da França, por ser o país em que o mesmo vivia, e na obra *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* ele chega a citar essa aproximação, ainda assim observa-se que a França tem particularidades por ser um país atrasado economicamente, que não se aplicam à diversos outros países. Ou seja, não pode ser uma análise de algo material e geral de um estado burguês. As citações de exemplo somente da França deixam as análises e os conceitos de Poulantzas rasos, o que contribui para as análises que Thompson (1981) faz sobre Althusser, e que pode recair perfeitamente bem para uma crítica feita à Poulantzas.

Para explicar a citação a alguns fatores históricos colocados por Poulantzas como conteúdos históricos, ou exemplos históricos, Thompson (1981), novamente ao avaliar Althusser, aproxima da crítica que recai à Poulantzas. Segundo ele, para Althusser:

O processo histórico é incognoscível como objeto real; o conhecimento histórico é produto da teoria; a teoria inventa a história, seja como ideologia ou como Teoria (ciência). O único problema é (lembramos) que “a teoria da história, no sentido forte, não existe”. Mas Althusser pode fornecer essa teoria soa historiadores. (THOMPSON, 1981, p. 31)

Ou seja, não é necessário fazer uma análise histórica, ou tentar se aproximar do materialismo histórico, tendo em vista que a teoria representa essa história ou esse materialismo histórico. Na verdade, ainda segundo Thompson (1981), Althusser reduz o real à teoria. Observação que novamente se aplica à Poulantzas. Nas obras de Nicos Poulantzas essa inversão em tudo se aplica ou se transforma para ser aplicável em um conceito ou uma teoria. Embora o mesmo afirme, por exemplo, que não existe uma teoria geral do Estado, ele tenta de pouco a pouco teorizar tudo que é relativo ao Estado capitalista, tentando transformar o materialismo histórico-dialético em teoria ou conceito.

Ainda sobre a perspectiva de conferir o materialismo histórico em uma teoria ou conceito, François Dosse (2007) afirma que as ciências humanas

[...] se apresenta como meio de realizar essa federação de todas as disciplinas, de todos os saberes regionais, em torno de uma ambição teórica que propicie uma possível totalização conceitual, um quadro de análise capaz de explicar a diversidade do real para além dos compartimentos habituais. (DOSSE, 2007, p. 223)

Contudo, essa análise de Dosse (2007) possui alguns equívocos, tendo em vista que esta forma totalizante conceitual na tentativa de explicar uma “diversidade do real” soa mais como uma análise iludida acerca do processo de conhecimento, do que com as bases para a própria aproximação de uma análise concreta do real. Em Poulantzas (1980), o que mais se percebe é uma “jogada” de situações e recortes que o mesmo tenta inserir como algo totalizante para formular seus conceitos.

Segundo Thiago Barison (2010) o trabalho teórico é “o meio para o pensamento apropriar-se do concreto, para reduzi-lo como concreto pensado, o ponto de chegada da pesquisa científica” (BARISON, 2010, p. 14). Ou seja, é através da teoria que se aproxima do real e não da história ou do materialismo histórico-dialético. Já, Poulantzas através dos conceitos, da teoria, conduz ao conhecimento do real.

Barison (2010) analisa a obra de Poulantzas *Poder Político e Classes Sociais*, contudo esta análise também se aplica à obra *O Estado, O Poder, O Socialismo* no que tange aos conceitos e teorias do político e do Estado. Assim, segundo o referido autor:

Em suma, a partir da teoria geral do materialismo histórico reconstruída pela escola althusseriana e, em particular, pela teoria do modo de produção capitalista, e criticando tanto a ciência política de seu tempo quando as abordagens das diferentes correntes marxistas sobre o Político, Poulantzas elabora uma Teoria Regional do Político no modo de produção capitalista [...] que, por sua vez, fornecerá os

instrumentos para empreender uma análise concreta de uma conjuntura concreta, ou uma análise do político numa formação social concreta. (BARISON, 2010, p. 16)

Encontram-se ainda algumas questões que não são simples, como quando o autor diz que a teoria do modo de produção capitalista reconstrói o materialismo histórico, contudo não cabe neste momento fazer uma análise profunda dessa referência, que pode levar à equívocos de interpretação e de análise. O que nos interessa é mostrar o caminho de Poulantzas ao formular teorias e conceitos para se chegar ao que ele chama de real concreto. E em especial que o autor realmente desconstrói o materialismo histórico de acordo com a escola althusseriana.

Ainda sobre a desconstrução do materialismo histórico, no qual Poulantzas (1980) acaba por fazer parte, Thompson (1981) analisa que tanto o materialismo histórico, como a própria história e o marxismo sofrem, ao longo dos anos, alguns desmanches. O primeiro, marcado pelo processo do evolucionismo, depois o voluntarismo e por último e o mais devastador, o estruturalismo. O estruturalismo, muito marcado após a Guerra Fria, toma conta dos “vocabulários” de muitos intelectuais e estudiosos da realidade social, contudo, eles perdem de vista a análise totalitária, dando “vida própria” às relações do todo social e no caso de Poulantzas, às superestruturas do Estado, tais como a política e a ideologia. Ideologia esta que domina, ainda segundo o autor, o próprio estruturalismo. Uma ideologia fortemente burguesa e conservadora, que por vezes, ainda segundo o autor, coloca a história como “um ‘processo sem sujeito’” (THOMPSON, 1981, p. 92).

Segundo Dosse (2007), Poulantzas (1980) assume uma análise que dá as costas à duas categorias fundamentais de Marx, o historicismo e a economia. Ao fazer uma análise a-historicista, a concepção então abordada por Poulantzas (1980) se opõe à uma orientação historicista “diante do humanismo, ao considerar os agentes de produção como simples ‘suportes ou portadores de um conjunto de estruturas’”. (DOSSE, 2007, p. 220).

Assim, nas análises de Thompson (1981), Althusser faz uma leitura estruturalista e mecânica de infra-estrutura e superestrutura “com uma noção de marxismo como ‘ciência’” (THOMPSON, 1981, p. 93). Na mesma linha, como se pode perceber, desde a primeira obra aqui analisada, *Poder Político e Classes Sociais*, Poulantzas segue esta pesquisa estruturalista. Ao estudar o modo de produção capitalista, bem como a teoria regional do político e a teoria do Estado, o autor coloca em cheque as relações de infra e superestrutura, não concebendo-as por vezes, como uma relação de totalidade e dialética. Dando assim conceitos estruturais e de níveis de uma estrutura dominante.

Ainda segundo Thompson (1981), Althusser tenta sofisticar as relações de base e estrutura, através de uma leitura equivocada sobre a égide do economicismo. O que se pode também encontrar claramente nas obras de Poulantzas. Quando o autor analisa a economia, a política, a ideologia e a luta de classes, ele coloca que estas categorias ou níveis estejam em um movimento. Contudo, um movimento que “só pode ocorrer dentro do campo fechado do sistema ou estrutura, isto é, por mais complexos e mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, esse movimento está encerrado dentro dos limites gerais e determinações da estrutura pré-dada” (THOMPSON, 1981, p. 97). Para além do mais, o autor ainda afirma que só a superestrutura econômica não é o suficiente para explicar nem o Estado e nem a política.

Desta forma, conforme já muito mencionado ao longo deste trabalho, uma análise a-histórica e estruturalista coloca em cheque um exame contundente acerca do movimento dos trabalhadores, bem como a sua relação com a burocracia do Estado. Ao perder de vista um método de análise histórico e dialético, contendo as análises e categorias de totalidade, contradição e mediação, categorias fundamentais para uma análise mais aproximada da realidade social, deixa o estudo e o exame acerca do movimento dos trabalhadores e tudo que o cerca de maneira fragmentada, idealista e correndo o risco de localizá-la fora de uma totalidade social.

Se não se faz uma análise da totalidade que cerca as relações sociais bem com as bases e superestruturas do Estado, não se chega a uma análise do real concreto que se apresenta sobre o movimento operário através da luta de classes e sua relação com o próprio Estado e modo de produção. Consequentemente, para uma análise rigorosa do movimento dos trabalhadores, bem como a sua relação com o Estado, e neste caso específico, com a burocracia do Estado, é necessário utilizar como método de análise o materialismo histórico-dialético, que em Poulantzas não segue o rigor deste método de pesquisa. Poulantzas se perde no estruturalismo, e na quase completa falta de conteúdo histórico.

Ainda sobre a perspectiva da falta de uma análise da totalidade em Poulantzas, Dosse (2007), afirma que Poulantzas reconstrói o conceito de hegemonia de Gramsci, colocando ao contrário do que ele interpreta da leitura de Marx, que os poderes ideológicos e políticos não são mera expressão do poder econômico. Assim, reformula os conceitos para abarcar as instituições do Estado, analisando por muitas vezes de forma fragmentada o ideológico e o político.

Segundo Dosse (2007), Poulantzas também coloca:

[...] a instância ideológica [...] um papel importante, que não se reduz a mascarar a dominação econômica; ela tem por função construir um discurso positivo coerente em relação à vivência dos agentes, e ocultar não somente o econômico, mas sobretudo a instância que se encontra em situação de dominância. (DOSSE, 2007, p. 220)

Sobre esta ótica, fica ainda mais claro uma análise que demonstra o movimento das peças, como abordada por Thompson (1981), contudo um movimento que só se faz dentro das estruturas. Ou seja, faz uma análise micro-societária, perdendo de vista uma análise macro-societária e totalizante das relações sociais. E o que é ainda pior, por inúmeras vezes, se percebe ao longo das pesquisas e teorias esboçadas por Poulantzas, erros de interpretação do próprio marxismo, além de ignorar por diversas vezes, outras categorias de suma importância para a análise das relações e inter-relações entre o político, o econômico e o ideológico, como o caso da alienação.

Segundo Carlos Nelson Coutinho (2010) acerca de interpretações equivocadas sobre Marx, altamente influenciadas por um positivismo e idealismo, o autor apresenta:

Quem conhece a história do pensamento marxista sabe que não é essa a primeira vez que, sob o pretexto de uma “redescoberta” do verdadeiro Marx, pratica-se uma destruição objetiva da essência da herança marxista e sua substituição – consciente ou inconsciente – por uma filosofia burguesa da moda. (COUTINHO, 2010, p. 176)

Coutinho (2010) passa a analisar a presença do positivismo nos novos marxistas, em especial após a Segunda Internacional, seguindo uma linha stalinista, cercada de positivismo e idealismos. Segundo o autor, é essa linha que segue Althusser, além dos inúmeros equívocos de interpretação, o mais grave de todos os equívocos decorre de uma negação ao materialismo histórico-dialético.

Ao assumir um distanciamento, ou uma negação do materialismo histórico e do materialismo dialético, “provoca um empobrecimento ou uma unilaterização desse método” (COUTINHO, 2010, p. 182). E ainda mais, seguindo a linha de Stalin, Althusser aderiu um abismo entre o materialismo dialético e o materialismo histórico.

O materialismo dialético [...] foi identificado com a dialética da natureza, ao passo que o materialismo histórico degenerava numa sociologia vulgar que tudo reduzia à gênese imediatamente política dos fatos analisados; os problemas específicos de uma ontologia do ser social – esclarecimento filosófico da práxis, relação entre causalidade e teleologia etc. – desapareceram do horizonte teórico do estalinismo. E, em consequência dessa falsa identificação entre materialismo dialético e dialética da natureza, a teoria materialista do conhecimento evoluiu para formas esquemáticas e mecanicistas, sem que se esclarecesse corretamente a ligação entre conhecimento e práxis. (COUTINHO, 2010, p. 183)

Outra observação então apontada por Coutinho (2010) coloca que Althusser, assim como outros marxistas neopositivistas acabam por colocar a análise ontológica presente em

Marx, como algo puramente epistemológico, ou seguir essa linha de negação e de abismo no materialismo histórico-dialético.

Althusser [...] pretende enfrentar também as questões do materialismo dialético; mas, por um lado, reduz tais questões a plano puramente epistemológico (com desprezo do ontológico), e, por outro, substitui a autêntica epistemologia materialista por uma versão *up to date* da epistemologia formalista do neopositivismo. (COUTINHO, 2010, p. 184)

Essas transformações é que conferem, ainda segundo Coutinho, um caráter de concepção burocrática e conservadora do socialismo, além de conferir o que ele chama de “miséria da razão” de esvaziar o marxismo, assimilando suas análises ao antropologismo que ele mesmo tanto questiona. O autor ainda vai além ao afirmar que quando Althusser esvazia o marxismo do seu caráter ontológico, reduz o materialismo dialético “à pura teoria do conhecimento, à epistemologia” (COUTINHO, 2010, p. 191).

Althusser se aproxima da epistemologia ao acreditar que a filosofia não tem objeto e se constitui apenas em prática. Para Coutinho, “a conversão da filosofia em uma ‘prática’ ou em uma ‘atividade’ tem o mesmo objetivo: afastar do terreno da razão as afirmações acerca da realidade, ou seja, negar o caráter ontológico da investigação filosófica” (COUTINHO, 2010, p. 193). Desta forma, Coutinho (2010) afirma que em Althusser o materialismo histórico converte-se em uma ciência particular sem dimensão filosófica, e o materialismo dialético não passa de uma epistemologia sem objeto.

O que se pode claramente notar, é que toda essa análise sobre o abismo apresentado na corrente althusseriana entre o materialismo histórico e o materialismo dialético é fortemente presente em Poulantzas. Poulantzas assume as mesmas concepções e equívocos de Althusser acerca do materialismo histórico-dialético.

O que se percebe, ao longo das análises críticas feitas ao conjunto da obra de Poulantzas, mas que possui um diferencial na obra *O Estado, O Poder, O Socialismo*, é que ironicamente o autor afirma a necessidade de toda análise, teoria ou conceito ser abordado em conjunto com uma abordagem histórica. Contudo, essa análise histórica para Poulantzas, como se observa, é completamente limitada aos moldes do estruturalismo e de uma visão míope e puramente empírica, como se a França e seus casos isolados fossem bastante o suficiente para dar conta de uma análise da totalidade social, seja do Estado, seja das relações sociais no modo de produção capitalista, seja da própria luta de classes.

Para tal, para uma análise rigorosa que se pode fazer, tanto da luta de classes e sua relação com o Estado, bem como uma análise rigorosa da realidade social com base no materialismo histórico-dialético, pode-se recorrer à própria obra de Marx intitulada *18*

Brumário. Ao abordar o Golpe de Estado de Luís Bonaparte, Marx expõe seu método de análise, o materialismo histórico-dialético, ao apresentar a luta de classes em um período determinado na França, apresentando a relação da luta de classes, bem com as alianças e contradições entre as duas classes antagônicas, e sua relação com o Estado capitalista e autoritário nas mãos de Bonaparte, desde o período da sua eleição até o momento do golpe. Mostrando suas consequências tanto nas relações sociais entre as massas e o modo de produção.

Outros limites encontrados são referentes à autonomia do Estado, mas que não retomaremos esta discussão tendo em vista que já foi amplamente abordada nos capítulos anteriores, assim como a problemática dos funcionários do Estado não aderirem os interesses da classe dominada, pois são trabalhadores intelectuais e por isso não fazem parte da classe operária. Não retomaremos aqui a crítica acerca do trabalhador intelectual não fazer parte da classe trabalhadora, contudo, ao apresentar isso Poulantzas (1980) desconstrói seu próprio argumento dos funcionários do Estado pertencerem à demais classes e frações de classe, assim como não considerar que nem todo funcionário do Estado está ligado ao trabalho intelectual.

3.3.2 Contribuições para o estudo do movimento dos trabalhadores e burocracia de Estado

Ainda avaliando sobre o trabalho intelectual em Poulantzas (1980), mesmo com as ressalvas anteriormente abordadas, nosso autor avança no sentido de que os trabalhadores do Estado não se sentem membros da classe operária, por diversos motivos. Entre eles, fatores políticos e ideológicos. Sobre essa relação acerca dos fatores políticos e ideológicos que incidem sobre os funcionários do Estado, o autor avança e contribui para uma análise do movimento dos trabalhadores, além de afirmar que a classe dominada não se encontra presente no discurso do Estado.

Outra contribuição também importante que o autor nos traz diz respeito à relação do Estado com sua estrutura econômica e suas incidências sobre a luta de classes. O autor coloca claramente a importância do Estado mediar com a classe operária para atender aos interesses do grande capital, e como ele se utiliza da superestrutura política e ideológica em cima da classe dominada, bem como de seus funcionários. Assim Poulantzas (1980) nos apresenta de forma clara como o Estado se utiliza de seus aparelhos, para defender os interesses da classe hegemônica, utilizando especialmente o aparelho repressivo, e a lei como meio de dar

legitimidade à violência consensual, que acabam assim por inibir e desorganizar as lutas populares.

Como se pode perceber, nosso autor enfatiza nesta obra as relações do Estado de forma direta com a classe dominada e as lutas populares, mostrando claramente o processo que o Estado encobre para a individualização, bem como para a delimitação das classes. Apresentando assim as funções do Estado, através da burocracia e dos aparelhos sobre a luta de classes, e mais especificamente sobre a classe trabalhadora.

A obra *O Poder, O Estado, O Socialismo* é a obra de Poulantzas que mais se aproxima da relação entre a Burocracia do Estado e o movimento dos trabalhadores. É neste momento que o autor analisa o Estado e sua relação com o político, o ideológico e a luta de classes, que ele dá mais subsídios para compreender o papel dos agentes/funcionários do Estado dentro da luta de classes. Poulantzas (1980) mostra que o próprio pessoal do Estado, com base na ideologia burguesa, com o afastamento de seus lugares na delimitação da classe operária, bem com suas funções dentro do próprio Estado, colocam esses trabalhadores em constante relação com os interesses da classe dominante. Desta forma, se tornam também os funcionários do Estado, aliados da burguesia, colocando os seus interesses em detrimento das lutas da classe operária através dos movimentos sociais.

Ao abordar a função repressiva que assume o Estado, pode-se perceber também claramente essa relação da burocracia do Estado com o movimento dos trabalhadores. O movimento operário tem um projeto político-societário revolucionário, que vai contra os interesses do grande capital, tem no Estado, e nos funcionários deste Estado, um dos seus piores inimigos. Um exemplo caro que pode ser observado no Brasil, é o caso do M.S.T.. Segundo Arantes (2013), o M.S.T. carregava consigo, em suas bandeiras de luta, reformas políticas que são o oposto do projeto societário defendido pela burguesia, e em decorrência disso encontra no Estado como resposta a qualquer manifestação ou interesse e ação, a represália por parte deste, através do exército e policiais (funcionários do Estado). Mesmo com as ressalvas de que são também indiciados pela ideologia dominante, vê-se claramente de que lado a maioria da burocracia do Estado se coloca – o lado contrário aos interesses da classe operária.

Ainda sobre a burocracia do Estado e o seu papel nos aparelhos ideológicos do Estado, Poulantzas (1980) coloca de maneira muito satisfatória sua análise acerca da burocracia do Estado como resultante de uma ideologia dominante, e que propaga essa ideologia através dos aparelhos institucionais do Estado. O que gera um problema ainda mais grave frente aos movimentos sociais que tem como projeto societário a emancipação humana, tendo em vista

que propagam ora um projeto reformista, ora, ao defender os interesses da classe dominante, que é o contrário dos interesses do movimento operário, colaboram com o processo de criminalização do movimento dos trabalhadores. Além do papel de ilusão acerca de ascensão dos funcionários do Estado, que vai na contramão das bandeiras dos movimentos, causando novamente um distanciamento entre os interesses tanto da própria burocracia do Estado com os interesses da classe operária, bem como a divulgação através da ideologia, deste distanciamento.

Assim, toda esta análise, também vai de encontro com a formação dos chamados “novos movimentos sociais”. A classe trabalhadora já não se reconhece mais enquanto classe trabalhadora, e passa a agir na contramão de um projeto revolucionário, aderindo cada vez mais à perspectiva de um projeto reformista, que vai de encontro com os interesses da classe hegemônica defendidos pelo Estado e que é muito bem apresentado em todas as obras aqui analisadas.

Outra contribuição ainda de Poulantzas (1980) para a análise do movimento dos trabalhadores se refere à instabilidade política, que acaba por gerar uma insatisfação, um desprezo e um desinteresse político por parte da classe operária, que conciliado à ideologia dominante, à ação repressiva do Estado, culminam ainda mais no processo de desmobilização desta classe trabalhadora, bem como o processo de criminalização das lutas sociais. Uma característica dos chamados “novos movimentos sociais”, que em nada atrapalham os interesses da classe burguesa, e que o Estado, através do seu papel de conciliador, mediador e organizador das classes, atende a alguns de seus interesses, sob a roupagem de atender as bandeiras das camadas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui delineada teve como objetivo principal apreender o que Poulantzas nos oferece enquanto limites e contribuições para um estudo acerca do movimento dos trabalhadores. Entende-se que para um estudo rigoroso do movimento dos trabalhadores, é necessário pesquisar com base no materialismo histórico-dialético para entender os rumos que a classe trabalhadora e suas organizações vão passando com o desenvolver do capitalismo e seus estágios e modos de produção, que interferem radicalmente tanto na esfera do trabalho em si, como nas ações do Estado que também orientam os rumos tomados pelo movimento operário.

Iniciamos a pesquisa tentando esgotar todo o conteúdo apresentado nas três obras de Poulantzas que mais descrevem a pesquisa do autor acerca do Estado, da burocracia do Estado e sua relação com a luta de classes, sendo estas três obras *O Poder Político e as Classes Sociais*, *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* e *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Através de uma revisão bibliográfica centrada nas três obras buscamos não apresentar nada de forma isolada, expondo o caminho do pensamento e construção dos estudos do autor, tentando, inicialmente não imputar nenhuma opinião sobre as análises do mesmo.

Diante de todo o resgate e análises feitas acerca das três obras supracitadas de Poulantzas, entendeu-se que o autor estuda o Estado em especial, o Estado inserido na luta de classes, o que nos dá subsídios para um estudo rigoroso do movimento dos trabalhadores. Contudo, todo o processo de conhecimento do Estado e da luta de classes em Poulantzas coloca inúmeros limites na própria análise do autor, que interfere assim no estudo do movimento operário. Porém, há também contribuições necessárias para este estudo dos movimentos, em especial sobre a relação destes movimentos com a burocracia de Estado.

Como foi possível perceber ao longo deste trabalho, as contribuições de Poulantzas para o estudo do movimento dos trabalhadores não são tão expressivas, o que acaba por se colocar como uma limitação da análise do autor, tendo em vista que o mesmo pouco analisa as formas de organização da classe trabalhadora, para estudar e apresentar a relação do Estado com essas organizações, sendo elas os sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos. Poulantzas por vezes cita sobre alguns partidos, sobre as massas populares e sua relação com o Estado capitalista, mas não aprofunda em nenhuma destas análises.

Entende-se que este não era um objetivo de Poulantzas, mas a ausência destas análises da relação do Estado com as organizações das chamadas “massas populares” deixa, em nosso entendimento, o trabalho incompleto ao estudar a relação do Estado com a luta de classes, em

especial quando se diz da autonomia deste Estado frente às demandas e interesses da classe dominada. Retomaremos agora, quais foram os principais limites e contribuições das análises de Poulantzas para o estudo do movimento dos trabalhadores.

Cada obra específica aqui analisada contém limites característicos, como por exemplo, em *O Poder Político e as Classes Sociais*, que se mostrou uma análise superficial sobre as classes sociais, em especial sobre a classe operária a uma problemática sobre a sua análise acerca da autonomia relativa do político e do Estado frente à classe dominante. No livro *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje* acaba por delimitar e fragmentar tanto a classe trabalhadora, que acaba por corroborar com a própria ideia dos sujeitos já não se reconhecerem mais enquanto classe trabalhadora, se aproximando assim de um positivismo dentro do próprio seio do marxismo. O que se pode verificar também na obra *O Estado, O Poder, O Socialismo*, que mantém uma perspectiva positivista e individualista das classes, afetando assim a análise da relação do Estado com a classe trabalhadora.

Mesmo com os limites específicos de cada obra, alguns se constituem enquanto limites da própria análise de Poulantzas, que segue a linha de Althusser. Encontramos um exemplo no chamado e encontrado a-historicismo em Poulantzas. Embora o autor aponte em determinados momentos, a necessidade de uma análise histórica para se chegar aos conceitos e teorias do Estado, bem como das suas superestruturas, o mesmo não faz nenhuma análise histórica ao elaborar seus conceitos e teorias. Conforme já exposto, Poulantzas se utiliza de pouquíssimos exemplos históricos sobre a França, o que na verdade confere à sua chamada “análise histórica” um teor empírico e até mesmo idealista, não dando materialidade às suas análises. Uma das formas que Poulantzas utiliza para fugir das análises históricas se dá através da sua principal característica, que é o estruturalismo formalista, em que o autor explica os fatos através de conceitos estruturais.

Outra problemática encontrada em Poulantzas é referente à formulação de seus conceitos, quando o autor busca apreender os fenômenos pela sua essência e os transforma em meros conceitos. Através de suas análises estruturalistas faz encaixes de fatos aparentes para formular seus conceitos e ensaios, sem a devida apropriação da essência dos fatos, e assim acaba deixando seus conceitos desprovidos e distantes da realidade social.

Poulantzas faz ainda uma leitura equivocada do chamado economicismo de Marx. Um exemplo claro é quando ele diz que a economia só é importante no modo de produção capitalista e não antes. Ao fazer algumas interpretações erradas de Marx, nosso autor confere por vezes a características que muitos chamam de visão positivista do marxismo, embasado

na falta de uma perspectiva ontológica e carregado de uma visão empírica da realidade social da sociedade burguesa estudada por Marx.

O a-historicismo estruturalista proposto e expresso nas análises de Poulantzas, constitui um limite para um aporte aos estudos do movimento dos trabalhadores, na medida em que foge da realidade, ou faz arranjos para tentar encaixar fatos em estruturas e conceitos, perdendo a materialidade dos acontecimentos. Assim, suas análises ficam focadas na essência dos fatos, perdendo o caráter totalizador, historicista e dialético da realidade social, na qual se inserem as relações do Estado e da luta de classes, o que automaticamente reflete na burocracia de Estado e claro, nos rumos da classe trabalhadora e sua relação com o Estado capitalista, que traçam os rumos do movimento operário.

Contudo, mesmo com todas essas ressalvas e pontuações, que são limites da própria análise do autor em si, o mesmo traz contribuições de suma importância para a busca por aportes para o estudo do movimento dos trabalhadores. As principais contribuições consistem exatamente no autor elaborar um estudo sobre a relação da burocracia de Estado com a luta de classes, que é algo ainda pouco abordado. Na obra específica *O Estado, O Poder, O Socialismo*, ele aprofunda mais sobre a relação da burocracia do Estado frente às demandas e os interesses das classes, colocando claramente que os funcionários do Estado tendem por inúmeras questões, sejam elas econômicas, políticas e ideológicas, a representarem e absorverem para si os interesses da classe hegemônica. Desta forma, é possível prever nitidamente como o Estado e os seus funcionários tratam as bandeiras do movimento dos trabalhadores e dos chamados “novos movimentos sociais”⁷⁶, que não tem outro espaço para lutar pelos seus direitos que não no próprio Estado.

Outra contribuição importantíssima de Poulantzas consiste no fato de o autor fazer uma análise rigorosa sobre as transformações que perpassam as próprias classes, sendo acompanhadas das mudanças através do desenvolvimento do capitalismo em seus estágios, que mudam a própria organização do trabalho, e assim alteram-se algumas relações políticas e ideológicas que interferem na delimitação das classes sociais, como por exemplo, o trabalho de coordenação na esfera produtiva. E quando se colocam outras esferas de modos de trabalho, alteram-se automaticamente a ideologia e os interesses dos sujeitos. Essa alteração repercute no modo como os sujeitos e as classes se organizam, na forma em que visam e

⁷⁶ Caso se entenda como movimentos ou organizações separados; quando, conforme já exposto, ainda é uma forma típica de organização da classe trabalhadora, contudo que adere bandeiras que não estão mais unicamente ligadas às questões e aos direitos trabalhistas; incorporando então nas suas bandeiras, a luta por direitos identitários, sexuais, ambientais, nucleares, dentre outros.

aderem os interesses da classe trabalhadora, fortemente influenciada pela ideologia dominante.

Essas alterações traçadas no seio da organização social do trabalho conferem com o exame que se tem hoje dos sujeitos não se reconhecerem mais enquanto pertencentes da classe trabalhadora, e assim acabam por não aderir às bandeiras de luta do movimento operário, corroborando assim cada vez mais para o enfraquecimento da luta e com o projeto reformista, que passa a ser defendido pelas diversas organizações da classe dominada, na qual o movimento social é uma das expressões.

Outro fator que Poulantzas muito bem analisa, diz respeito às funções do Estado frente às classes, e diante da luta de classes, como o “propagador” da ideologia dominante, através dos seus aparelhos ideológicos, e como isso influencia na classe dominada. Sabe-se que sem essas análises não é possível entender os rumos que tem tomado hoje o movimento dos trabalhadores e a luta pelos direitos, sejam eles trabalhistas ou não. Ainda sobre os aparelhos do Estado, Poulantzas coloca claramente o papel repressivo deste Estado, que evidencia a análise da realidade acerca de como o Estado responde as organizações da classe trabalhadora, em especial o movimento operário em que se questiona a exploração do trabalho e que possuem a defesa de um projeto revolucionário. Um caso que se pode verificar no Brasil é como o Estado responde aos atos e marchas do M.S.T. e da luta indígena, por exemplo.

Poulantzas ainda traz contribuições acerca da relação do Estado capitalista com a luta de classes e a burocracia do Estado institucionalizando as lutas sociais. Através da autonomia relativa deste Estado Capitalista, frente às demandas da classe trabalhadora, mas tendo na própria burocracia de Estado a defesa de medidas e políticas de cunho reformista, encontramos a atual institucionalização da luta através do Estado, que finge aderir às bandeiras, mas de caráter completamente reformista, priorizando os interesses da classe hegemônica.

Como se pode ver, além das contribuições específicas de cada obra, o autor, no conjunto de suas obras, traz inúmeros fatores que corroboram para um estudo rigoroso do movimento dos trabalhadores, em especial no momento de desenvolvimento e consolidação do capitalismo monopolista ao analisar as alterações em curso tanto no âmbito econômico, como no político e ideológico e a repercussão disso na esfera estatal e na sua relação com a luta de classes.

A presente pesquisa contém limites, em decorrência do curto tempo para sua elaboração, mas deixa a sugestão de um estudo a ser realizado futuramente que dê conta de apreender uma análise mais imersa acerca da relação da burocracia de Estado apresentada

pelo autor aqui analisado com os movimentos sociais. Uma pesquisa mais sistematizada de Nicos Poulantzas sobre a relação da burocracia de Estado com a luta de classes e conseqüentemente com os rumos dos movimentos sociais na cena contemporânea.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 9. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARANTES, Raíssa – Raíssa Arantes e Ednéia Oliveira. *MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS*: um paralelo de seus projetos societários. Anais 2013 JOIPP – 2013.

Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/pdf/movimentodostrabalhadoresruraissemteatenovosmovimentossociais.pdf>

ARRUDA, José Robson de Andrade. *Apresentação* In. DOSSE François, *História do Estruturalismo*, Volume I : O Campo do Signo. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica de Márcia Mansor D'Alessio. Bauru, SP : Edusc, 2007.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. Cortez, 2009.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

BOURGUIGNON, J.A. *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. Revista Katáysis. Florianópolis v. 10 n. esp. P. 46-54, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia*. In: TEIXEIRA, S.F. (org). *Em busca de uma teoria*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, p.47-60.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Posfácio de José Paulo Netto. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DOSSE François. *História do Estruturalismo* Volume II : O Canto do Cisne. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica de Márcia Mansor D'Alessio. Bauru, SP : Edusc, 2007.

DUSSEL, H. *A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Sagrada Família – A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. Tradução de Sérgio José Schirato. São Paulo: Centauro, 2005

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

GIANNOTTI, Vito, 1943. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro I. v. 1. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro Terceiro. v. IV. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Para a crítica da economia política*. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar. Rio de Janeiro: Civita, 1982.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NETTO, José Paulo. *Economia Política – Uma introdução crítica*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. *A política pública de emprego: entre a precarização protegida e a precarização desprotegida*. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Tese de Doutorado em Serviço Social.

OLIVEIRA, Ednéia. *Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho*, 25p, 2013. Mineo.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. Estudos Cebrap 03, 1972.

Disponível em:

<http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/as_classes_sociais.pdf>

_____. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Tradução de Rita Lima. Revisão de Severino Bezerra. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Francisco Silva. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.